

4 **Práticas Corporais e Educação Física**

os debates nos artigos do Grupo CORPO (FACED/UFBA)



*Grupo CORPO
Cotidiano, Pesquisa, Resgate e Orientação*

GRUPO CORPO –

Práticas Corporais e Educação Física: os debates nos artigos do Grupo CORPO (FACED/UFBA). 4ed. Salvador: Grupo Corpo, 2022, 132p.

O corpo é uma falsa evidência, não é um dado inequívoco, mas o efeito de uma elaboração social e cultural.

LE BRETON

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
Um Corpo e Novos Abertos Caminhos	4
LAZER: CONCEITOS E USOS SOCIAIS	7
Uma (Re)Leitura das Atividades Recreativas com Idosos nos CCI, CEU e UATI: casos em estudo.....	7
É Preciso Ter Coragem para Defender os Direitos Sociais	13
O Lazer na Construção Social da Infância	16
Nos Encantos da Telona: o lazer e a educação	20
Lazer e Poesia: abaixo a robotização humana!.....	24
Repita Comigo: a fruição do lazer é um ato de resistência!.....	28
HISTÓRIA DOS ESPORTES, DAS PRÁTICAS CORPORAIS E DO LAZER	31
A Pseudo Neutralidade Política no Esporte	31
Entre Goles de Cerveja e o Prazer dos Cabarés: a vida noturna em Salvador (1920-1935)	34
Entre Tabus e Aplausos: os olhares da sociedade sobre as mulheres vaqueiras da Bahia (1960-2018)	38
Sobre a Matriz Japonesa do Jiu-Jitsu Brasileiro.....	42
O Primeiro Vestibular da ESEFPA e a Turma Pioneira “Prof. Nagib Coelho Matni”	48
Esporte e Modernidade em Salvador.....	51
Os Jopagicos e a Educação Física: desenhando um projeto de formação de professores nos anos de 1950.....	57
Os Babas em Salvador: primeiras aproximações.....	58
CORPOREIDADE E CULTURA	62
Educação Física em Salvador – e viva os anos 70!	62
O Contexto Lúdico/Social da Capoeira: diversão e resistência nos espaços soteropolitanos	67
Conteúdos da Educação Física: limites e possibilidades	68
Juazeiro-BA e Petrolina-PE: tem futebol amador no sertão nordestino	71
O Corpo na Dança: reflexões sobre a estética corporal	74
“Abra a Porta desse Armário que não Tem Censura”[1]: uma breve reflexão sobre sexualidades dos corpos e educação física	78
Pressão Estética e Gordofobia: entre o cotidiano e as olimpíadas de Tóquio	81
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, ATUALIDADES E OUTROS TEMAS	88
Uma Reflexão sobre Educação e Ginástica	86

Os Preceitos da Ginástica em Academia: os olhares na práxis da modernidade à atualidade	91
Feira Livre: Tempo E Espaço De Produção De Saberes E Práticas Socioculturais Populares	94
Reflexões sobre o Dia 01 de Setembro.....	99
Para que Serve Teu Conhecimento Quando a Fome se Faz Presente?	99
Brincadeiras, Jogos e Esporte: reminiscência de um professor	102
De Lagarta a Borboleta.....	105
Me Dá Licença Que Agora Eu Vou Passar: nossa ginástica para todos (GPT) na Bahia...	108
O Conceito de Resistência Cultural nos Ideais da Modernidade.....	111
Na Transferência pela Letra, Uma Relação Escrita em Bilhetes	115
Periferias de Salvador: é possível construir novos caminhos?.....	118
As Cores da Ginástica Rítmica na Bahia	121
Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros: em foco a corporeidade	126

APRESENTAÇÃO

Um Corpo e Novos Abertos Caminhos

Edivaldo Góis Junior

Universidade Estadual de Campinas

No dia 27 de setembro de 2021, iniciavam-se os trabalhos do I COLÓQUIO CORPO FALA, organizado pelo grupo CORPO UFBA. O grupo faz um trabalho de referência na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, com a liderança do prof. Coriolano Pereira da Rocha Junior. É preciso também enaltecer a equipe de pesquisadores do CORPO, nos nomes dos professores Romilson Augusto dos Santos, Bruno Otávio de Lacerda Abrahão e Fernando Reis do Espírito Santo. Sediado na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, este grupo se consolidou em um momento muito peculiar de uma grande história, marcado por uma pandemia, pela escalada do autoritarismo e pelas ameaças à democracia. Outrossim, na pequena história, o grupo precisava se posicionar em um período de acentuada pluralidade teórica no campo da Educação Física e, ao mesmo, tempo se permitir pensar e atuar na formação de professores engajados politicamente, mas não exclusivamente a partir das chaves de interpretação do marxismo.

De certo modo, o CORPO buscava a construção de suas pesquisas de forma mais autônoma em relação a outros grupos da UFBA, contribuindo para o debate da área de Educação Física em uma posição de forte crítica ao conservadorismo, mas por meio de outros caminhos. Diferentes leituras permitiam diferentes posturas teóricas em ciências humanas e educação, o que não significou negar a luta estabelecida historicamente por outros colegas da faculdade ou excluir as contribuições marxistas; muito pelo contrário, era formar um grupo que buscava apenas seu próprio CORPO referencial.

Esses movimentos do CORPO dialogavam e ainda conversam insistentemente com o debate da Educação Física brasileira, com a ciência em construção, com diferentes regimes de verdade, a partir de muitos olhares. Essa condição é percebida na própria organização do I COLÓQUIO CORPO FALA, pois

apresento aqui pesquisas oriundas da observação de diferentes objetos concernentes a um campo de investigação que envolve a cultura corporal. Dada essa miríade de possibilidades de estudo, a organização do colóquio concebeu temáticas nas seguintes linhas de pesquisa: *Lazer, conceitos e usos sociais; História dos esportes, das práticas corporais e do lazer; Corporeidade e cultura; e Práticas pedagógicas, atualidades e outros temas.*

Essa organização proporcionou aos participantes do colóquio perceberem novos abertos caminhos que geram a incerteza, que, por sua vez, é uma possibilidade de continuar aprendendo sempre, sem as arrogantes certezas e verdades imutáveis, absolutas, em um CORPO sem movimento.

Atualmente, podemos descrever esse contexto, que impacta o grupo e toda a área de Educação Física, como a constituição de um conjunto de críticas à crença racionalista de que a ciência é neutra e objetiva. Essa descrença só aumentou depois do fim da Guerra Fria, da queda do muro de Berlim, com as novas interpretações filosóficas sobre as variadas dimensões do poder, com a proliferação da internet e com o crescente movimento das pautas identitárias. Enfim, um tempo, um período que, na média duração, permeou as tentativas de desconstrução de teorias totalizantes e soluções acabadas.

Com isso, também o pedagógico é extremamente questionado, por vezes até fragmentado, pois neste momento as receitas são impertinentes ou ao menos as bases das abordagens que apontavam um caminho seguro, reproduzível e infalível estão abaladas. Existe, por outro lado, os estudos da realidade local, em um currículo multifacetado que tematiza a cultura corporal envolta de identidades em disputa. Além de muita diversidade teórica, há muitas interpretações sobre os mesmos teóricos e muita heterogeneidade.

Logicamente que estes caminhos se abrem de forma mais espontânea, mas sofrendo resistências bem organizadas, já que os paradigmas modernos estão longe de seu fim, pois tanto o tradicional como a crítica do tradicional estão muito presentes e ainda são as principais fontes para a atuação pedagógica da área.

Atualmente, na Educação Física, podemos vislumbrar a crítica das abordagens críticas; em outras palavras, observar a crítica da crítica, a partir das releituras de Foucault, Derrida, Arendt, Adorno, Horkheimer, Habermas. No entanto,

mesmo sofrendo os impactos do debate, desde a década de noventa do século passado, as pedagogias críticas da Educação Física não perderam sua pertinência, bem como as pedagogias tradicionais. Elas ainda estão no caminho, aumentando ainda mais a diversidade.

Assim, se os novos abertos caminhos apontam para a pluralidade, a heterogeneidade das teorias, das interpretações, das marcas entre ciência e educação, nós destacamos no campo também a existência persistente de estudos de orientação fenomenológica; pesquisas que ainda enfocam a ciência da motricidade humana; a psicomotricidade; pesquisas comportamentais com foco em abordagens cognitivas.

Esses muitos caminhos representam desvios tortuosos em uma crise da racionalidade científica ou seria melhor pensarmos na aventura da contemplação de novos e velhos horizontes, corrigindo desvios? Será que o momento é propício para decretarmos o fim do que se considera moderno no momento no qual o inimigo cotidiano e real deseja voltar aos tempos da tradição medieval? Acreditamos inicialmente que não, pois talvez os caminhos apontem para uma reinvenção dos mesmos pressupostos modernos, corrigindo tão somente os desvios da razão. Isso pode significar que os modelos teóricos não podem limitar as inspirações pedagógicas e suas práticas, mas, concomitantemente, permitem perceber que o rigor em estudar com profundidade uma teoria é impreterível, para que a inspiração pedagógica seja possível no cotidiano.

Ao ler as linhas deste livro organizado pelo I COLÓQUIO CORPO FALA, agora todos, todas e todes observarão que os novos abertos caminhos podem apontar para uma mesma direção da pluralidade que, por conseguinte, se converte em um caleidoscópio de múltiplas práticas educativas.

Boa leitura!

LAZER: CONCEITOS E USOS SOCIAIS

Uma (Re)Leitura das Atividades Recreativas com Idosos nos CCI, CEU e UATI: casos em estudo

Arivaldo Marques dos Santos Júnior

Rúbia Mara de Souza Lapa Cunha

Nesta escrita propomos investigar as perspectivas para debater as práticas de dança, lazer e educação para a terceira idade no município de Jacobina, compreendendo que essas relações não são dadas arbitrariamente. Elas dependem da construção e da proposta de ação dos projetos propostos nos locais de execução. Para tal foram escolhidos três ambientes a saber: Praça do Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU), Centro de Convivência do Idoso (CCI) e Programa Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI)/Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Sabe-se que os atos de dançar, aprender e alegrar são práticas comuns oferecidas dentre as atividades dos espaços e programas de Esporte e Lazer da Cidade. Implica em compreender como, para quem e de que maneira os trabalhos com o lazer, dança e educação são aplicados de forma lúdica e prazerosa para os homens e mulheres da terceira idade com diferentes formas de abordagem.

Uma vez que o envelhecimento é um processo natural, sequencial, individual, acumulativo e irreversível de deterioração do organismo maduro, esse processo se diferencia de pessoa para pessoa, causando perdas fisiológicas e funcionais, e pode se agravar, o que pode ocasionar dificuldades para o indivíduo realizar suas atividades normalmente (MINAYO, 2004).

A população brasileira vem despertando e chamando a atenção daqueles que estão atentos aos avanços demográficos. Estudos apontam para um possível crescimento considerado e, principalmente, uma disparidade entre a quantidade de pessoas idosas e as demais pessoas da sociedade. O envelhecimento é uma realidade próxima, onde teremos que nos preparar para tal fato, mesmo sabendo das inúmeras dificuldades e falta de estrutura.

Desenvolvimento da proposta

Em conformidade à atuação do idoso em nosso país, na atualidade, percebe-se, na perspectiva da dinâmica social, que sua representação esteve totalmente modificada pela influência dos que envelhecem, mas também pelas atividades sociais desenvolvidas nesse tão falado “tempo livre”. Foi por conta da revolução industrial que se desenvolveu a artificialização do tempo do trabalho, enfatizando a constituição do lazer na tentativa de resistência de controle das diversões da classe trabalhadora, por parte da classe dominante, resultando numa espécie de tensão entre ambas.

[...] um conjunto de ocupações as quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 2001, p. 132)

Nessas circunstâncias, tem-se ouvido falar sobre informes aliados às novas possibilidades de envelhecer ativamente, mas, infelizmente, não vemos com a mesma intensidade o crescimento das propostas voltadas aos idosos e aposentados. De fato, verificamos as fases “modistas”, onde projetos são colocados como solução para os problemas da terceira idade, mas na verdade são apenas métodos momentâneos de entreter.

Outrossim, ao abordarmos sobre os projetos, façamos uma referência aos “programas, atividades, eventos e espaços” destinados aos idosos do município de Jacobina/BA, meramente estruturados, mas sem programação fixa, ou seja, ocorrem aleatoriamente. Existe um espaço chamado Praça do CEU, local composto por quadra poliesportiva, sala de cinema, biblioteca, pista de skate, sala do Conselho Regional de Assistência Social (CRAS), brinquedoteca, parque infantil, pista de corrida e caminhada. As atividades voltadas à comunidade, especificamente aos idosos não são realizadas com frequência, ou seja, não existe programação. De acordo com a análise de campo, percebe-se que o espaço está sendo disponibilizado para qualquer pessoal, empresa ou instituição que queiram realizar um encontro, evento ou palestra.

Compreendemos que os Centros de Artes e Esportes Unificados integram, num mesmo espaço, programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais,

políticas de prevenção à violência e de inclusão digital, para promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.

Portanto, a gestão dos CEUs é compartilhada entre as prefeituras e a comunidade, com a formação de um Grupo Gestor, que fica encarregado de criar um plano de gestão, e também conceber o uso e programação dos equipamentos. Para potencializar a participação social, o Ministério da Cultura (MinC) vem realizando amplo mapeamento sociocultural dos Territórios de Vivência dos CEUs, como estratégia de mobilização social das comunidades locais. Esse material auxilia na ativação dos territórios, com visitas do MinC aos municípios para reuniões de validação dos mapeamentos juntamente aos gestores e comunidade.

O Centro do Idoso, por sua vez, encontra-se em pleno funcionamento, promovendo desde atividades físicas, educacionais, tecnológicas, até atendimentos médicos, acompanhamento psicológico e nutricional, os quais fazem parte de um projeto mantenedor da Secretaria Municipal da Assistência Social de Jacobina. Além de ofertar essas ações, outras atividades são proporcionadas para as mulheres idosas, bem como salão de beleza, oficinas de artesanato e culinária, alimentação, transporte e espaço destinado ao espiritual.

As atividades de oficinas do CCI têm como finalidade promover momentos de produtividade e aprendizado, sendo que a maioria do que é confeccionado/produzido pelas integrantes/idosas do programa é comercializado e/ou direcionado aos respectivos festejos, eventos sazonais da própria secretaria mantenedora do projeto.

Segundo a professora e voluntária de Dança de Zumba, Ivaildes dos Santos Viana, a realização de seu trabalho está em poder ajudar e proporcionar momentos de lazer para os idosos no município de Jacobina, buscando bem-estar às referidas pessoas.

Não podemos deixar de relatar o projeto piloto de um livro/documentário produzido pela UNEB, por meio da Pró-Reitoria de Extensão – PROEX e, neste caso especificamente, pela Universidade Aberta à Terceira Idade – UATI, nos seus mais de 15 anos de atividades. Essa obra, ao mesmo tempo em que cumpre a sua função institucional de atender às comunidades nas quais se encontra instalada, realiza o desejo dos seus estudantes e profissionais divulgando suas atividades.

Vale ressaltar que a UATI é um Programa de Extensão Universitária que se caracteriza como um programa de educação não formal, realiza atendimento à comunidade, principalmente, pessoas de ambos os sexos, de qualquer nível socioeducacional, na faixa etária a partir dos 60 anos. O que mais chama a atenção no programa é aplicabilidade de reinserção psicossocial, objetivando o exercício da cidadania. Além de desenvolver ações educativas de caráter permanente, tem o intuito de estimular a reflexão sobre os diversos entendimentos no que tange à velhice no cenário atual.

O programa foi implantado em agosto de 1995, através de um projeto da servidora Kátia Jane Chaves Bernardo, e encaminhado à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE), na forma de Grupo de Trabalho da Terceira Idade – GTTI, o qual atendia, inicialmente, 60 idosos. Nesse ínterim, em 1998, com a posse da Reitora Ivete Alves do Sacramento e por meio do incentivo do então Pró-Reitor de Extensão Lourivaldo Valentim da Silva, o GTTI ampliou sua atuação e se transformou em Universidade Aberta à Terceira Idade – UATI, atendendo, atualmente, 600 pessoas.

O seu projeto pedagógico em Jacobina, especificamente na UNEB Campus IV, foi embasado nos pressupostos da Pedagogia Social, operacionalizado através de oficinas e vivências corporais e socioeducativas realizadas semanalmente, através do Núcleo de Vivências Corporais. Busca desenvolver a prática do movimento e do lazer, objetivando a melhoria das condições físico-morfológicas, psicológicas e sociais e o desenvolvimento de potencialidades e talentos. São oficinas desse núcleo: Lazer e Qualidade de Vida, Dança de Salão, Coral, Dança Flamenca, Dança Moderna, Dança Regionais Brasileiras, Yoga, Musicoterapia, Expressão Corporal, Tai Chi Chuan, Dança do Ventre e Teatro.

Na procura incessante por registros, percebemos que existem práticas que apenas reafirmam a questão de entreter, não mais abrangente, de tornar os dias ativos com inclusão e acesso às práticas corporais para uma vida mais saudável e prolongada. O foco está direcionado para a aproximação da diversidade cultural capaz de promover a valorização das diferenças étnicas, de gênero, raça, classe social e econômica, porque, enquanto expressão corporal, se fundamenta em tradições, ludicidades e representações que, através da arte, da educação e do lazer envolvem os diversos grupos que coabitam no município.

Ademais, é necessário que o poder público perceba a importância da pluralidade de expressões da dança na contemporaneidade da sociedade atual, o que nos remete novamente à necessidade de reconhecimento da diversidade e da inclusão para as reflexões e ações das práticas voltadas especificamente para população idosa, porquanto o bem-estar na terceira idade traz reflexos no empoderamento do idoso na sociedade no que tange à sua participação social, tornando-se mais ativos na vida comunitária e podendo assim contribuir para o exercício efetivo da cidadania.

Outrossim, vale destacar, conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural; compreender a cidadania como participação social e política, no exercício de direitos e deveres sociais, civis e políticos; entender que somos sujeitos construtores da história de nosso tempo; usufruir dos equipamentos disponíveis para as práticas educacionais e lúdicas; atuar criticamente contra os modelos e as práticas discriminatórias em relação à classe social, raça, religião, gênero, idade, localidade e etc.

Entendemos que a dança é, sem sobra de dúvida, um meio de aproximação da diversidade cultural capaz de proporcionar, promover e valorizar as diferenças, porque, enquanto expressão corporal, se fundamenta em tradições, ludicidades e representações fundamentais para se criar um espaço relevante que visa estimular o empoderamento, a socialização, troca de saberes, tendo em vista o conhecimento, o fortalecimento da dignidade, o exercício da cidadania e, por conseguinte, uma melhor qualidade de vida.

Considerações Finais

Concluimos com as seguintes assertivas:

1. O reconhecimento da pluralidade e da diversidade cultural, também para dança, é um tema importante para as propostas políticas e educacionais que evitam as discriminações, exclusões, num processo de aceitação e tolerância das diferenças para fortalecer e perpetuar os direitos sociais, as políticas públicas, as identidades culturais e as liberdades de expressão. Desta maneira, funciona como estratégia para aproximar os pares e resgatar a autoestima.

2. Nossa diversidade produz e reproduz modificações e adaptações que, com o tempo, são incorporadas por indivíduos e grupos, proporcionando sentidos e significados para a vivência e expressão da dança na vida social, incluindo aí as práticas de lazer, de educação e de produção artística. Contudo, são ações escolarizadas, esporádicas e sem levar em consideração o conhecimento e contexto do sujeito.

3. Na área de ensino da dança, as propostas educacionais que considerem tanto o processo quanto o produto e que valorizem a técnica sem se tornarem reféns dela, ao mesmo tempo em que não abandonem o processo criativo, têm sido cada vez mais exploradas para que sejam abordadas tanto a expressão pessoal quanto a expressão de um corpo sócio-político-cultural. Surge assim como uma estratégia de melhor qualidade de vida.

4. Dentre os benefícios proporcionados pela prática de danças podemos incluir a perspectiva de ter no ensino de danças, nas atividades de lazer, nas comunidades, um potencial de aproximação das pessoas, de motivação da convivência familiar e de valorização da arte e da cultura. Aqui, a perspectiva é cultural e as festas folclóricas aparecem no conjunto da identidade cultural.

Enfim, entendemos a importância desse espaço de lazer, convivência e aprendizado, de forma educativa e formativa, ressaltando-se o seu valor para transformação da pessoa enquanto protagonista do processo de envelhecimento, na medida em que oportuniza nas relações sociais interpretações e ressignificações do mundo, de valores, de comportamentos, de opiniões, criando e reforçando identidades culturais.

Referências

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MINAYO M. C. **Violência contra idosos: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

É Preciso Ter Coragem para Defender os Direitos Sociais

Ewerton Almeida

“Que tempos são esses em que temos que defender o óbvio?” Você já deve ter escutado essa frase. Pertence ao poeta e dramaturgo alemão, Bertolt Brecht (1898-1956), o qual já questionava os efeitos do capital na vida da população naquele período. A continuidade desse perverso sistema justifica a atualidade desse questionamento, diante da semelhança com o momento em que vivemos, onde todos aqueles que defendem um projeto de sociedade inclusivo e democrático têm percebido, a cada dia, a necessidade de demarcar posicionamentos em defesa de questões óbvias; que vão desde os investimentos em áreas que compõem os direitos fundamentais – como educação, lazer e saúde – até um ferrenho questionamento à ciência, rebaixando a sua validade por senso comum, sob a égide de um governo federal que alimenta algumas dessas teorias obsoletas e, me arrisco a dizer, beirando a um estado fundamentalista.

Esta alarmante situação tem causado efeitos catastróficos sendo acentuada em meio à pandemia em que vivemos. Casos como o reaparecimento de doenças outrora já erradicadas, retornando por influência de movimentos antivacinas – exemplo do Sarampo –, até a busca de outras formas de manutenção da saúde com o uso de remédios sem efeitos comprovados, a exemplo, no Brasil, da hidroxicloroquina no combate à Covid-19, evidenciam uma ameaça à ciência e à vida.

Nessa conjuntura, reflito sobre os direitos sociais, em especial à saúde. Considerando sua gestão legislativa, está relacionada ao estado democrático de direito, no qual assume a responsabilidade pela sua oferta através do SUS. Tem nos seus princípios doutrinários – universalidade, equidade e integralidade – uma garantia destes serviços ao povo.

Apesar de afiançados pelos preceitos constitucionais, no entanto, a realidade não é bem assim na Atenção Básica (AB), que é a porta de entrada para a população. Há diversas barreiras de acessos que vão desde a chegada ao local até a materialização no atendimento pessoal que determinados corpos em vulnerabilidades sofrem para conseguir acessar seu direito. E quando alcançam, em muitos casos, os

profissionais têm condutas que violentam esses usuários e os culpabilizam por suas demandas.

Cabe a nós, profissionais de saúde, o dever ético-político em nossa terapêutica – em especial aqueles que atuam na AB –, pensarmos numa construção de saúde comunitária que atenda às necessidades de saúde, com uso de procedimentos que permitam dar respostas imediatas às demandas, mas também, pensar esse fazer, sob a égide da formação de vínculos. Não somente desse usuário com a unidade de saúde, mas em práticas que produzam subjetividades positivas acerca da diversidade e coletividade entre os mais diferentes sujeitos que compõem as relações interpessoais da comunidade, onde a unidade de saúde e os profissionais que ali se inserem serão os mediadores dessa relação potente que se desvela no cuidado.

Em prol da oferta à saúde de maneira ampliada e qualificada, se faz necessário que este profissional reconheça a sua posição privilegiada – como uma pessoa que tem maior atenção à escuta dentro daquela comunidade – e os seus limites de saberes específicos, para ações anti-hegemônicas. Também cabe a ele se reconhecer como mediador de conhecimentos em grupos, muitas vezes sem acesso a tantas informações, e acreditar na potência autônoma dos corpos desse território, horizontalizando as relações que ali são produzidas e coadjuvando no desenvolvimento sobre dimensão do direito social.

Fácil? Não mesmo. A AB, junto com outros direitos sociais, vem sofrendo uma série de retrocessos pela estrutura governamental, – PEC 241 –, ameaçando a vida de 75% da população brasileira que utiliza a AB¹. Reverberando, há mais pressões por condutas que utilizem menor tempo para um maior número de atendimentos possíveis. Portanto, o profissional de saúde se vê coagido para garantir sua empregabilidade, realizando atendimentos sob a lógica da queixa-conduta, onde não conseguem produzir um cuidado integral. Isso leva a uma produção de cuidado que não atende às reais necessidades dos usuários.

Se as demandas por um cuidado integral que extrapole os muros na AB eram enormes, com a pandemia as desigualdades sociais ficam mais evidentes e, se pensarmos, hipoteticamente, nas feridas abertas de um período pós-pandêmico,

podemos imaginar que a importância do cuidado à saúde das pessoas, com afeto, que produzam vínculos e cuidados integrais, será ainda mais urgente.

Acredito ser necessário repensar nosso agir em saúde, sendo cada vez mais inclusivo, respeitando a diversidade e individualidade, sem julgamento ético, moral, produzindo e compartilhando conhecimentos de fácil compreensão e que tenham sentido e significado para o usuário. É fulcral que possamos nos reconhecer enquanto profissionais de saúde que tenham na educação popular² em saúde uma forte aliada na produção de vínculos sociais para uma construção que seja coletiva e cidadã.

A título de breves considerações, nos meus sonhos não precisaríamos defender o óbvio, mas, quando acordo, percebo que é preciso (e precisamos) ter coragem para defendê-los.

Referências

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **E-Gestor Atenção Básica**, 2020. Apresenta a cobertura populacional estimada de equipes de saúde da família (eSF) e de equipes de Atenção Básica (eAB) utilizada para o monitoramento do acesso aos serviços de Atenção Básica, com vistas ao fortalecimento do planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acessoPublico/relatorios/relHistoricoCoberturaAB.xhtml>. Acesso em: 13 ago. 2020.

PEDROSA, J. **Educação popular, saúde, institucionalização**: temas para debate. Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Piauí, 2001.

O Lazer na Construção Social da Infância

Edinei Garzedin

A construção social da infância foi sendo forjada a partir de diferentes dimensões, como o olhar da família para o lugar da criança no seio familiar, a intervenção dos padres com a preocupação quanto à exposição dos pequenos ao mundo dos adultos, além do lugar do lazer, antes vivido pelas crianças juntamente aos adultos.

O lazer, assim como a infância, é um fenômeno social da modernidade. Ele sempre existiu, mas adquiriu lugar quando a sociedade moderna instituiu o trabalho em fábricas. Daí muitos o colocaram como oposto ao trabalho. Está apontado como direito social, no Brasil, na Constituição Federal de 1988.

Infância e lazer são termos que, aparentemente, andam de mãos dadas, pois infância é tida como a fase da brincadeira, do lazer, naturalmente. As crianças, cidadãos de direitos, estariam aí incluídas, a partir da nossa constituição, além de terem esse direito reafirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Contudo, o cotidiano das crianças mostra que a vida delas não tem essa irmandade com o lazer.

Segundo Phillipe Ariès (1981), a infância não tinha representação no período medieval. Com o tempo, uma espécie de “paparicação” foi surgindo, nas famílias, com as crianças pequeninas, culminando como um primeiro sentimento de infância. Um segundo sentimento de infância, Ariès assevera, partiu de fora das famílias, através de religiosos ou homens da lei, levados pela preocupação com os costumes, estendendo-se depois às famílias.

Quanto ao lazer das crianças, Ariès (1981) relata jogos e brincadeiras com bonecas, jogo com arco, cartas, jogo de xadrez, idas ao teatro, além de participação em jogos de salão, jogo de raquetes, que eram jogos de adultos. As crianças também participavam das festividades. No decorrer do século XVII, a participação de crianças e jovens nos jogos sofre mudanças, passando estes a serem reprovados, especialmente pelos jesuítas. Os padres, então, percebendo que não seria interessante proibi-los, escolhem alguns para fazerem parte da vida escolar, dando preferência a jogos que utilizassem o corpo, que remetessem ao movimento. (ARIÈS, 1981, p. 112-113).

A criança da era moderna brinca de outra maneira, veste-se com roupas produzidas por uma indústria pulsante em produtos voltados para esse público, desfruta de brinquedos que praticamente brincam sozinhos e vive a escola como espaço de socialização e aprendizagem para a vida de trabalho.

As brincadeiras na modernidade passaram a ocupar o lugar de dar conta da preparação das crianças para o futuro. Se a infância é essa fase da preparação para o futuro, devemos concordar com Rubem Alves quando ele diz que a criança é um ser inútil. (ALVES, 1995).

Para Marcellino (2001, p. 52):

Entre as crianças, que teoricamente deveriam dispor de muito tempo para o lazer, afetado unicamente pela obrigatoriedade do trabalho escolar, a situação real é desestimulante, não apenas entre famílias de classe baixa, mas também entre as pertencentes às classes média e alta. Procurando afastá-las do perigo das ruas, os pais as limitam ao espaço de casa ou apartamento, onde passam a formar um público cativo da televisão, que além dos desenhos animados, de discutível qualidade, quase nada lhes dirige especificamente, levando em conta suas características enquanto faixa etária. Falta espaço, motivação e orientação para brincadeiras grupais e práticas criativas. Os folguedos tradicionais são substituídos por brinquedos sofisticados, quando há dinheiro para o consumo, com os quais se deve ter o máximo cuidado, pois quebram com facilidade.

Nesse sentido, apelamos ainda a Marcellino (1990) quando este cunha o termo “furto do lúdico”, sendo aí obturado da infância os momentos da brincadeira, dando lugar ao consumo e ao aspecto produtivo.

A criança dessa época vive a velocidade da sociedade da informação. Tal como o coelho de Alice (CARROLL, 2005) que vive atrasado para tantos compromissos demandados pela vida moderna, como gente grande.

Criança superprotegida...criança em situação de risco...crianças que têm tudo...crianças que não têm nada...

O “ficar à toa”, tido como preguiça para adultos, mas não para crianças, ficou para trás. Hoje, elas também não devem ficar “sem fazer nada”. Para as crianças de famílias abastadas, uma rotina de atividades sociais; para as menos favorecidas, o ritmo do trabalho. Observa-se assim que a infância, atualmente, está constituída por muitas faces, desafiando-nos a pensar as crianças por uma nova ótica, como sujeito

que participa do contexto social, ocupando lugar e estabelecendo relações. De acordo com Resende e Debortoli (2007, p. 5),

[...] percebemos em um contemporâneo que se aparenta, cada vez mais globalizado, que as crianças estão, paradoxalmente, extremamente solitárias. Algumas têm seus pais ocupados unicamente com as próprias vidas, preocupados em ganhar dinheiro, outras experimentam duras relações e condições de sobrevivência em suas famílias, muitas habitam brutalmente as ruas construindo sozinhas suas próprias relações e princípios éticos.

Onde está a infância? Cuidar dela é permitir que esta seja tempo de lazer! Divertir-se, entreter-se, estar com seus pares em momentos lúdicos, onde não se abandone a infância nem se busque instrumentalizar a criança para um futuro.

A dicotomia lazer/trabalho, nascida no período industrial, vem sendo desconstruída. Segundo Gomes (2014, p. 5), “a compreensão de lazer como uma esfera oposta ao trabalho não vem conseguindo problematizar as complexidades e as dinâmicas que marcam as múltiplas dimensões da vida coletiva em diferentes âmbitos e contextos”.

Aportamos no escrito de Gomes (2014) para tratar o lazer como necessidade humana e dimensão da cultura. A autora situa o lazer articulando-o a três elementos: ludicidade, manifestações culturais e tempo/espço social, diretamente ligados à infância. O lazer é um campo complexo, assim também é a infância, ambos com sua “multiplicidade de vivências culturais lúdicas contextualizadas e historicamente situadas.” (GOMES, 2014). Lazer e infância voltam a se atar, aproximam-se no lugar de se contrapor à lógica existente. As crianças vivem uma lógica própria, elas subvertem o que está posto. Permitir à criança viver o tempo da infância é permitir que esta seja entrelaçada com o lazer, abrangendo a dimensão da cultura onde vive.

A infância, seja antes, agora ou depois, será sempre começo e o recomeço. Todo mundo foi criança um dia e a cada dia novas crianças surgem, sinalizando que cada tempo tem sua própria forma de fazer a infância acontecer. Agora, é tempo de atar infância e lazer, antes que não saibamos mais o que é ter infância.

Notas

[1] CARROL, Lewis. **Alice no país das maravilhas** – disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B-eg6n_xOlehakxyaXZaZW5OLTg/view

Referências

ALVES, Rubem. **Estórias de quem gosta de ensinar**. São Paulo: Ars Poética, 1995.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, 1981.

CARROLL, Lewis. **Alice no País das Maravilhas**. Porto Alegre: L&PM, 2005.

GOMES, Christianne Luce. **Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura**. Revista Brasileira de Estudos do Lazer. Belo Horizonte, MG: v.1, p. 3-20, jan./abr. 2014.

MARCELINO, Nelson Carvalho. **Pedagogia da animação**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

MARCELINO, Nelson Carvalho. **Lazer e humanização**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

RESENDE, Leandra Fernandes; DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira. Infância e lazer na cultura do consumo: um estudo sobre os shopping centers em uma nova espacialidade urbana. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15.; CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2. Recife. **Anais** [...]. Recife: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007. Disponível em: <http://www.cbce.org.br/docs/cd/resumos/302.pdf> acesso em: 10-12-2020.

Nos Encantos da Telona: o lazer e a educação

Lizandra Lima

Embora estejamos vivendo uma densa reformulação das práticas de lazer, dada as demandas do distanciamento social vivido desde março de 2020, o deleite nas telinhas e telonas das artes cinematográficas se mantém firme na realidade de lazer dos brasileiros. Reconhecendo esse encanto fica o questionamento: afinal, qual a relação que podemos estabelecer entre a sétima arte, a educação e o divertimento no nosso *tempo livre*?

Em setembro de 2020, o portal Extra trouxe uma reportagem apontando que os serviços de *streaming* apresentaram um crescimento de 51% do número de assinantes. Houve serviços que tiveram aumento de mais de 100% de expectadores pagos. Seria isso reflexo simples e único da busca por uma opção de entretenimento para o lazer em tempos de reclusão domiciliar?

A beleza e o encantamento provocado pelas produções cinematográficas acompanham a história desde os primórdios desse perfil de entretenimento. Assim que o cinema surgiu logo ocupou seu espaço no leque de atividades de lazer e se mantém dentre as preferências populares até hoje.

Engana-se aquele que pensa que o cinema se limita a uma ação passiva e ociosa dos lazeres. Analisando a relação do cinema com a história, a autora Verusca Silva, no texto *A Importância da escola dos anales para o estudo da relação entre cinema e história* (2009), levanta o quanto o cinema influenciou o caminho da humanidade chegando a dizer que a sociedade contemporânea não se tornaria o que é hoje sem ter tido contato com a imagem em movimento.

De fato, em relação aos modos de divertir-se, desde o início do século XX, vemos como as produções cinematográficas ditaram costumes, práticas e modismos nos núcleos aonde chegavam.

Em minha dissertação (*Percepções históricas sobre o lazer e a educação nas práticas de sociabilidade em Alagoinhas-BA, 2018*), ao discutir esta prática cultural de lazer no interior baiano, identifiquei que, mesmo com todas as limitações estruturais e econômicas do período, o cinema conquistou seu espaço e seu público nos moldes

de um lazer que, para além do encanto, instruía e educava seus frequentadores para os padrões da civilidade e modernidade.

Inicialmente, pelas ações de caixeiros viajantes que viam nos filmes um canal de propaganda para seus produtos, chegando à construção de espaços destinados aos cinemas locais na busca por uma “diversão moderna, o cinema, cujo progresso cyclonico e futuro promissor leva ao assombro” (O Correio de Alagoinhas, 12 de julho de 1926).

Se as primeiras produções cinematográficas eram simples, com cenas do cotidiano, a chegada dos anos 1920 trazia consigo o *boom* da mercantilização do cinema. A sociedade via a transição entre a realização curiosa de filmes do dia a dia para grandes produções estrangeiras assinadas por estúdios que se tornariam referência como a Universal e a Paramount, por exemplo.

Nos periódicos de Alagoinhas, cidade do interior baiano, durante a década de 1920, o cinema vinha reforçar e enaltecer a civilidade necessária a uma cidade moderna. Para além dos referenciais dos estúdios cinematográficos e o discurso da diversão e entretenimento, o apelo para o ensinamento moral contido no filme era recorrente nas publicações dos jornais da época.

Ao longo desses praticamente 100 anos o ambiente cinematográfico ganhou uma diversidade ímpar de pautas, algumas críticas e reflexivas, outras nem tanto. Christianne Gomes (2019), ao analisar essas demandas da sétima arte, aponta que, embora tenhamos um cenário diversificado de produções audiovisuais, há um consumo consideravelmente maior de um nicho de material destinado ao consumo puro, com um padrão de discurso, roteiro e fotografia pouco estimulante para as ideias ou para qualquer demanda formativa que poderia vir deste espaço.

Contudo, mesmo dentre esses perfis de produção, há ainda aquelas que nos levam à reflexão sobre a humanidade e sua sociedade, seus anseios e expectativas, comportamentos e costumes. Enfim, ainda há arte na sétima arte, dentro e fora dos circuitos mercadológicos.

Em tempos de opções de lazer limitadas, reconhecer as produções audiovisuais e seu potencial formativo revela-se como uma ressignificação do ato simples do educar. Os filmes e séries têm se tornado parte massiva do lazer popular

e ignorar as potencialidades desse espaço é renegar o lazer como espaço de educação.

Como Nelson Marcellino reflete em seu livro *Lazer e educação* (2013), a busca da educação pelo lazer não passa pelas cargas do espaço educacional formal, mas também não está completamente dispersa da ideia formativa. A atenção por algo que instrua no lazer deve passar prioritariamente pelo crivo do prazer, do recrear-se, da leveza do descanso. Com base nisso, é pensar que esta ação educacional abrigar-se-á nos aspectos de uma educação permanente, que se dá fundamentada na educação escolar, mas que se firma na rotina do ser que vê na sua realidade os desdobramentos e reverberações dos ensinamentos e dos conhecimentos vistos na escola.

Com os novos formatos de ensino sendo aplicados nos ambientes escolares, com as novas formatações de uso do tempo estando prioritariamente no lar, entender as relações entre as práticas de lazer e a educação passa novamente a ser uma pauta ascendente das discussões. O cinema, que já mostrou seu potencial formativo por tantas vezes na história, pode retornar aos contextos cultos do lazer, mesmo estando na perspectiva da cultura de massa, levando aos lares reflexões salutares se conduzidas pelo crivo da criticidade.

Claudio Pinto (2018, p. 03), no texto *Cinema de animação – Um breve olhar entre o lazer e a diversão: formação para que?*, aponta:

O filme é e pode ser o pré-texto, o texto que conduz o sujeito a temáticas e auto-reflexão, ou seja, é um meio que pode contribuir não só para a autoreflexividade como também para a construção do conhecimento crítico e da auto-crítica, enquanto sujeito da história, portanto, não passivo.

Há uma gama de trivialidades, mas também há temáticas significativas a serem apresentadas nesses materiais midiáticos que, por mais que não sejam levadas em consideração, são capazes de influenciar e reverberar em práticas sociais dos seus consumidores. Esse potencial, que era perceptível e explorado no início do processo de mercantilização do cinema, ainda existe com tanto fervor quanto antes, embora, atualmente, esteja um tanto marginalizado nos anseios da indústria cultural.

Referências

GOMES, Christianne Luce. Lazer e cinema: simbolismos e representações de gênero no filme “Boi Neon”. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 193-217, jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/13554/10752>. Acesso em: 28 fev. 2021.

LIMA, Lizandra de Souza. **Percepções históricas sobre o lazer e a educação nas práticas de sociabilidade em Alagoinhas-BA**. 2018. 88 f.: il. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. 17. ed. Campinas-SP: Papirus, 2013.

PINTO, Claudio Viera. Cinema de animação – Um breve olhar entre o lazer e a diversão: formação para que?. **UNESPE**, [S. l.], p. 1-8, 1 jun. 2018. Disponível em: <http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/2cinemadeanimacao.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2021.

SILVA, Veruska Anacirema Santos da. **A importância da escola dos annales para o estudo da relação entre cinema e história** *In*: CICLOS DE ESTUDOS HISTÓRICOS, 20, Ilhéus-BA. UESC: Ilhéus, 2009. Disponível em: http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/veruska_anacirema_santos_da_silva.pdf Acesso em: 03 nov. 2017.

VELOSO, Ana Clara; TONDO, Stephanie. Com pandemia e novos hábitos, 2020 se torna o ano do streaming no Brasil. **EXTRA**, [S. l.], p. 1, 27 set. 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia/com-pandemia-novos-habitos-2020-se-torna-ano-do-streaming-no-brasil-rv1-1-24660806.html>. Acesso em: 28 fev. 2021.

Lazer e Poesia: abaixo a robotização humana!

Sueli Abreu Guimarães

O dissílabo lazer carrega em si profundidade e extensão que, por vezes, o homem moderno não consegue, em meio ao automatismo acelerado do mundo das relações artificiais e dos gozos estilo “*fast food*”, apreender a essencialidade de momentos de respiração plena em que sensibilidade e ser mais podem e devem dar maior sentido à existência. Talvez esteja mais fácil, agora, no atual cenário nacional, perceber o quanto é fundamental, por exemplo, autodeterminação, encontro consigo mesmo, divertimento, aglomeração, passeios pelas ruas e calçadas, repouso (físico e mental), tudo isto de forma espontânea, livre e despreocupada, se não totalmente, pelo menos sem estar em estado de constante vigilância com medo de ser contaminado pelo vírus Sars-CoV-2.

O impressionante é que, apesar de tudo, e mais do que nunca, parece sobreviver uma pressa por produtividade, em meio a instabilidades e incertezas de um tempo ocupado por temáticas que giram em torno do assunto Coronavírus e suas cepas, sendo que reflexões acerca da concepção de lazer como um bem da vida ou mesmo um direito moderno conquistado, associado ao trabalho remunerado, hoje, inexistente para milhões de pessoas no Brasil, ganham aparência acessória quando a essencialidade deveria ser o registro. Faz-se necessário entender que o tempo reservado ao lazer possui semântica peculiar, pois reclama por liberdade e emoção autênticas; sobreleva a dignidade humana em território governado a partir de princípios justos e equânimes, por quem exercita a empatia e solidariedade. Limitar (linkar) direito ao lazer ao exercício do trabalho remunerado é simplificá-lo por demais; ignorar a natureza humana enquanto potência.

É preciso, portanto, fazer ecoar que lazer compreende a poesia da vida, porque é no movimento de inclusão e despertamento de sentidos e sentimentos frente ao que está posto e o que se deseja alcançar, para obter prazer, que o devenir encontra azo. A recriação da realidade com criatividade e exuberância acontece tanto na poesia quanto no lazer. Este se realiza por meio de estética que prima por um “*start*” de arquitetura íntima, sendo que a satisfação é personalíssima, intransferível. Depreende-se, portanto, que ditar o lazer do outro (em tempo, espaço e atitude) é

querer que este consuma “poesia plastificada”, é retirar características fundamentais de um tempo reservado para também transcender, libertar o eu, preferir, preterir e tudo mais, já que se pressupõe que o tempo do lazer requer afrouxamento das amarras sociais, autonomia da mulher e do homem.

Nesse sentido, importa estar atento a atravessamentos e disfarces que legitimam o direito ao lazer apenas àqueles que têm oportunidade de vender a sua mão de obra, favorecendo com que governos licenciosos negligenciem normas do estado brasileiro (Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto do Idoso; Estatuto da Pessoa com Deficiência no que tange ao lazer), solapando a universalidade do direito ao lazer ao transformar o cidadão em ser apenas de obrigações, um cumpridor de tarefas.

A poesia do lazer está justamente no direito que o homem tem, ainda que seja num determinado tempo, de gozar da vida ritmando e rimando como melhor lhe aprouver. Não se esquivava ao entendimento, então, que sem linhas delimitadoras entre a estafante busca pelo pão (trabalho, salário) e a respiração sentida, prazerosa (metáfora da vida, felicidade), devido ao caos sanitário, econômico, político e social, o tempo do oxigênio/lazer parece exíguo ou inexistente, de modo que o direito subjetivo e fundamental a ser usufruído por todos indivíduos se aproxima de um ideal utópico. Escancara-se, portanto, que faltam condições para se viver numa sociedade contrastada pelas desigualdades e injustiças estampadas diariamente nas mídias. Há fome em vários aspectos – a de lazer é uma delas.

A nutrição de um tempo em que cada um seja verdadeiramente o que se é ou o que se pretende ser, lançando mão de artifícios diversos, reais, imaginários ou até mesmo surreais, é da esfera e competência criativa de cada pessoa, mas reclama oportunidade, espaço, tempo e condição (não somente física ou material). Nestes tempos atuais, os sufocamentos advêm não só de uma crise sanitária (que é demais!) mas, também, de quem pode e deve gerir o bem comum; contudo, se ocupa em defender o direito ao próprio lazer ou de seus afins, desconsiderando compromissos sociais, humanitários, negligenciando cuidados essenciais aos concidadãos e concidadãs.

Gozar de momentos de criação e recriação da realidade em que haja itinerância e perseguição daquilo que se entende como fôlego necessário à vida é, vale a pena frisar, vital para que o humano não sucumba diante de sutis, moderadas ou violentas formas impostas de reducionismos ou desconsideração, sobretudo, de sua humanidade. Resta explícito, então, que apregoar lazer exclusivamente como recarregamento de energias necessárias a serem gastas no processo de submissão aos que detêm os meios de produção e se locupletam com desigualdade e exploração da força de trabalho de invisibilizados serve como manobra ou artimanha alienadora para manutenção do *status quo*, traduzido na diferença abissal entre os que possuem e despossuídos.

Urge a compreensão do lazer como fenômeno social inerente à natureza humana que também sobrevive se alimentando do lúdico, mas ao significá-lo e ressignificá-lo imprime complexidade capaz de impulsionar transformações valorosas ao homem e à coletividade. Assim, pode-se promover inventividade e desenvolver habilidades individuais e sociais importantes à transfiguração do monótono, estratificante e massificador. Depreende-se, então, que lazer é tempo e oportunidade do ser ele mesmo (sem limites para ser mais), sem máscaras ou filtro, promovendo ampliação do desejo de existir e reexistir, de maneira que a imaginação e as emoções são valoradas por se mostrarem potencializadoras de humanidade e, mais importante, o aperfeiçoamento dela.

O lazer dá palco à inovação libertadora, sendo capaz de reavivar expectativas no encontro do humano com o que há nele de mais íntimo (sem medo de ser demasiadamente humano), estimulando sentidos e não deixando que se perca de vista que, apesar dos dissabores, viver pode e vale muito a pena. Assim sendo, conceber lazer dialogando com confinamento, isolamento, quarentenas, distantes uns dos outros, pela imperativa defesa da vida, provoca fortes reflexões sobre o lazer, mostrando-se, por vezes, inconciliável a busca pelo prazer e satisfação pessoal quando se está sob a égide do temor de padecimento e morte. Em contrapartida, aviva-se a emergência de políticas públicas comprometidas com a vida humana em que lucro seja sinônimo de bem-estar coletivo, de zelo dispensado à população.

Infelizmente, o que se percebe ainda é que o mundo parece capotar e humanos, diante de tantas desgraças, comportam-se como zumbis sem se dar conta (ou sem poder se dar conta) de que o bom da vida é sentir e “exalar odores”, afetar e

afetar-se sem medo, com coragem de fazer ressoar que “A gente não quer só comer/ A gente quer prazer pra aliviar a dor/ A gente não quer só dinheiro/ A gente quer dinheiro e felicidade/ A gente não quer só dinheiro/ A gente quer inteiro e não pela metade” (COMIDA, 1987). Por isso, então, não é demais lembrar que lazer é vida e viver é arte (poesia viva!), que sem a dimensão sensível o humano se perde e lhe é conferido papel utilitário, mensurável e, por fim, descartável; que todo aquele que pulsa se constrói no impulso dos desejos, sonhos, e que ignorar tal riqueza é contribuir para o surgimento de uma sociedade de “mortos vivos”. Não à robotização humana!!

Referências

COMIDA. Intérprete: Arnaldo Antunes e Titãs. Compositores: ANTUNES, Arnaldo; FROMER, Marcelo; BRITTO, Sérgio. *In*: TITÃS. Álbum Jesus não Tem Dentes no País dos Banguelas. Intérprete: Arnaldo Antunes. Rio de Janeiro: Gravadora WEA, 1987. 1 CD, faixa n. 2, 3:59’.

Repita Comigo: a fruição do lazer é um ato de resistência!

Danilo Raniery Alves Freire

A elaboração deste texto marca um retorno pessoal às produções sobre o lazer. É especial, porque em meio às nossas lutas diárias pela sobrevivência, quer seja para enfrentar as adversidades impostas pela pandemia da Covid-19 ou mesmo para tentar superar essa espécie de funil em que o sistema financeiro nos empurra, ainda encontramos ou buscamos, de um jeito ou de outro, fôlego para o lazer – ou seria o próprio lazer o nosso fôlego? Foi esta reflexão que me fez produzir este texto e espero que as engrenagens mentais enferrujadas, por quase um ano, não prejudiquem a experiência de quem lê.

Tenho me reclinado à teoria do lazer enquanto um fenômeno da modernidade que se tornou crucial para a vida humana e, sendo assim, campo de conflitos e relações sociais heterogêneas. Compreendido isto, não é difícil explicar por que um grande número de pessoas, sem calcular a gravidade das consequências, ainda permaneceram nas ruas, bares e praias mesmo no momento mais grave da pandemia no Brasil.

Devo lembrar, para ser cuidadoso, que não se trata de justificar o posicionamento negativista e inconsequente daqueles que deveriam buscar estabelecer padrões de segurança sanitária e vacinação “em massa” para a população brasileira, mas sim de tentar entender quais diferentes perspectivas estiveram à disposição de parcela da população que decidiu ceder à fruição do lazer das ruas. Não podemos generalizar as escolhas dos sujeitos.

Esses fatos, no entanto, foram aqui trazidos para refletirmos sobre a importância do fenômeno lazer e como este pode ser ambiente de resistências simbólicas. Como pesquisador, atualmente também inserido no campo da história, recordo-me de trechos da minha dissertação de Mestrado (FREIRE, 2020) em que pude encontrar elementos que comprovam os conflitos existentes da relação lazer e sociedade, especialmente os achados que dizem respeito ao uso das praias da cidade do Salvador nos primórdios do século XX.

No início da década de 1920, por exemplo, a ideia de moralidade era muito forte na sociedade baiana, de modo que a ocupação das praias era fiscalizada pela

polícia local. A concepção tradicional de família era constantemente utilizada para demarcar uma postura conservadora por parte da elite baiana. Era preciso que se garantisse a ordem e a moral e, para isso, se fazia necessário que os corpos não estivessem expostos.

A polícia marítima iniciará desde hoje rigorosa fiscalização nas praias de banho, não permitindo trajes que ofendam a moral pública. Este acto do inspector da Polícia do Porto foi determinado pelas reclamações recebidas de famílias de residentes ao Rio Vermelho, Barra e Ribeira de Itapagipe onde os abusos continuam, mau grado às reclamações da imprensa (A TARDE, 06 nov. 1920, p. 2).

Outro trecho do jornal A TARDE, destaca o seguinte: “Todas as manhãs, nestes mezes de verão, as praias do elegante arrebalde regorgitam de banhistas e se animam de silhuetas femininas, de sorrisos e de cores” (A TARDE, 04 fev 1925, p. 1).

Eis, contudo, a essência de um conflito para a sociedade conservadora baiana. De um lado desejar para a cidade os avanços da modernidade vistos mundo afora, do outro ter que repensar sobre os ideais de moralidade. De um lado adotar práticas modernas, do outro ser considerada atrasada. De um lado apreciar as ousadas vestimentas de praia utilizadas no velho continente, do outro incomodar-se com os trajes que “atentavam à moral”. Para tanto, esse moralismo não se confirma totalmente. O “belo sexo”, as curvas femininas aparentes nos justos “maillots” eram “anunciados” nos jornais, como se fossem um convite adicional às praias.

Além da tentativa de aplicar ideais de moralidade sobre os corpos, havia também, naquela época, por parte das elites baianas, um mal-estar com a ocupação das praias pela população mais pobre. Isso fica evidente a partir das leituras de trechos como o que trago abaixo, ao abordar sobre a praia da Barra:

De todos os pontos que afluem para ali, numerosos automóveis particulares e de praça, conduzindo famílias e pessoas da melhor sociedade que vão aos banhos salgados uns, e se distraírem outros tornando-se o local pelas manhãs e as tardes um ponto de atrações notadamente aos domingos. Desgraçadamente, nem isso se respeita entre nós! E, tanto é verdade o que afirmamos, que, segundo reclamações de pessoas da mais destacada representação entre nós, a bela praia está sendo infestada de desclassificados. Envergando roupas sórdidas, outros quasi sem ellas jogando foot-ball a dizerem pilheiras grosseiras e – o que é ainda peor – proferindo obscenidades, com escândalo da multidão de senhoras e senhorinhas que ali se reúnem diariamente. Como consequência, todo o mundo está desertando a praia magnifica, até que a polícia saneie o bello logar (A TARDE, 21 jan 1933, p. 2).

Não satisfeita com a presença da população mais pobre nas praias “aristocráticas” da cidade, boa parte da elite começava a se deslocar em direção ao litoral norte da cidade do Salvador, o que explica o surgimento de praias como a da “Pituba”. Todavia, entendemos que, mesmo desejando afastar-se da população, essas elites não tiveram êxito. Isto porque, como num ato de resistência simbólica, a população mais pobre também ocupava essas praias na busca por lazer.

A partir dos trechos acima, reafirmo a perspectiva de que o lazer pode ser um ambiente de resistência no passado ou presente, quer seja para garantir a liberdade dos corpos ou enquanto valioso e restrito momento de distração e/ou diversão em detrimento das tentativas de opressão de um sistema que cada vez mais precariza as condições de trabalho e remuneração de uma população, além de ser ambiente de organização dos trabalhadores.

Nesse sentido, não devemos repetir o discurso que menospreza a importância do lazer, pois esse, como vimos, é espaço para relações sutis dos mais diferentes aspectos. É um equívoco ainda, tentar menosprezar os estudos que dizem respeito ao lazer buscando estabelecer hierarquias entre os direitos sociais como se a atenção dada ao fenômeno fosse responsável pelas condições atuais da sociedade. É preciso que façamos da nossa prática uma reflexão para a teoria e só assim perceberemos que, dadas as condições de outrora e atuais, a fruição do lazer é um ato de resistência.

Referências

FREIRE, Danilo Raniery Alves. **Práticas culturais de lazer em Salvador: cotidiano entre os anos de 1920 e 1935**. 2020. 143 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

SUGESTÃO DE LEITURA:

MELO, Victor Andrade de. **Esporte e Lazer: conceitos: uma introdução histórica**. Coleção Sport: História. – Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.124 p.

HISTÓRIA DOS ESPORTES, DAS PRÁTICAS CORPORAIS E DO LAZER

A Pseudo Neutralidade Política no Esporte

Natanael Vaz Sampaio Junior

Por algum tempo tenho analisado o crescimento dos estudos acerca do campo esportivo, despertado por interesses de diversas áreas de conhecimentos, em especial, as discussões que envolvem os cenários sociopolíticos e históricos. As motivações talvez se justifiquem pelo esporte ter conseguido, em momentos diferentes da história, se constituir enquanto um fenômeno sociocultural que atrai públicos de classes sociais distintas.

A gênese dos esportes da Era Moderna emerge em meio a um processo de transformação dos jogos populares em esportes de elite, especificamente nas *public schools*, destinadas aos filhos da aristocracia inglesas, no final do século XIX, sendo utilizado, a princípio, enquanto instrumento de controle do tempo dos adolescentes, mas, também, na qualidade de mecanismo para assegurar um envolvimento contínuo e total da população operária, onde acredita-se ter sido um dos caminhos para a disseminação do esporte na qualidade de atividade corporal de caráter competitivo em nível mundial (BOURDIEU, 2019). Portanto, a internalização do esporte, na qualidade de práticas corporais e fenômeno sociocultural, extrapola seus objetivos iniciais e ganha outros contornos, outros olhares e intencionalidades, notadamente políticos.

Esse olhar preliminar sobre a constituição do campo esportivo, especialmente na qualidade de um campo de luta entre classes sociais pelo direito de praticá-lo, nos possibilitou indagar: Como é possível uma neutralidade política no campo esportiva? Mas, afinal, não seria essa pseudoneutralidade, uma posição política? Seria o campo esportivo realmente autônomo?

Tais questionamentos nos permitem inferir que a neutralidade do campo esportivo foi e continua sendo cada vez mais mascarada, em decorrência de suas aproximações com o Estado, onde organizações/instituições esportivas e seus agentes responsáveis, se relacionam com diferentes instâncias de poder, no intuito de conquistar benefícios, seja na forma de patrocínios ou em deduções fiscais e, às

vezes, conquistas políticas (BOURDIEU, 2019). Daí, a negação de uma posição política, pode ser uma estratégia de disfarçar as reais intenções dos organismos esportivos, onde quaisquer manifestações praticadas por atores sociais (atletas e comissão técnica), que caracterizem atos políticos sofram repúdios, como forma de silenciar e não colocar em risco as benesses conquistadas frutos dessas relações e, assim, o esporte assume uma posição neutra como caminho possível.

Episódios recentes da nossa história demonstraram que, apesar da pseudoneutralidade das instituições esportivas, atletas têm assumido posturas políticas de contrapontos a sistemas e governos. Neste ensaio, trataremos três fatos que repercutiram em nível mundial e que ilustram nossas reflexões: 1) A *National Basketball Association* (NBA), principal liga de basquetebol profissional dos Estados Unidos da América e do mundo, foi surpreendida com a interrupção de uma partida dos *playoffs*, onde atletas do Milwaukee Bucks se recusaram a entrar em quadra contra o Orlando, em protesto contra o racismo e a violência policial, desencadeando em adesão de outras ligas, como a *Women's National Basketball Association* (WNBA) e as ligas de futebol e beisebol[1]; 2) Lewis Hamilton, no GP da Toscana, fez protesto contra o racismo e pediu a prisão dos policiais que mataram Breonna Taylor (jovem americana assassinada por policiais nos Estados Unidos)[2]; Carol Solberg, atleta de vôlei de praia, após a conquista da medalha de bronze em uma das etapas do Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia, manifestou seu descontentamento contra o governo do presidente do Brasil[3].

A diferença, nos casos ora citados, encontra-se justamente na natureza das relações entre organismos/instituições e Estado, pois, em todos os casos, ficam caracterizados posicionamentos políticos contra fatos e acontecimentos, geralmente relacionados a governos que não têm se atentado às questões sociais significativas. No caso das franquias da NBA, estas, são literalmente independentes/autônomas e seus atletas possuem representatividades em suas franquias e dos públicos locais, respaldando-os em suas decisões. Lewis Hamilton se constitui em uma das personalidades internacionais no campo esportivo de maior prestígio no cenário mundial, notadamente por ser a Fórmula 1 a categoria mais representativa do automobilismo, ainda que *Federation Internationale de L'Automobile* (FIA) tentasse silenciá-lo. No caso Carol Solberg, atleta de vôlei de praia, esta sofreu repúdios do próprio sindicato, entidade representativa dos atletas de vôlei de praia e da

Confederação Brasileira de Voleibol (CBV), esta última, com posturas lamentáveis. A CBV tem assumido o papel de neutralidade frente às questões políticas, punindo ou ameaçando quem a representa de protestar, cerceando a liberdade de expressão a exemplo do fascismo, bem como de seus representantes no atual governo brasileiro.

Para Bourdieu (2019), o campo das práticas desportivas é espaço de lutas, lutas do amadorismo contra profissionalismo, esporte-prática contra esporte-espetáculo e, sobretudo, esportes de elites e esportes da classe popular, o que não nos causaria estranheza, pois em suas constituições estavam muito bem definidas quais seriam os esportes destinadas aos filhos da elite e outros esportes propostos para os trabalhadores das fábricas, o que não impediu a luta pelo direito de praticá-los.

Enfim, a intenção de trazer tais reflexões neste ensaio perpassa pela necessidade que tive e tenho de inquietar-me sobre a pseudoneutralidade política do esporte, mascarada por burocratas burgueses que utilizam do campo esportivo na qualidade de mecanismo de poder e aproximações a outros poderes. Notadamente no Brasil, os atletas e as comissões técnicas ficam reféns de um sistema esportivo impregnado por uma série de distorções históricas e políticas, que utiliza elementos de repressão à liberdade de expressão para se perpetuarem em harmonia com poder político vigente. Nesse sentido, acredito que o esporte brasileiro conseguirá avançar no cenário nacional e internacional e, aqui, não estamos nos referindo somente às questões técnicas; quando se desatar as amarras políticas que os impedem de caminhar, torna-se claro que o princípio democrático facultará uma participação universal no esporte como um direito, um fenômeno social e de representação plural.

Notas

[1] Ver reportagem em: <https://www.uol.com.br/esporte/basquete/ultimas-noticias/2020/08/29/nba-volta-com-protesto-contra-o-racismo-e-incentivo-ao-voto-nas-eleicoes.htm?cmpid=copiaecola>.

[2] Ver reportagem em: <https://globoesporte.globo.com/motor/formula-1/noticia/apos-manifestacao-de-hamilton-em-mugello-fia-proibe-o-uso-de-camisetas-na-cerimonia-do-podio.ghtml>.

[3] Ver reportagem em: <https://www.metropoles.com/esportes/futebol/carol-solberg-veja-esportistas-que-tambem-se-posicionaram-politicamente>.

Referências

BOURDIEU, Pierre. Como podemos ser desportistas? *In*: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

Entre Goles de Cerveja e o Prazer dos Cabarés: a vida noturna em Salvador (1920-1935)

Danilo Raniery Alves Freire [1]

A Bahia – terminada a última sessão do cinema – parece uma grande cidade morta, inteiramente desabitada. [...] MORTE APARENTE. É, no entanto, a cidade vive! Vive, sim, a vida desregrada e perigosa do bas-fond. (Jornal A TARDE, 07 de outubro de 1926, p. 1)

Na tradução do francês para o português, o termo “*Bas-fond*” quer dizer “fundo baixo”. O dicionário Michaelis [*on-line*] nos aponta que o termo quer dizer “camada degradada da sociedade, escória social, ralé”[2]. Assim eram rotuladas as pessoas que ousavam experimentar os prazeres das ruas nas noites da cidade da Bahia entre as três primeiras décadas no início do século XX.

Estava configurada, portanto, uma complexa organização social que contribuía para a existência de uma vida noturna na cidade em espaços como os cabarés (casas de tolerância, casas de cômodo, pensões), os cassinos e bares (quiosques, botequins ou botecos), entre outros (SOUZA, 2010; SANTANA, 1996). Logo, entendemos que as madrugadas na cidade do Salvador eram, até certo ponto, movimentadas, mas isso se dava especialmente em torno desses espaços marginalizados (cabarés, bordéis, pequenas pensões, cassinos, bares e quiosques).

Por esse fator, quando os jornais descrevem que não havia uma vida noturna na cidade, basicamente estão nos dizendo que não havia uma vida noturna socialmente aceitável, que fosse digna de se estampar nas folhas dos jornais, sem que estivessem nas colunas destinadas às queixas e crimes[3].

Para encher o deserto que era a vida nocturna na Bahia, fundaram-se os “cabarets”. São máscaras luminosas que escondem o vício. Na sala de frente cercado pelas mesas, o tablado para danças. Pares deslizam ao som de Jazz. De quando em quando, o cabaretiso, anuncia o numero de sensação, que é sempre uma mulher magra, envelhecida e gasta, que canta uma canção qualquer (A TARDE, 16 jul. 1935, p. 2).

Os “cassinos” eram os ambientes privados destinados ao comércio de jogos, venda de bebidas, comidas e apresentações artísticas. Já os bares, muitas vezes, funcionavam em quiosques espalhados pela cidade (Ex.: Barroquinha [Pelourinho], 2 de Julho, Comércio, etc.). No geral, esses ambientes e as pessoas que os

frequentavam somente eram bem vistos quando se tratavam de recintos privilegiados por serem “elegantes” e estarem de acordo com as tendências modernas.

Por volta dos anos 1930, os “cabarés” parisienses, especialmente o *Moulin Rouge*[4], empolgavam os empresários baianos. As tendências provenientes da *belle époque* francesa, inicialmente causavam estranhamento, mas bastava a “moda pegar” entre a “alta” sociedade baiana que passavam a serem representadas com brilhantismo nas folhas dos jornais. O motivo se explica pela própria característica dos jornais que, junto ao cinema, serviam como mecanismos de “transporte” das modas do velho continente, intensificadas pelo período de efervescência cultural.

Inaugurado em 1930, o Cassino Bahiano foi um dos locais com essas características e estava situado à Rua Carlos Gomes, número 57[5]. Era um *dancing* moderno, luxuoso e possuía sala de jogos, espaços para apresentações teatrais, restaurante e barbearia[3]. Além do Cassino Bahiano, outros cassinos identificados foram o Cassino Antártica, Kursaal Bahiano, Espanhol e Tabaris. O Kursaal Bahiano ficava no mesmo prédio do que passou a ser o Cine-Teatro Guarani, que funcionava na Praça Castro Alves. Também na Praça Castro Alves estava o Tabaris, onde hoje é o Teatro Gregório de Mattos. Na Barra estava localizado o “Cassino Espanhol” (atual Clube Espanhol), onde funciona até os dias atuais.

Os outros espaços da vida noturna dos soteropolitanos eram os bares, quiosques, botequins e botecos. Recebia o nome de “bar” os estabelecimentos formais regularizados e que geralmente estavam localizados próximos das praias (ex.: Barra, Rio Vermelho e Amaralina). Quiosques botequins e botecos, eram termos pejorativos para denominar os bares populares que, por sua vez, poderiam ser encontrados nas ruas do Centro, do Comércio e dos bairros pobres. Estes eram menosprezados e qualificados como um “mau gosto da sociedade”[7].

Há na vida noturna da cidade, a que se passa nos quiosques, nos botequins, depois da meia noite, verdadeiros assumptos para observações psychologicas das ruas, mas das ruas inferiores. A gente colhe nesses logares, por entre os vapores do alcool e do café fervente, da cusparada e do sarro dos cigarros matarratos, muito conhecimento do grau de educação, de civilização e de instinto da sociedade da plebe (A TARDE, 07 nov 1921, p. 1).

Engana-se, porém, quem acha que os quiosques e botequins eram somente frequentados por sujeitos à margem. Eram o local onde também se encontravam “numa algazarra” em seus momentos de folga e em meio às meretrizes, os marinheiros, policiais, comerciantes e empresários.

As noites na cidade também reservavam outras práticas, entre elas, as serenatas realizadas sempre por jovens rapazes nas ruas adjacentes à Avenida Sete de Setembro e outras regiões da cidade. A “algazarra” estava formada e era ouvida aos sons dos violões e cavaquinhos. As serenatas não incomodavam as pessoas que moravam na região, mas, algumas vezes, como relatam os jornais, as “pandegas” terminavam em pancadaria. Um lazer boêmio, um divertimento que varava madrugadas entre goles de cerveja e o dedilhar dos cavaquinhos.

Estudar detalhes sobre os aspectos históricos da vida noturna demanda debruçar sobre outros tipos de fontes e métodos (ex.: registros policiais, revistas, relatos de viagens, memória, etc.). Todavia, algumas pequenas notas e matérias de jornais foram suficientes para nos possibilitar uma compreensão, ainda que ampla, sobre as andanças dos baianos pelas não tão silenciosas ruas, em especial, do centro da cidade.

Neste sentido, cabe afirmar que, a partir da década de 1930, as noites baianas se tornaram mais “quentes”, em virtude das inaugurações dos cassinos. Entretanto, desde a década de 1920, as serenatas, os cabarés, botequins e botecos, animaram as madrugadas de homens e mulheres dos diferentes extratos sociais da capital. Todavia, a vida noturna dos baianos, bem como detalhes sobre os públicos marginais, ainda carece de uma investigação histórica mais profunda, sobretudo na capital do início do século XX, haja vista as transformações urbanas e tentativas de mudar costumes e práticas provenientes de ideários de modernidade e civilidade que mudaram na ocupação territorial e urbana, especialmente do centro da cidade (SOUZA, 2010; SANTANA, 1996).

Notas

[1] Este texto é uma construção baseada em minha dissertação de mestrado incluindo apenas algumas alterações. Dissertação disponível no blog do grupo Corpo.

[2] Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=V8BY>. Acesso em: 19 dez. 2020.

[3] A TARDE, 15 abr. 1930, p. 2.

[4] Tradicional cabaré francês inaugurado em 6 de outubro de 1889. Informações disponíveis no site oficial do Moulin Rouge. Endereço: <http://www.moulinrouge.fr/> Acesso em: 30 jan. 2020.

[5] A Rua Carlos Gomes era uma das ruas mais importantes do centro antigo, pois, junto à Avenida Sete de Setembro, liga a Ladeira da Montanha ao Campo Grande.

[6] A TARDE, 08 jul. 1930, p. 2.

[7] A TARDE, 07 nov. 1921, p. 1.

Referências

FREIRE, Danilo Raniery Alves Freire. **Práticas culturais de lazer em Salvador: cotidiano entre os anos de 1920 e 1935**. 2020. 143 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

SANTANA, Nélia de. **Prostituição feminina em Salvador (1910-1940)**. 1996. 108 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

SOUZA, Eric Ferreira. Errância dos desejos: territórios e sujeitos marginais no centro da cidade de Salvador nas primeiras décadas do século XX. *In: Seminário Fazendo Gênero – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos* –, 9, 2010, Santa Catarina. **Anais eletrônicos [...]**. Santa Catarina: UFSC, v. 9, p. 1-9, 2010. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278189091_ARQUIVO_Texto-FazendoGenero9-EricFerreiraSouza.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

Entre Tabus e Aplausos: os olhares da sociedade sobre as mulheres vaqueiras da Bahia (1960-2018)

Adriana Priscilla Costa Cavalcanti

No final do século XIX e início do XX, nota-se que o processo de urbanização mobiliza mudanças no cotidiano dos sujeitos, de modo a gerar a necessidade da constituição de outros espaços de sociabilização. Isso acaba por constituir um efeito de “deslocamento dos indivíduos do âmbito privado para o público” (ALMEIDA, 2017, p. 25).

Desse modo, as mulheres também passaram a ocupar o espaço público, impulsionadas pelo movimento republicano, bem como pelos ideais feministas que adentravam “solo brasileiro” (ALMEIDA, 2017; ADELMAN, 2003). Racionalmente, as mulheres letradas frequentavam “os espaços de convivência social, como os clubes de dança, as associações esportivas, os grêmios recreativos, os salões de festas, os cafés, dentre outros, como tentativa de se firmar em sociedade” (ALMEIDA, 2017, p. 25).

Porém, essa conquista de direitos que, para elas, era “se fazer corpo” em locais que dantes eram direcionados apenas aos homens, (ALMEIDA, 2017), de certo modo seria “monitorada”, vigiada pelos outros membros da sociedade. Passou a ser definido um modelo ideal de mulheres públicas, instituindo-se, assim, um padrão de comportamento a ser seguido.

Portanto, ser uma mulher de bem estaria atrelado à ideia que esta teria que trajar-se adequadamente, ocupar profissões e lugares que fossem definidos pela sociedade como especificamente femininos, bem como manter-se dedicada ao seu lar, filhos e marido.

Esse imaginário construído faz com que até hoje exista uma divisão de opiniões frente à participação de mulheres nos diversos espaços públicos. Tem quem concorde que a mulher de fato tem de ser emancipada, independente e estar onde ela quiser, mas há ainda quem desvele uma insatisfação por conta disso, notadamente, aquelas pessoas que tiveram uma construção cultural pautada na ideia de que somente homens deveriam ocupá-los, como por exemplo, as vaquejadas.

Por conta disso, percebe-se que, para além dessa divisão de opiniões, há também uma invisibilidade da mulher, principalmente a mulher vaqueira. Isso é notório, especialmente quando ao recorrermos, por exemplo, aos jornais do estado da Bahia, em particular da capital e da cidade de Feira de Santana, encontramos apenas cinco reportagens falando sobre as vaqueiras e quarenta e cinco sobre rainhas de vaquejada e de festas de vaqueiro. Isso denota o quanto o corpo feminino desse meio ainda é invisível, silenciado.

Entre as mulheres vaqueiras^[1], no geral, é consenso que antigamente o preconceito era mais evidente, pois era um “tabu” ter uma mulher correndo vaquejada. Sendo assim, era mais difícil para elas se firmarem nesse meio. Diferentemente dos dias atuais, onde elas já encontram um maior apoio dos homens para a realização da prática.

Porém, para alcançar essa aceitação de mulheres competindo em vaquejadas, algumas delas revelam que tiveram que se esforçar muito mais para provarem que eram capazes e assim conquistarem o respeito no meio da prática.

Isso demonstra que, apesar da vaquejada se mostrar em um meio diferenciado, no que tange ao apoio de homens para a participação feminina, haja vista que verificamos vários casos em que foram os homens que contribuíram para a inserção das mulheres na prática, ainda têm aqueles que julgam, que fazem comentários preconceituosos, que destilam piadas de desmotivação e pais que não aprovam que suas filhas se enveredem na atividade, mesmo tendo cavalos e fazenda, ainda que em menor proporção do que alguns anos atrás.

Inclusive, levando em consideração a época em que cada uma delas teve seu início na vaquejada, parece-nos que o preconceito, de modo mais acirrado, se manifestou entre os anos de 1990 até meados de 2010. Acreditamos que isso tem uma relação com a nova dinâmica que a vaquejada assumiu, iniciada na década de 1990, na tentativa de se consolidar no campo esportivo. O aumento do número de competições e sua correspondente publicização acabou por ampliar também o número de mulheres interessadas na prática ao longo dos anos, algo incomum para os homens, diante do imaginário até então construído em volta da vaquejada: uma atividade que deveria ser praticada exclusivamente por homens de força e coragem.

Aquelas que começaram a participar antes dessa época, nos deixam aparente o fato de que por ser novidade no meio, principalmente, porque eram muito boas no que faziam, não havia discriminação em relação a sua participação. O tabu aí era vislumbrado como ponto positivo já que essas mulheres eram uma exceção à regra no que tange ao exercício da prática.

Contudo, acreditamos que o processo instaurado de espetacularização da participação feminina nesta atividade (SANTOS, 2017), e os mecanismos velados utilizados por uma cultura da homosociabilidade^[2] (ADELMAN, 2011) acabavam por ofuscar a percepção de arranjos confabulados, propositalmente ou não, para minimizar o feito das mulheres nesse locus.

Podemos também inferir que, em alguns casos em particular, esses elementos do preconceito masculino em relação à participação das mulheres não tenham acontecido de modo mais efetivo e transparente, haja vista que alguns homens realmente podem de fato ter desenvolvido uma verdadeira e profunda admiração pela potencialidade e competência dessas mulheres.

Diante disso, percebe-se que a sociedade tem aceitado mais a participação de mulheres enquanto vaqueiras desportistas. Tanto que em vaquejadas que possuem a categoria feminina, na qual as mulheres competem só com mulheres, as arquibancadas ficam cheias, com um público que vibra e aplaude bastante as vaqueiras a cada derrubar de boi, filmando e fotografando suas façanhas. Afinal, o número de mulheres competindo tem crescido muito nos últimos anos, passando assim a ser uma coisa normal no meio.

Todavia, esse número de mulheres participando não supera e nem chega próximo do quantitativo de homens, visto que ainda se perduram as dificuldades e os obstáculos para se constituir em massa tal participação. Mulheres interessadas nisso temos muitas, mas ainda há a existência de empecilhos que impedem sua inserção, bem como dificultam o fortalecimento da categoria feminina nas vaquejadas da Bahia.

NOTAS

[1] Pesquisa que resultou na dissertação de CAVALCANTI, Adriana Priscilla Costa. **“As Marias de Gado”**: descortinando trajetórias da participação de mulheres nas vaquejadas da Bahia. 2020. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Foram entrevistadas

dez mulheres, entre vaqueiras e rainhas de vaquejada, que participaram ou participam das vaquejadas. Recorte temporal da pesquisa: 1960 – 2018.

[2] Uma cultura da homosociabilidade, segundo Adelman (2003) é aquela que se caracteriza em uma sociedade masculina que se encontra expandida nos espaços e no cotidiano, excluindo veladamente, ou não, as mulheres.

Referências

ADELMAN, Miriam. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 360, jul./dez. 2003.

ADELMAN, Miriam. As mulheres no mundo equestre: forjando corporalidades e subjetividades 'diferentes'. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 392, set./dez. 2011.

ALMEIDA, Marlaine Lopes de. **O Club Sportivo Feminino e as formas de sociabilidade para as mulheres da elite em Aracaju (1919-1926)**. 2017. 142f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SANTOS, Anyelle Brito Leite. **Valeu o boi!** Uma análise de gênero na vaquejada. 2017. 65f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Petrolina, Petrolina-PE, 2017.

Sobre a Matriz Japonesa do Jiu-Jitsu Brasileiro

Luan Alves Machado

O presente texto visa discutir o processo histórico de formação do Jiu-Jitsu Brasileiro (JJB), com enfoque nas suas bases de construção, que resultaram na formação deste produto esportivo tal como o conhecemos hoje no Brasil. O JJB tem uma história recente, um processo que se inicia a partir de migrações japonesas para o Brasil no início do séc. XX. Especificamente a partir da chegada de mestres oriundos da escola Kodokan, mundialmente famosa por ser a escola do mestre Jigoro Kano, reconhecido como o pai do Judô. Compreender o cenário japonês, que resultou nesse processo em questão, é primordial para interpretar as bases históricas de formação dessa modalidade, assim como os seus desdobramentos.

Cabe destacar que esse estudo parte da história hegemônica consolidada sobre o tema. Vale ressaltar que em períodos anteriores houve representantes de outras escolas de Jiu-Jitsu no Brasil, tal como mostra o estudo de Lise e Capraro (2018). No entanto, parte-se do pressuposto de que o processo que resultou na construção dessa modalidade, como a conhecemos hoje, é consequência principalmente da participação da família Gracie.

Figura 1 – Mitsuyo Maeda



Fonte: GracieMag: The Original Jiu-Jitsu Magazine Since 1994

Figura 2 – Tsunejiro Tomita



Fonte: Kodokan Institute Hall of Fame

Figura 3 – Soishiro Satake



Fonte: Blog Judo Tradicional Goshinjutsukan

De acordo com as fontes levantadas para este trabalho, a chegada de Tsunejiro Tomita, Soishiro Satake e Mitsuyo Maeda (mestres da 1ª e 2ª geração da escola Kodokan) “nas Américas” aconteceu na primeira década do século XX, e é resultado de uma política de estado japonesa, cujo objetivo era levar ao mundo ocidental a sua cultura. Nesse sentido, o Judô Kodokan se enquadrava de forma assertiva para essa política, sendo um produto genuíno da recente modernização japonesa. Essa política foi consequência direta do fim do isolamento japonês em relação às nações ocidentais no período pré-Era Meiji.

A Era Meiji teve início em 1867, a partir da ascensão ao trono do Imperador Meiji (como ficou popularmente conhecido). Esse processo deu fim aos dois séculos e meio de feudalismo japonês, e a um longo período de isolamento demográfico desse país em relação às nações ocidentais. Esse cenário provocou profundos impactos

culturais. Com o isolamento, ficou prejudicada a circulação demográfica, o intercâmbio cultural e, com isso, houve um distanciamento dos conhecimentos que são de maior importância para este estudo – as artes marciais e as lutas.

Investigar esse processo traz também importantes contribuições em relação a uma discussão sempre presente nesse campo: os conceitos de Artes Marciais e Lutas. Se faz necessário relacionar o fenômeno com o contexto histórico no qual ele está inserido, compreendendo que uma prática é uma produção humana, social e política.

No período Pré-Meiji havia uma grande importância dos Samurais enquanto soldados da aristocracia japonesa (daymios). Esses se organizavam em centros, onde praticavam e estudavam conhecimentos marciais. O Japão vivia um momento histórico marcado por profundas características feudais, em que os daymios eram subordinados ao xogun (um militar que comandava o Japão, uma espécie de general). Havia um sentido de guerra, de segurança pública e forte influência militar na sua organização e disciplina. Os Samurais faziam uso principalmente de espadas como instrumento de batalha e não havia nesse período arma de fogo no Japão. Os estudos, técnicas e práticas que remontam a esse período, possuem um sentido bem diferente das práticas modernas que se organizaram a partir dessa matriz.

Com o início da Era Meiji, os Samurais perderam importância e poder na organização da sociedade japonesa. Não puderam mais empunhar suas espadas e tampouco usá-las para execução. Com isso, alguns Samurais cometeram suicídio, e alguns centros de treinamento encerraram as suas atividades. No entanto, houve outros que se resignificaram, adequando os conhecimentos e as práticas marciais a esse novo cenário de organização da sociedade japonesa.

Nesse período se iniciava uma forte modernização e abertura comercial em relação às nações ocidentais. Foi nesse contexto que surgiram as diferentes escolas de Jiu-Jitsu no Japão. Dentre as muitas escolas que havia, uma recebeu notoriedade: a Kodokan. Essa escola ficou conhecida mundialmente pela formulação do Judô, sistematizado pelo Sensei Jigoro Kano. O Judô era um produto símbolo desse novo Japão, e já trazia consigo características esportivas que favoreceram a sua consolidação mundial.

É a partir dessas transformações que se apresentam contribuições para a compreensão dos conceitos de Artes Marciais e Lutas. A primeira, trata de práticas pré-modernas que, no contexto japonês, se relacionava com o cenário histórico Pré-Meiji, cujo símbolo principal é o Samurai. O conceito de Lutas se torna adequado às práticas que se estabeleceram a partir da Era Meiji, como consequência da modernização do Japão. Nesse cenário, houve a sistematização do Judô, que aliava tradições antigas com uma nova concepção de homem e corpo, para ser instrumento de “educação física e mental”.

O Judô Kodokan se materializou como uma política de Estado, que representava uma nova identidade nacional. Os mestres da escola Kodokan, que participaram das expedições pelo ocidente, o fizeram como missões oficiais, como política do Ministério de Relações Exteriores Japonês.

Referências

LISE, R. S.; CAPRARO, A. M. Primórdios do jiu-jitsu e dos confrontos intermodalidades no Brasil: contestando uma memória consolidada. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, v. 40, n. 3, p. 318-324, jul./set. 2018.

Sugestões para leituras

BIZZAR, K. **A história do jiu-jitsu brasileiro: do jujutsu ao jiu-jitsu**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

GONÇALVES, A. V. L; SILVA, M. R. S. Artes marciais e lutas: uma análise da produção de saberes no campo discursivo da Educação Física brasileira. **Revista Brasileira de Ciências de Esporte**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, 2013.

KANO, J. **Energia mental e física: escritos do fundador do judô**. Tradução Wagner Bull. São Paulo: Pensamento, 2008.

KANO, J. **Judô Kodokan**. Tradução Wagner Bull. São Paulo: Cultrix, 2008.

MAÇANEIRO, G. G. B. **Do Judô ao Gracie Jiu-Jitsu: A influência do judô Kodokan na idealização e no desenvolvimento do Jiu-Jitsu brasileiro**. 2012. 65 p. Monografia (Bacharelado em Educação Física) – Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

VIRGÍLIO, S. **Conde Koma: o invencível yondan da história**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Átomo, 2017.

O Primeiro Vestibular da ESEFPA e a Turma Pioneira “Prof. Nagib Coelho Matni”

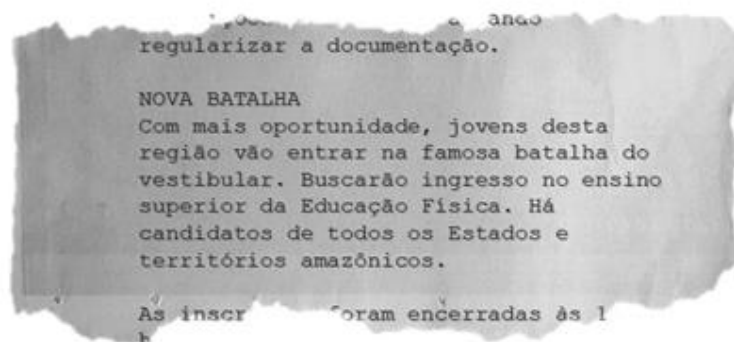
Carmen Lilia da Cunha Faro

No Pará, o primeiro curso de formação acadêmica civil em nível superior em Educação Física iniciou com a criação da Escola Superior de Educação Física do Pará (ESEFPA), em 11 de março de 1970, cuja finalidade era desenvolver atividades no âmbito do ensino superior, proporcionar habilitações profissionais, maior acesso à educação e cultura, promover a pesquisa e a cultura física, bem como elevar o índice educacional do país, especialmente da Região Amazônica (MATNI; SANTOS, 1984).

Os primeiros exames de vestibular, promovidos para o ingresso no Curso Superior de Educação Física da ESEFPA, foram realizados entre os dias 21 e 30 de maio de 1970. Santos (1985) alega que era enorme a expectativa nos meios educacionais acerca desse primeiro vestibular dessa escola, visto que um curso superior novo gerava especulações em relação ao mercado de trabalho.

No dia 21 de maio de 1970, o Jornal Folha do Norte noticiou o primeiro vestibular da ESEFPA, como pode ser visto na figura 1.

Figura 1 – O primeiro vestibular da ESEFPA com candidatos dos estados e territórios amazônicos.



Fonte: Adaptado do jornal Folha do Norte, 21 mai. 1970, p. 7.

No primeiro vestibular da ESEFPA havia 86 candidatos (44 do sexo masculino e 42 do sexo feminino) disputando o total de 70 vagas, que seriam divididas em 35 para o sexo masculino e 35 para o feminino.

As provas dividiram-se em exames práticos, teóricos (provas de Português, Ciências Físicas e Biológicas, Matemática, Francês ou Inglês) e de aptidão

morfofisiológica. A direção geral dos exames estava sob a responsabilidade do professor Nagib Coelho Matni. No dia 21 de maio de 1970, quinta-feira à tarde, foi iniciado o exame médico dos vestibulandos, cujo prazo seria até o dia 22.

O primeiro exame prático foi realizado em um sábado, dia 23 de maio 1970, nas instalações do Departamento de Educação Física, Recreação e Esportes (DEFRE), e o segundo exame, uma prova de natação, realizado no mesmo dia às 14 horas, na piscina da Tuna Luso Brasileira. Na segunda-feira, dia 25 de maio, ocorreram as provas de Atletismo no estádio Sargento Camargo da Aeronáutica, com corridas cronometradas e saltos em altura e distância.

Realizados no Colégio Estadual Visconde de Souza Franco, os exames teóricos iniciaram na terça-feira, dia 26 de maio de 1970, com a prova de Português. No dia seguinte, foi a vez da prova de Ciências Físicas e Biológicas; na Sexta-feira, os candidatos realizaram a prova de Matemática; e no sábado, dia 30, a prova de Inglês ou Francês. Para aprovação em cada prova, a nota mínima devia ser três. Os candidatos aprovados iniciaram o curso no mês de junho de 1970.

A Aula Magna da primeira turma foi proferida pelo Senador Jarbas Passarinho, no dia 19 de junho de 1970, no auditório da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Pará. Dos 56 alunos que iniciaram o Curso de Licenciatura Plena em Educação Física, 19 concluíram.

A solenidade de colação de grau foi realizada no dia 20 de dezembro de 1972, no Teatro da Paz. A turma nomeada “Prof. Nagib Coelho Matni”, teve o Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, Ministro da Educação, como patrono; a professora Sônia Guimarães da Costa como paraninfa; Maria das Graças Pereira de Vilhena como oradora, e ainda prestou uma homenagem póstuma à Maria Doracy Ferreira Leal, que foi aluna da turma.

Os 19 alunos concluintes foram: Arthur Domingos Brito Zaluth, Benedito Luís Farias de Aguiar, Carlos Alberto Abdon dos Santos, Demóstenes Humberto da Silva Dias, Eliana Kzam Smith de Moraes, Joana D’Arc Guimarães de Oliveira, José Maria Barbosa Marques, Judith Poltronieri Lopes, Luís Haroldo de Melo e Silva, Manoel Liarte de Matos, Manoel Francisco Gonçalves de Oliveira, Margarida Akiki Harada, Maria das Graças Pereira de Vilhena, Maria Helena Miranda de Andrade, Maria José

de Souza Gomes, Marilene Lopes de Melo e Silva, Osvaldo Magalhães da Silva, Regina Braga de Paula e Walnir da Silveira Viana.

Os alunos formados pela ESEFPA foram contratados para trabalhar, na maioria das vezes, nas redes estadual e particular de ensino. A docência no ensino superior também foi uma oportunidade de trabalho para os alunos formados pela ESEFPA. Segundo Nascimento (2010), durante a formação acadêmica dos alunos da primeira turma houve um grande empenho institucional, pois não se tratava apenas da formação dos primeiros docentes de Educação Física em nível superior no Estado do Pará, mas também de professores que iriam integrar o quadro docente da própria instituição.

Foi o caso dos alunos que realizaram o primeiro vestibular e constituíram a primeira turma da ESEFPA: Benedito Luís Farias de Aguiar, Demósthene Humberto da Silva Dias, Joana D'Arc Guimarães de Oliveira, José Maria Barbosa Marques, Judith Poltronieri Lopes, Luís Haroldo de Melo e Silva, Manoel Liarte de Matos, Marilene Lopes de Melo e Silva e Osvaldo Magalhães da Silva, que mais tarde passaram a integrar o quadro de professores da escola.

Em seu primeiro vestibular a ESEFPA reuniu vários candidatos da Região Amazônica. Os aprovados fizeram parte da turma "Prof. Nagib Coelho Matni". Os diplomados representam os primeiros professores formados em nível superior, simbolizam um marco histórico na Educação Física paraense e são considerados personagens importantes para o desenvolvimento da Educação Física e dos esportes no cenário estadual. A história continua...

Referências

FOLHA DO NORTE. **Vestibular de educação física encerrou as inscrições com 76**. Belém, PA, 21 mai. 1970, p. 7.

MATNI, Nagib Coelho; SANTOS, Carlos Ubiratan da Silva. **A formação do docente de educação física e sua realidade local**. Escola Superior de Educação Física, Belém, Pará, 1984.

NASCIMENTO, Vanderson Cunha do. **Escola Superior de Educação Física do Estado do Pará: uma análise das concepções pedagógicas em sua gênese (1960-1970)**. 2010. 135f. Tese (Doctorado em Ciências de la Educación) – Universidad Autónoma de Asunción, Assunción, Paraguay, 2010.

SANTOS, Carlos Ubiratan. **Histórico da Escola Superior de Educação Física do Pará 1970 – 1985**. Belém, PA: ESEFPA, 1985. 50 p.

Esporte e Modernidade em Salvador

Coriolano P. da Rocha Junior

Salvador foi capital do Brasil, todavia, no início do séc. XX vivia uma fase de decadência, num cenário em que a Bahia se viu afastada do poder, sem a influência de outrora. No estado via-se um apelo ao seu passado de “glória” e isso acontecia pelo fato dessa unidade da federação se considerar “injustiçada” no novo cenário nacional, clamando para si a volta de uma época tida como gloriosa.

Para tentar instalar a modernidade, a Bahia experimentou ações que buscaram reordenar o espaço urbano e os modos de vida dos cidadãos, num conjunto de mudanças socioeconômicas, culturais, estruturais e higienizantes, marcando um novo momento histórico, que buscou tornar a cidade de Salvador um espaço de novas vivências e práticas sociais.

De maneira geral, podemos afirmar que um projeto modernizador se assentava em alguns pontos básicos, que eram: construção e/ou alargamento de novas vias; construção de edifícios de arquitetura imponente e conseqüente derrubada de antigos prédios; a higienização da cidade; a criação do belo, do apreciável; a instalação de um comércio caro e de padrões europeus.

Foi durante o governo estadual de J. J. Seabra (1912-1916), que Salvador viveu as ações que tentaram reordenar seu espaço urbano e adequar seus habitantes aos novos comportamentos e posturas da modernidade.

Ao analisar esse período e o quadro da Bahia, Risério (2004, p. 310) assevera que “sua capitalização era fraca, havia a enorme dificuldade de transporte, a carência de energia e, ainda, a hegemonia dos comerciantes, que não se interessavam tanto por investimentos em atividades produtivas”, ou seja, a Bahia destoava dos princípios aventados pela ideia de progresso. Salvador estava presa a uma lógica econômica que se não impedia, certamente limitava as aspirações por um maior crescimento, pelo progresso, não sendo ainda suficientemente “civilizada”, estando, portanto, fora dos padrões propalados pela modernidade carioca.

Nesse quadro, a elite soteropolitana aspirava mudanças e, a bem da verdade, o que existia mesmo era uma tentativa de se criar uma cidade moderna e que exultava o progresso.

Leite (1996), ao falar sobre as aspirações modernizantes de Salvador, mostra que se tentava atender “a um interesse comum de certos segmentos elitistas da sociedade local, inconformados com a cidade em que viviam” (p. 18). A cidade de Salvador, em sua aventura pela modernidade, teve de conviver com uma clara dificuldade que em muito limitava qualquer aspiração – a fragilidade econômica.

Se em Salvador o pretendido por Seabra e as elites locais na questão de uma nova urbanização não avançou como se esperava, no que é tocante aos hábitos, também parece não ter havido mudança significativa. Salvador sempre se destacou por possuir uma imensa população negra, herança do longo tempo de escravatura no País e que servia de mão de obra nas fazendas e casas grandes de toda a Bahia e de Salvador. No entanto, essa herança envergonhava a cidade, já que para a elite local, os negros, com seus hábitos e modos mais se assemelhavam a bárbaros e eram símbolos de uma cidade que não atingira padrões modernos. Era preciso embranquecer Salvador, acabar ou ao menos jogar para fora da cidade os rituais e práticas dessa população.

Essa tentativa civilizadora de se acabar com festas, gestos, sons e práticas corporais dos negros não avançou muito, já que, de certa forma, estavam internalizados na cidade, na população.

Assim, identificamos que existiu na cidade um sentimento e uma ansiedade por mudanças que fizessem com que nela se instaurasse o novo, numa tentativa de apagar o passado. Em ambas, a perspectiva foi de construção sem preocupações com manutenção ou preservação do patrimônio ou de qualquer outro vestígio que as ligasse ao passado. Fundamental nessa análise sobre Salvador é perceber o quanto a cultura foi um foco das ações modernizadoras, já que é nela que se apoiaram as perspectivas de mudanças do cotidiano da cidade, para além das paredes dos prédios e das vias públicas. Era preciso construir um novo povo, com uma nova cultura. Nesse caso, se acentuava o sentimento de inferioridade do brasileiro em relação ao europeu, ao francês, porquanto para a elite era lá que existia a cultura real e moderna.

O que se operou realmente foi uma reafirmação da cultura de elite, em detrimento da cultura popular, como uma forma de manipulação e afirmação dos detentores do controle econômico e político. Assim, as reformas urbanas advindas da modernidade são mesmo a configuração de um cenário que melhor representava esse princípio de dominação. Todavia, não podemos entender que esse mecanismo se deu de forma plena, sem uma contra ação dos rejeitados que, mesmo sob as forças do poder central e sofrendo as agruras de seu deslocamento e as violências contra um modo de cultura, souberam agir. Embora estando à margem das benesses da modernidade, essa população continuou a existir culturalmente, com seus hábitos e gostos, muitas das vezes incorporando e ressignificando as práticas vividas pelas elites, que amiúde assumiu para si as práticas populares.

Foi nesse cenário e sob essas condições que, em Salvador, se iniciaram as “aventuras” da população com o esporte, sendo esse um dos elementos dessa que se mostrava como uma nova era – a Modernidade.

Num contexto onde essa cidade passava pela experiência da modernidade, tentando conjugar reformas urbanas, mudanças de comportamento, construção de novos hábitos e gerar uma nova relação do homem com a cidade, com o espaço, com o tempo, com o outro e consigo próprio, o esporte surgiu como uma das novas formas de vivência, como uma prática social representativa da modernidade. Pode-se atribuir isso ao fato do esporte incorporar elementos que simbolizavam as aspirações por mudanças, assumindo papéis que caracterizaram modificações nas formas de agir e de circular do homem na sociedade, articulando em sua prática elementos como: maior exposição do corpo, movimento, risco e desafio, fatores que significavam uma busca pelo prazer e por uma excitação inovadora, sendo também uma forma das cidades se apropriarem de mais um elemento da modernidade.

Destarte, compreendemos que a instauração de todo um conjunto de mudanças nas cidades, ao mesmo tempo em que proporcionou e motivou as pessoas à prática esportiva, também foi por este influenciado, ou seja, a noção de que pessoas e cidades deveriam ser ativas, trabalhar por melhorias, valer-se dos avanços científicos, acelerando suas percepções e relações, significou que a modernidade e seu ideário foram encampados, seja pelas obras na nova cidade, seja pelo movimento no novo ser humano. Era preciso engajar-se em todas as mudanças, identificando-se com o novo.

Para ser moderno, era necessário superar a imagem de um homem lento, sedentário, assim como a cidade deveria deixar de ser antiquada, colonial.

Para falar da presença dos esportes em terras soteropolitanas, tomaremos como elementos de análise os esportes que tiveram, por alguma razão, uma menor circulação e um deles foi o críquete.

O críquete foi uma prática esportiva que aportou em terras brasileiras trazida por ingleses (em meados do século XIX) e, em Salvador, alguns clubes foram fundados para sua prática, que acontecia normalmente no Campo Grande (LEAL, 2002), embora também haja notícias de jogos na Fonte do Boi e Quinta da Barra (GAMA, 1923), no Campo da Pólvora e no Largo da Madragoa.

Em Salvador, como em outras cidades, essa prática teve vida curta, ficando basicamente restrita aos ingleses e poucos brasileiros. Clubes foram fundados, mas logo mudaram suas bases de ação, a exemplo do *Club de Cricket Victoria*, fundado por brasileiros em maio de 1899, que passou a se chamar *Sport Club Victoria*, assumindo o futebol como uma prática, e ainda o *Club Internacional de Cricket*, fundado por ingleses em novembro de 1899.

Além do críquete, outros esportes existiram, só que com menor impacto na composição do cenário esportivo de Salvador. Foram eles: a natação, a patinação e o ciclismo, esportes que traziam como experiência maior, justamente, a noção de velocidade, desafio e superação de limites, aspectos importantes na vivência da modernidade.

Esses são exemplos de atividades corporais que tiveram seu início vinculado à ideia de desafio e superação de limites, explorando os espaços livres das cidades, implicando uma nova relação como ambiente e, ainda mais, alguns desses faziam uso de implementos e equipamentos, que demarcavam uma nova tecnologia.

Em Salvador, as atividades de natação, até mesmo pela inexistência de piscinas, aconteciam no mar e quase sempre sob a forma de desafios, por vezes de longas distâncias. Via-se que, por vezes, a natação aparecia como uma atração de festas, notadamente as do Rio Vermelho. O porto de Salvador, que constou no projeto de Seabra para melhoramentos da cidade, teve entre seus funcionários, um clube chamado de *Sport Club Docas* que promoveu “festas de natação” para comemorar as

datas de inauguração do novo porto de Salvador. Tal fato demonstra a vinculação entre a prática esportiva e a modernidade, visto que um celebrava o outro.

Assim, em Salvador, competições mais estruturadas de natação estiveram a cargo da Federação de Regatas, que as promovia entre seus sócios, mas também com espaço para não associados. A natação passava por uma fase de implantação, uma novidade que era apresentada e, portanto, ainda demoraria a ser assimilada pela população e só tempos depois ganhou mais *status* e estrutura, avançando acentuadamente após a construção de piscinas.

Sobre a patinação, em Salvador, é possível perceber que entre 1912 e 1916 essa atividade despertou razoável interesse. Nesse período existiram clubes de patinação (*Internacional Club de Patinagem, Sport Club Colombo de Ciclo-Patinção*) e eventos foram realizados na cidade, basicamente nas ruas do Bairro do Comércio ou em passeios do Centro Histórico ao Rio Vermelho. Esses eventos, na maioria das vezes, assumiam um caráter competitivo, cujos participantes eram distribuídos por páreos (como no turfe), em função das distâncias a serem percorridas. Em Salvador, na maior parte das vezes, esse esporte foi competitivo e organizado em clubes específicos, mesmo que em lugares improvisados, porém, também existiu como divertimento nas festas dos diversos outros clubes, que não apenas os de patinação.

O ciclismo foi uma atividade esportiva conhecida desde fins do século XIX, uma “novidade” que a cidade aprendia a lidar, assim como a própria modernidade. O ciclismo e a bicicleta, mais que tudo, têm em si a essência da velocidade, do risco e da tecnologia. Em Salvador jornais noticiavam “garagens” e aluguel de bicicletas, sempre importadas, o que nos faz entender, que já era então algo conhecido na cidade, mesmo que pouco vivido, já que as importadas não faziam parte do cotidiano da população.

Em terras baianas, o ciclismo pareceu acontecer sob a mesma estrutura dos clubes de patinação. Era fato comum que houvesse atividades simultâneas das duas práticas, desenvolvidas pelos mesmos clubes nos mesmos espaços e, aqui, falamos do período entre 1912 e 1916. As corridas eram desenvolvidas para velocidade, sendo mais comuns no Comércio e no Centro Histórico ou para resistência, com deslocamentos até o Rio Vermelho e também faziam parte das festividades promovidas pelos clubes.

O *Jornal de Notícias* divulgou o que dizia ser a primeira corrida de bicicletas da Bahia, realizada no bairro do Canela. Nos jornais, eram comuns notas com as provas a serem disputadas, clubes, participantes e premiação, além do local em si. Dias após as provas, eram noticiados os vencedores e seus tempos. Em Salvador não se construiu (mesmo na atualidade) um espaço específico para as provas de ciclismo, mas soteropolitanos assumiram a bicicleta, por mais que a cidade, até hoje, por sua geografia e estrutura urbana, dificulte seu uso.

Por fim, podemos afirmar que Salvador viveu experiências com o esporte, associando-o às novas configurações da cidade, a partir de seu projeto de modernidade. O esporte era considerado uma atividade que simbolizava novos tempos, um novo homem para um novo espaço urbano.

Referências

GAMA, Mario. Como os “sports” se iniciaram e progrediram na Bahia. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Edição Especial do Centenário. Salvador: [s.n], 1923.

LEAL, Geraldo da Costa. **Perfis urbanos da Bahia**: os bondes, a demolição da Sé, o futebol e os gallegos. Salvador: Gráfica Santa Helena, 2002.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **E a Bahia civiliza-se...** Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana 1912-1916. 1996. 161 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

RISÉRIO, Antonio. **Uma história da cidade da Bahia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

Os Jopagicos e a Educação Física: desenhando um projeto de formação de professores nos anos de 1950

Carmen Lilia da Cunha Faro

Chamamos atenção para um importante evento no desenvolvimento da Educação Física paraense que possibilitou muitos debates acerca da formação de professores na área: os Jogos Paraenses Ginásio-Colegiais (JOPAGICOS) – hoje denominados Jogos Estudantis Paraenses (JEP's) – evento no qual o esporte apareceu com centralidade, já que no Brasil, nesse período, o esporte exercia grande influência na Educação Física, sendo desenvolvido, segundo Betti (1991), por meio do Método Desportivo Generalizado que procurava “[...] incorporar o conteúdo esportivo aos métodos da Educação Física” (p. 97).

Os JOPAGICOS foram eventos esportivos estudantis marcantes na vida de milhares de adolescentes que participavam das várias edições anuais dos jogos, em meados de 1950 e ao longo da década de 1960. Foram organizados pela primeira vez em setembro de 1955, pelo Centro Propagador das Ciências, da Fundação Educacional Visconde de Souza Franco (Sociedade Civil de Agronomia e Veterinária do Pará) e oficializados pelo Decreto nº 4.444, de 24 de agosto de 1964, idealizados e desenvolvidos pelo professor Antonio Gomes Moreira Junior.

Santos (1985) destaca sobre a relevância desses jogos, cujo intuito era integrar diferentes instituições de ensino, apontando que, a partir deles, houve a constatação de ausência de instalações desportivas no Estado e que os professores não estavam devidamente habilitados para atender às necessidades das equipes estudantis. O mesmo autor aponta para a colaboração de professores leigos e/ou desportistas com as equipes estudantis a cada ano que passava, com maior veemência.

A ideia de aperfeiçoamento do professorado se fazia necessária. As autoridades locais que estavam à frente da Educação e da Educação Física, especialmente do Serviço de Educação Física e das entidades desportivas, reconheciam a necessidade de formação dos professores que estavam responsáveis pelo treinamento das equipes estudantis, com o objetivo de participar dos JOPAGICOS, visto que, a cada ano que passava, essas competições ganhavam destaques no calendário esportivo estudantil (SANTOS, 1985).

Nesse período, também eram realizadas, na abertura dos JOPAGICOS, demonstrações de ginástica, que eram exibidas por grandes grupos de estudantes em campos de futebol. As demonstrações aconteciam e eram sugeridas por meio de formações específicas que começavam no segundo trimestre do ano e eram direcionadas aos professores para aprenderem os exercícios que iriam constituir as demonstrações. No mês de agosto, os exercícios deveriam ser repassados por intermédio de “alunos guias” a todos os alunos que iriam participar da abertura. Dependendo da temática da abertura, as apresentações adotavam o Método Francês, a calistenia, os brinquedos cantados ou a Ginástica Feminina Moderna, fatos estes que podem ser observados no depoimento da professora Joventina Cardoso:

Quando chegava no tempo da demonstração a gente ia à noite para aquele pavilhão do DEFRE [...] passava-se meses ensaiando, quando chegava no início de agosto reunia duas, três crianças de cada escola, e lá começávamos a ensinar aquelas crianças que iam servir de guia nas suas escolas. O trabalho era assim, levava uma ou duas crianças, que as professoras observavam que tinha mais ritmo, mais jeito pra ginástica [...] porque em agosto as professoras levavam as outras crianças pra treinar [...] e na segunda quinzena começava a ir pro campo, juntava todas as escolas e era aquela trabalhadeira porque era muita criança [...] isso que estou te falando é de 1954 pra cá [...] as demonstrações de campo no início eram com crianças e depois com os grandes, ou seja, primeiro com os grupos escolares e depois com o Magalhães Barata, Lauro Sodré, Augusto Meira, IEP, por isso a sigla JOPAGICOS. As demonstrações com brinquedos cantados, com os movimentos do método francês, com o método calistênico. Era muito bonito! (JOVENTINA CARDOSO, 2004)

Reforçamos as palavras da professora Joventina Cardoso, pois também vivenciei esses momentos das Demonstrações de Campo nos JOPAGICOS, como estudante e depois como professora. Asseguramos que uma parte da minha vida e, conseqüentemente, da formação e memória, foram constituídas por esses momentos. É impossível não relembrar tudo isso!

Mediante as constatações desveladas pelos JOPAGICOS, começaram a ser organizados no Estado os cursos de aperfeiçoamento técnico e pedagógico em Educação Física (SANTOS, 1985), que se mostraram importantes recursos para divulgação de novos conceitos e métodos para os professores que atuavam nesses jogos, seja com os esportes (atletismo, natação, basquetebol, arco e flecha, entre outros) ou nas demonstrações com brinquedos cantados, ginástica e dança.

Os docentes que participaram desses cursos tiveram a oportunidade de acumular conhecimentos teóricos e práticos que os levaram a aprender e ensinar as técnicas, as táticas e as regras dos esportes. Esses cursos se desenvolveram a partir de uma diversidade temática, foram ministrados por professores locais, de outros estados e de outros países e tinham a proposta de “[...] difusão e transmissão de ideias, conceitos, práticas e valores educacionais ainda pouco explorados na história da Educação Física brasileira da segunda metade do século XX” (LIMA; LINHALES, 2014, p. 1501).

Em suma, para atender ao descompasso quanto à formação de professores de Educação Física no Pará – já que muitos não estavam devidamente habilitados para fazer frente às necessidades das equipes estudantis – e, assim, elevar o nível dos JOPAGICOS, foram instituídos, em 1956 e 1958, os Cursos Preparatórios a Exames de Suficiência em Educação Física fomentados pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) e pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura. Esses cursos possibilitaram, também, habilitar professores para o ensino secundário (SANTOS, 1985).

Referências

BETTI, Mauro. **Educação física e sociedade**. São Paulo: Editora Movimento, 1991.

LIMA, Cássia Danielle Monteiro Dias; LINHALES, Meily Assbú. Sujeitos, saberes e práticas em circulação nas Jornadas Internacionais de Educação Física: tessituras e modelagens pedagógicas (Belo Horizonte, 1957-1962). **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 4, p. 1499-1521, out./dez. 2014.

SANTOS, Carlos Ubiratan. **Histórico da Escola Superior de Educação Física do Pará 1970 – 1985**. Belém: ESEFPA, 1985.

Os Babas em Salvador: primeiras aproximações

Francisco Demetrius Luciano Caldas

O Baba é a forma como o futebol vivenciado no âmbito do lazer é conhecido em Salvador e na Bahia. Nessa cidade, esse futebol se apresenta a partir de duas principais formas: uma vivenciada nos campos de várzea e outra praticada nas praias, parques ou quadras comunitárias. A partir dos estudos de Damo (2007), classificamos aquele praticado nos campos de várzea como sendo amador ou comunitário, e o vivenciado nas praias, quadras, e demais espaços comunitários de futebol de bricolagem.

Por futebol amador entende-se a vertente futebolística em que sua estrutura se baseia no sistema Fifa-IB, mas sem sua ortodoxia. Sua prática ocorre em espaços mais padronizados, com quase todos os elementos do futebol profissional, se diferenciando em escala. Encontramos assim campos de várzea organizados com linhas de demarcação de campo, balizas e até equipe de arbitragem, por exemplo.

A versão bricolada admite as mais variadas alterações com relação à *Internacional Board*. Os jogos acontecem a partir do que se dispõe no contexto, variando o número de jogadores, as regras e os materiais disponíveis. Essa versão bricolada está sujeita às condições pessoais, de tempo e espaço de seus praticantes, que a vivenciam no mesmo tempo social da vertente amadora: no tempo social do lazer.

Nesse sentido, o futebol vivenciado no tempo do lazer em Salvador também ocorre numa perspectiva diferente do âmbito do torcer, que se expressa, por exemplo, na organização das torcidas dos jogos das equipes do Bahia e Vitória, o clássico BA-VI. Aqui, o futebol é praticado no contexto da vivência lúdica de atores sociais que criam seus babas na cidade e os investem de significados. Constituem-se em verdadeiros espaços de sociabilidade.

É a partir dessas compreensões que pensamos os babas em Salvador enquanto atividades cotidianas que se destacam no corpo social e na cultura. Como afirmamos, o futebol praticado no tempo do lazer, no espaço urbano de cidades modernas como Salvador, não se restringe aos campos de várzea; migram para outros espaços, ganhando novos contornos, gestos e símbolos. Estamos falando das

praias, quadras comunitárias, espaços públicos e privados que comportam o futebol bricolado, específico e improvisado.

No âmbito dos estudos socioculturais do esporte, um volume considerável de trabalhos tem dedicado especial atenção às práticas esportivas consideradas de alto rendimento, ou espetacularizadas. Reparamos que versões esportivas de caráter popular não canalizam a mesma energia empregada nos estudos que abordam esportes de interesse e apelo midiático, sobretudo considerando a tradição científica do campo da educação física que se construiu sobre forte influência das áreas da saúde ou da fisiologia.

Leva-se em conta ainda a própria tradição das pesquisas relacionadas ao esporte na área das ciências humanas e sociais, que privilegiam estudos centrados nas regiões Sul e Sudeste brasileiras. O futebol é um exemplo disso, cuja narrativa histórica se construiu a partir dessas regiões, em detrimento das demais em um país de dimensões continentais.

Em contrapartida, alguns estudos vêm modificando essa realidade, promovendo visibilidade ao Nordeste brasileiro. Destacamos as contribuições de Coriolano Rocha Junior e Fernando Espírito Santo (2011), os trabalhos de Rosângela Pimenta (2009), Nelson Neto (2011), Cleber Dias (2012) entre outros.

Referentes aos babas em Salvador, encontramos algumas iniciativas importantes que permitem o diálogo. São trabalhos que retratam os babas como elemento de socialização e conflito entre dois bairros da cidade (BACELAR, 2014), o jornalismo e futebol amador (NELSON NETO, 2011), inventários arquitetônicos sobre os espaços públicos e privados destinados ao futebol popular (BERAMENDI, 2009) e a transformação da assistência à torcida nos clássicos do BA-VI (LEANDRO, 2011).

Os babas são também conhecidos como “peladas” “racha” ou “rachão”, fazendo alusão à ausência de grama nos terrenos onde os jogos acontecem, comparando o termo “pelada” com “terreno desnudo” ou “pés descalços”. No imaginário baiano, o termo remete a expressões do universo futebolístico, tais como “perder o baba” ou “enterrar o baba”. Bacelar (2014), em um exercício antropológico sobre o futebol como elemento socializador nos bairros de Salvador – Boca do Rio e Ondina na década de 1980 – recorre à influência da língua inglesa na construção do idioma nacional utilizado no universo futebolístico, para se aproximar das possíveis

raízes etimológicas da palavra baba. Entre tantas referências como *gol-keeper* (goleiro) ou *center-foward* (centroavante), a palavra drible se popularizou como driblar, que em sua versão literal, segundo o dicionário Michaelis corresponde em português à baba, saliva, pingo, gota ou deixar cair à gota. Nesse sentido, o ato de driblar o adversário provocaria efeitos dessa natureza no oponente, ao sentir-se ridicularizado, com raiva ou “babando de raiva”.

Em uma pesquisa sobre a distribuição espacial dos espaços para a prática do baba em Salvador (todos os espaços públicos e privados distribuídos nas regiões administrativas da cidade, contemplando campos de futebol/várzea, quadras de esporte ou poliesportivas e campos de rua), Beramendi (2009) afirma que existem aproximadamente 1.370 espaços distribuídos na cidade.

Esses dados registram o quantitativo de 310 campos especificamente de várzea distribuídos na cidade, com concentrações expressivas nas regiões administrativas Cajazeiras, Subúrbio, Tancredo Neves, Itapoã e Boca do Rio. São nesses espaços que as lógicas do baba são postas em prática. É na várzea ou em um campo de rua, que as rivalidades e afinidades se avizinham.

Como afirma Bacelar (2014), é no campo que o baba cria as leis, sedimenta privilégios e desigualdades. Beramendi (2009) também revela um total de 207 quadras comunitárias distribuídas nas regiões administrativas de Salvador, com destaque de maior concentração para regiões Pau de Lima, Cabula e Brotas.

É a partir deste primeiro olhar, que reafirmamos que os babas em Salvador constituem-se em práticas sociais no tempo do lazer que extrapolam o universo do futebol, compõem a própria identidade soteropolitana, expressam uma parte da sua história e reordenam a cidade.

Referências

BACELAR, Jeferson. **Gingas e nós**: o jogo do lazer na Bahia. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2014.

BERAMENDI, Andrei Miler Menezes. **Futebol popular**: panorama da distribuição espacial dos campos de baba na cidade de Salvador. 2009. 115 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, 2009.

DAMO, Arlei Sander. **Do dom à profissão**: formação de futebolistas no Brasil e na França. São Paulo: Aderaldo e Rothschild Ed.; Anpocs, 2007.

LEANDRO, Paulo Roberto. **BA-VI**: da assistência à torcida. a metamorfose nas páginas esportivas. 2011. 168 p. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Faculdade de Comunicação, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, 2011.

PIMENTA, Rosangela Duarte. **Desvendando o jogo**: futebol amador e pelada na cidade e no sertão. 2009. 224 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira; ESPÍRITO SANTO, Fernando Reis do. Futebol em Salvador: o início de uma história (1899-1920). **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 03, p. 79-95, jul./set. 2011.

CORPOREIDADE E CULTURA

Educação Física em Salvador – e viva os anos 70!

Maria Elisa Gomes Lemos

Sem o que aconteceu na década de 1970, certamente não estaríamos aqui, ou ainda estaríamos nos dedicando às atividades escolares; sem a pílula anticoncepcional, e sem a revolução sexual, a mulher estaria no papel de rainha do lar; sem a abertura de um curso universitário em educação física, estaríamos como professores de educação física leigos e, para as mulheres, como as mudanças não acontecem repentinamente, aqueles padrões estabelecidos em décadas passadas foram ficando para trás.

Viva os anos 60 e 70! Entretanto, para a educação física de Salvador, as mudanças não acontecem num passe de mágica. Um novo tempo estava chegando com a expansão do ensino universitário. O surgimento de um curso de educação física, tornou-se um ponto importante nessa década de mudanças de comportamentos, possibilitando pensar nesse profissional de forma diferente do passado.

É diante do esforço de profissionais e instituições que se mobilizaram para reverter este quadro que, em 1972, tivemos a criação do primeiro Curso de Licenciatura em Educação Física da Bahia pela Universidade Católica do Salvador, que vem a legitimar os 200 (duzentos) inscritos no vestibular e 59 (cinquenta e nove) licenciados em 1975.

É desse grupo de profissionais, os primeiros licenciados em educação física da Bahia, que 03 (três) fazem a especialização, 01 (um) mestrado e 02 (dois) doutorado (BRITO FILHO, 2019), sugerindo, talvez, que o mundo do trabalho e seus valores absorveram o grupo e, mesmo com a expansão do ensino universitário, durante essa década, pensar a vida profissional foi o mais importante.

Esta discussão a respeito da situação dos egressos no ensino superior e no mercado de trabalho pode ser uma posição presente em vários estudos, e pode até demonstrar que não convém tentar, nos dias atuais, determinar o número de vagas por curso, para cada curso, com base de previsões das necessidades de mão de obra

do sistema econômico; em princípio, é apenas uma situação conceitual da relação entre formação, mercado de trabalho e previsão de mão de obra.

Daí, não nos surpreende que diferentes gerações tenham olhares, necessidades e aceitações às inovações, às novas tendências tecnológicas, enquanto que as gerações mais antigas (década de 70 das antigas?) eram mais específicas quanto ao seu interesse em manter aquilo que lhe dá segurança. No entanto, para as gerações Y e Z que tendem a usar muitos meios digitais, por exemplo, é mais natural.

Surgem então, a partir da década de 80, estudos sobre a história da educação física no Brasil. A exemplo da compreensão das análises de Melo (1996a), a partir da emergência dos fatos e de uma concepção crítico-dialética, há um redimensionamento dos estudos históricos na educação física brasileira, apresentando contribuições e um avanço ou pelo menos um importante enfoque na forma de pensar a área.

Não obstante, esse aumento de interesse também tem relação com o momento da década em que, se não conseguiu romper com a visão tradicional, se impregnou de verdades estabelecidas. De fato, segundo Melo (1996b, p. 45), as discussões e reflexões críticas relativas à qualidade, natureza e especificidades dessa produção da história, nesse campo do saber, ainda revelam lacunas.

De outra via, essa nossa proximidade de reflexões também tem relação com o momento da década que, se não conseguiu romper com visão tradicional, se impregnou de verdades estabelecidas, e, mesmo com pontos e espaços vazios. Ressaltamos como contribuição o estudo de Brito Filho (2019) que acata a memória da turma de 1975, mesmo preocupando-se com o não dito.

Daí percebemos que o grupo de 1975 inaugura a identificação com a escola, e o esporte como um importante espaço na construção e incorporação de uma preferência pelo trabalho, rompendo com a naturalizada aceitação da formação continuada justificando-se pela sobrevivência econômica, presumimos.

Tal afirmação pode ser identificada na ínfima relação dada à proximidade com essa turma, especialmente pelas relações pessoais e profissionais, inclusive as de cunho historiográfico. Em que pese essa dupla marginalidade, é necessário ressaltar que a investigação desse objeto no campo da história do esporte, foi possível apenas em função da contribuição advinda das proposições e relações acadêmicas com a turma de 1975.

Referências

BRITO FILHO, Wilson de Lima. **A Educação Física da Bahia**: a construção nas décadas de 1950 a 1970. 2019. 150 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

MELO, Victor Andrade de. **Escola Nacional de Educação Física e Desportos**: uma possível história. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996a.

MELO, Victor Andrade de. Reflexão sobre a história da educação física no Brasil: uma abordagem historiográfica. **Movimento**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 41–48, 1996b. DOI: 10.22456/1982-8918.2206. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2206>. Acesso em: 12 jul. 2020

O Contexto Lúdico/Social da Capoeira: diversão e resistência nos espaços soteropolitanos

Carlos Ferreira

Para contextualizar o cenário afro-baiano, Frederico José de Abreu (2005), em sua obra intitulada: “Capoeiras, Bahia século XIX”, faz uma observação que no campo das impressões dos estudiosos estrangeiros selecionados por ele, e que estiveram no Brasil entre 1835 e 1858, percebe-se um ambiente de festas negras denominadas por batuques quando uma diversidade de situações ocorriam simultaneamente e que poderiam acontecer com a permissão e o controle dos senhores ou espontaneamente por iniciativa das pessoas escravizadas que, diante das interpretações, representavam uma alegria vigorosa expressada como forma de resistir ao regime escravocrata.

Nesse sentido, debruçando-se sobre a bibliografia que trata sobre a cultura da capoeira, enquanto objeto de estudo, o historiador António Liberac Pires (2004) revela as noções de identidade reconhecidas pela sociedade frente aos personagens culturais das ruas, relatando que, no século XIX, muitas ações dos capoeiras baianos apresentavam características formadoras da expressão cultural divididas em práticas lúdicas (cânticos, instrumentos musicais, movimentos corporais) e identidades sociais (capadócios, valentões, navalhistas e outros). O perfil das maltas baianas (agrupamentos de capoeiristas que resistiam ao sistema) era construído territorialmente por grupos organizados nos bairros e ruas. Assim, muitas evidências confirmam a presença desses grupos na cidade de Salvador. Todavia, à medida que o século XIX avançava, as pessoas escravizadas gozavam de uma certa liberdade de movimentos não só para exercer o trabalho, mas também para professar sua religião, praticar o jogo da capoeira e realizar seus batuques. Dessa forma intensificou-se a propagação das manifestações culturais nas ruas de Salvador.

Já nas primeiras décadas do século XX, a elite da sociedade desejava transformar a cidade de Salvador em uma metrópole moderna com referenciais europeus, e uma das estratégias seria erradicar das ruas os costumes do povo que lembravam a África. Oliveira (2005) atenta que os praticantes da capoeira, no período supracitado, estavam associados à vagabundagem e outros tipos de classificação social no universo das ruas, mas eram também trabalhadores de ganho nas principais

ocupações das camadas populares. Tratava-se de elementos da rua buscando o seu sustento e precisando adaptar-se às regras de convívio na adversidade do que representavam esses espaços enquanto territórios sociais. A dinâmica das ruas, durante o dia, consistia no movimento dos transeuntes, já pela noite era privilegiada para a diversão do trabalhador caracterizada pelos botequins e pelas casas noturnas que representavam pontos de encontros num processo de sociabilidade no ambiente urbano e que tinha o seu cotidiano marcado pelas experiências construídas no espaço entre o trabalho, o conflito e a diversão. Ou seja, as ruas de Salvador eram palcos de arruaças e brincadeiras contínuas, de uma prática cultural que estava presente na identidade social dos baianos. Adriana Dias (2004) assinala que as informações sobre os conflitos também retratam que a capoeira era um tipo de divertimento popular. Uma brincadeira que tinha muitos significados:

É preciso enfatizar, no entanto, outros aspectos que uma análise excessivamente colada aos conflitos do banco de dados poderia obscurecer. O que as informações sobre os conflitos nos mostram, é que a capoeira era também um tipo de divertimento popular, uma brincadeira e tinha muitos significados. Luta em diferentes situações, brincadeira de rua realizada nas folgas do serviço, nas festas de largo e até mesmo durante o trabalho (DIAS, 2004, p. 44).

Reforçando os argumentos da presença de capoeiristas em ambientes de descontração, Waldeloir Rego (2015) comenta que, em épocas passadas, havia capoeira onde tinha uma quitanda ou uma venda de cachaça, com um largo em frente e propício para a prática do jogo: “Aí aos domingos, feriados e dias santos, ou após o trabalho se reuniam os capoeiras mais famosos, a tagarelarem, beberem e jogarem capoeira” (p. 51). O antropólogo relata que entre os locais de maior concentração estavam a Estrada da Liberdade, o Pau Miúdo, a rua do Passo Taboão, o Cais Dourado e o Cais do Porto.

Para identificar os territórios de diversão entremeados à cultura da capoeira em Salvador, atenta-se para a organização sociocultural da capital da Bahia compreendida pelos arranjos provenientes da sociabilidade (ambiente social) e da realidade de convivência das pessoas nos espaços citadinos (ambiente urbano). Portanto, de acordo com Danilo Raniery Freire (2020) os baianos nas primeiras décadas do século XX, reclamavam da falta de diversões na cidade e buscavam estratégias para contemplar essas lacunas. Todavia a trama se dava em aproveitar

as festividades promovidas pela cidade, a exemplo do carnaval, das festas religiosas e cívicas que simbolizavam uma fuga do sofrível cotidiano das classes populares. Diante a este contexto, algumas diversões sociais ficaram também conhecidas como festejos populares e representam territórios ocupados pelos capoeiras de outrora.

Por fim, com a mudança do panorama social, a prática da capoeira prolongou-se para os estabelecimentos fechados, emergindo em lugares com intensas relações de poder, o que intensificou a presença de aprendizes da sociedade baiana. Consecutivamente, as mudanças ocorridas na sociedade soteropolitana, a exemplo do surgimento do Mestre Bimba e do Mestre Pastinha, considerados como ícones que se doaram para projetar a arte/luta nos espaços institucionais, proporcionou uma nova dinâmica no contexto desse elemento da cultura popular. A partir daí inicia-se o processo de expansão territorial da cultura da capoeira na geografia da cidade de Salvador.

Referências

ABREU, Frederico José de. **Capoeiras Bahia, século XIX**: imaginário e documentação. Salvador: Instituto Jair Moura, 2005.

DIAS, Adriana Albert. **A malandragem da mandiga**: o cotidiano dos capoeiras de Salvador na República Velha (1910-1925). 2004. 150 f. il. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

FREIRE, Danilo Raniery Alves. Práticas culturais de lazer em Salvador: cotidiano entre os anos de 1920 e 1935. Salvador: UFBA. Dissertação de mestrado. 2011.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. **No tempo dos valentes**: os capoeiras na cidade da Bahia. Salvador: Quarteto, 2005.

PIRES, Antônio Liberac Simões. **A capoeira na Bahia de Todos os Santos**. Um estudo sobre cultura e classes trabalhadoras (1890 – 1937). Tocantins/Goiânia: NEAB/Grafset, 2004.

RÊGO, Waldeloir. **Capoeira angola**: ensaio socioetnográfico. 2. ed. Rio de Janeiro, 2015.

Conteúdos da Educação Física: limites e possibilidades

Wilson de Lima Brito Filho

A Educação Física tem estado constantemente em crises, ora interna, ora externa, e como é esperado em todos os campos do conhecimento, fundamentados no que Bourdieu apresenta, tem suas diversas lutas por dentro do campo (PEREIRA, 2015).

Uma dessas lutas, é a recente, porém não tão recente^[1], que traduz a possibilidade de divisão da habilitação no mundo de trabalho em campos distintos de intervenção, que se manifestam em modalidades educacionais – uma direcionada e compreendida como do tipo formal e outra ao não-formal de educação.

O fato é que, dentro desse debate, um tema tem me chamado a atenção – a questão de tratos dos conteúdos, especificamente os conteúdos específicos da Educação Física que quase sempre são observados e exigidos enquanto possibilidade de trato, apenas nas intervenções que dizem respeito à Educação Física escolar, situação que eu, particularmente acredito ser um equívoco essa restrição.

Bem, de início é preciso, portanto, compreender o que são afinal conteúdos, e, nesse sentido, recorro a Zabala (1998, p. 30) entendendo conteúdo “como tudo quanto se tem que aprender para alcançar determinados objetivos que não apenas abrangem as capacidades cognitivas, como também incluem as demais capacidades.” E prossegue o autor:

Desse modo, os conteúdos de aprendizagem não se reduzem unicamente às contribuições das disciplinas ou matérias tradicionais. Portanto, também será conteúdos de aprendizagem todos aqueles que possibilitam o desenvolvimento das capacidades motoras, afetivas, de relação interpessoal e de inserção pessoal. (ZABALA, 1998, p. 30)

Percebamos que há no autor um rompimento com o núcleo duro que traduz serem os conteúdos apenas aquilo que as disciplinas tradicionalmente têm ensinado nos contextos escolares, ou seja contextos da educação formal.

Partindo dessa linha de raciocínio, podemos aferir que sejam e estejam os conteúdos específicos da Educação Física presentes em todas as áreas ou campos de intervenção desta, embora seja pouco compreendido pelos colegas esse

direcionamento, pois os mais difundidos documentos e estudos[2] que tratam desse assunto estão vinculados à Educação Física escolar.

Dito disso, vamos à principal tese desse argumento/trabalho. Ao desenvolvermos uma atividade num clube profissional com a modalidade futebol, estamos atuando com qual conteúdo? Ao estarmos num espaço *indoor* de prática sistemática de exercícios físicos neuromusculares na modalidade musculação ou *cross fit*, qual conteúdo? Ao estarmos numa atividade *outdoor* numa intervenção com funcional, qual o conteúdo? Mais ainda, ao realizarmos uma atividade de recreação num clube social ou na rede hoteleira, qual conteúdo? Ou mesmo numa turma de quinta série do ensino do ensino fundamental ao tratarmos da sequência de Bimba, qual conteúdo?

Observemos que em todos os exemplos acima citados temos modalidades diversas, mas modalidades de quê? Temos práticas corporais, atividades físicas especializadas ora numa perspectiva sistematizada, estruturada, periodicizada, visando alterações bio-fisiológicas e com acompanhamento profissional[3], ora com uma mediação profissional para a ampliação de vivências[4].

Passemos a descortinar então, como no exemplo e questionamento onde tratamos do futebol, ao nos referimos a uma modalidade do conteúdo esporte, que nesse exemplo é voltado à formação do atleta, no segundo exemplo, temos no espaço *indoor* duas modalidades de ginástica, a musculação e o *cross fit*, que nesse espaço podem ter objetivos – por meio do exercício físico – para a estética, melhoria da qualidade de vida, desenvolvimento da performance atlética, mas também temos observado pessoas que apenas “frequentam” os espaços buscando relacionamentos pessoais ou status social.

No terceiro exemplo, em espaços *outdoor*, a perspectiva é similar às duas anteriores – trata-se de uma modalidade de ginástica. No quarto exemplo, temos presente os conteúdos jogos e brincadeiras, cujos objetivos vão se aproximar da perspectiva do lazer ou da ludicidade como interface para a ampliação das relações dos sujeitos consigo, com os outros e com o meio ambiente. Por fim, o conteúdo lutas, no contexto escolar, pela vivência da modalidade capoeira com o objetivo de ampliar repertório psico-cognitivo-motor e social preparando para o mundo do trabalho e para a cidadania.

É certo que as modalidades podem ser esportivizadas – afinal o esporte moderno tem sido avassalador nas práticas humanas – e que, considerando as dimensões sociais o esporte[5], esses tratos podem ter como objetivos a interrelação pessoal, ampliação de repertórios, ampliação de acesso a espaços e equipamentos sociais diversos e/ou desenvolvimento da performance atlética, mas sempre conteúdos estarão presentes em modalidades que têm usos e objetivos variados.

Notas

[1] Há quem diga que se trata de uma divisão que se dá após a regulamentação da profissão por meio da Lei 9.696, de 12 de setembro de 1998, mas o “enfrentamento” entre saúde e educação como área privilegiada de alocação da Educação Física tem raízes, sobretudo na Bahia, – mas não apenas nela – desde o processo de criação do primeiro curso de Educação Física nas terras do nascedouro do Brasil.

[2] Refiro-me aos Parâmetros Curriculares Nacionais, coletivo de autores, estudos da professora Suraya Darido, as recentes Bases Curriculares Comuns Nacionais, ao Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, entre outros.

[3] Aqui compreendo estarmos realizando um exercício físico.

[4] Aqui compreendo a realização de atividades diversas, práticas corporais, cujas finalidades são a ampliação do repertório psico-cognitivo-motor e afetivo, seja nos espaços formais ou não-formais, e estes na perspectiva recreativa e de lazer.

[5] Ver estudos de Manoel José Gomes Tubino.

Referências

PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira. O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 337- 356, set./dez. 2015.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Juazeiro-BA e Petrolina-PE: tem futebol amador no sertão nordestino

Francisco Demetrius Luciano Caldas

Foi às margens do Rio São Francisco que um torneio de futebol amador visibilizou as identidades regionais e o interesse pelo futebol de duas cidades do Sertão nordestino – Juazeiro-Ba e Petrolina-PE – o cenário por mais de três décadas do torneio amador denominado BAPE, em alusão às siglas de seus respectivos estados, Bahia e Pernambuco. Do início da década de 1970 até meados da década de 1990, seus dois estádios principais, o Adauto Moraes em Juazeiro e o Paulo de Sousa Coelho em Petrolina, acolheram suas partidas, suas equipes amadoras, as torcidas e a mídia impressa e radiofônica que realizavam a cobertura do evento.

A competição, organizada por suas ligas esportivas, a Liga Desportiva de Juazeiro-LDJ e a Liga Desportiva de Petrolina-LDJ, consistia em opor as melhores equipes amadoras das duas cidades em jogos que ocorriam nos fins de semana. Nessas partidas, o futebol acionava fortes demarcações identitárias daquilo que é constituinte dos predicados do ser “baiano” ou “ser pernambucano”. Entre as equipes que figuravam no certame, destacaram-se as equipes amadoras do Palmeiras, Santa Cruz, e Caiano de Petrolina e o Barro Vermelho, Veneza, Olaria, e o Carranca de Juazeiro.



Fonte: Jornal de Juazeiro – 21 e 22 de maio de 1987.

Vizinhas e separadas pelo Rio São Francisco, Juazeiro e Petrolina cresceram às margens do Rio São Francisco, com possibilidades econômicas que o progresso trazia desde a década de 1960, com investimentos da União na irrigação e fruticultura. Seus caminhos para o desenvolvimento, mesmo tão próximos e interdependentes, demarcaram trajetórias características de cada uma, expondo suas semelhanças,

diferenças e particularidades, que se expressavam nas dimensões da vida, como a economia, o desenvolvimento urbano, social e cultural dessas cidades. Construiu-se historicamente o hábito de compará-las em seus diversos aspectos sociais. Petrolina terminou por representar as narrativas de progresso e modernidade, enquanto Juazeiro sinalizava o atraso e o antigo. (SOBEL; ORTEGA, 2007).

Este foi o contexto em que o BAPE se estruturou, entre cidades tidas na cultura popular como irmãs, mas que rivalizavam em seus aspectos culturais e econômicos. Dito isto, quem possuía o melhor futebol amador? Juazeiro ou Petrolina? Os jornais, como fontes escritas, permitem ir além da pergunta e acessar os significados socioculturais do evento em tela.



Fonte Jornal de Juazeiro – 20 de março de 1996

Reportagens jornalísticas revelaram os significados desses jogos para Juazeiro e Petrolina em suas três décadas de realização: a década de 1970 significou sua origem e ineditismo na região, os anos 1980 demarcaram seu crescimento e consolidação como uma ação cultural no âmbito do lazer (CALDAS; ABRAHÃO, 2020), enquanto os anos de 1990 foram palco para seus problemas organizacionais, violências e declínio (CALDAS; MILLEN NETO; ABRAHÃO, 2021).

Além dos jornais, fontes orais alargaram essas compreensões. Jornalistas e jogadores relataram que, na verdade, as primeiras iniciativas da competição se iniciaram na década de 1960 e que seu primeiro nome chamava Torneio Jualina, uma espécie de fusão dos nomes Juazeiro e Petrolina. Posteriormente, seus diretores propuseram uma identidade mais interestadual, renomeando seu nome para BAPE. Suas narrativas também mostraram a dinâmica das torcidas nos dias de jogos, com a presença marcante de homens e mulheres, suas ocupações na ponte Presidente

Eurico Gaspar Dutra, que separa as cidades, com suas bandeiras, mascotes e batucadas.

O ano de 1996 demarca as últimas partidas do BAPE que, segundo as lembranças de jornalistas e jogadores, ocorreu devido a um processo de esfacelamento do futebol amador com a chegada do profissionalismo na região. Essas equipes não conseguiram adentrar nas lógicas mercadológicas do futebol profissional, sucumbindo suas tradições amadoras.

O torneio já tinha perdido espaço na agenda esportiva e de lazer da região, todavia já havia alçado ao status de tradição futebolística acumulada pelas décadas anteriores, já estava nas memórias sociais e no imaginário popular. Em outras palavras, o BAPE, enquanto tradição, estava associado à memória coletiva, envolvia rituais e tinha uma força de apelo moral e emocional.

Nesse sentido, seus protagonistas formados pelos jogadores, dirigentes, técnicos, massagistas, árbitros, presidentes de ligas, torcedores e torcedoras significaram uma parte de grande relevância na história do futebol são franciscano. Construíram uma cultura futebolística a partir de uma coletividade comunitária, popular e sertaneja, visando fomentar o futebol regional a se perpetuar na memória das gerações vindouras.

Referências

CALDAS, Francisco Demetrius; ABRAHÃO, Bruno Otávio Lacerda. Futebol no Sertão do São Francisco. *In*: DIAS, Cleber (org.). **Depois da Avenida Central**: cultura, lazer e esportes nos sertões do Brasil. Rio de Janeiro: Jaquatirica, 2020.

CALDAS, Francisco Demetrius; MILLEN NETO, Alvaro Rego; ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda. O futebol no Sertão nordestino brasileiro: o torneio BAPE em Juazeiro e Petrolina na década de 1990. **Outros Tempos** [online], v. 18, p. 274-296, 2021.

ORTEGA, Antônio Cesar; SOBEL, Tiago Farias. *Estratégias de Desenvolvimento Territorial: o caso do Polo Petrolina-Juazeiro*. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), "Conhecimentos para Agricultura do Futuro", 45, Londrina, 2007. **Anais eletrônicos [...]**. Londrina: UEL, 2007. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/945.pdf>. Acesso em: 12 set. 2018.

O Corpo na Dança: reflexões sobre a estética corporal

Dayane Ramos Dórea

O corpo humano, enquanto território vasto e repleto de características singulares, tanto biológicas quanto sociais e culturais, talvez seja o local em que a vida se manifesta de maneira mais sublime e latente, uma vez que é marcado por peculiaridades como a capacidade de realização de atividades laborais; pensar, refletir e exteriorizar seus pensamentos por meio de linguagens diversas, gestos e emoções, influenciando sua maneira de agir em/na sociedade.

Por isso e muito mais, o corpo é um veículo de representatividade interior e exterior, cercado de repertórios rítmicos do cotidiano ou, em termos artísticos, criados a partir de uma subjetividade. Na criação cênica em dança, abrangem-se possibilidades de construção e reconstrução a partir de estudos corpóreos já propostos anteriormente, ou não. Físico e psíquico interligam-se quando o corpo se coloca como intérprete durante a dança, induzindo sensações e sentimentos, que podem acontecer sob um código ou um elemento referencial.

No entanto, na contemporaneidade, corpo e dança parecem reproduzir, constantemente, modelos midiáticos, sem uma preocupação pela busca do diferente e da autonomia, onde os indivíduos destacam uma reprodutibilidade técnica, bastante descontextualizada e carregada de um profundo esvaziamento da criatividade e do respeito aos diferentes corpos dançantes presentes na sociedade. A isso podemos destacar a indústria cultural como potencial influenciador dos corpos dançantes, em que, segundo Adorno e Horkheimer (2000), tudo se torna padronizado, graças à mercantilização dos bens culturais e criação de estereótipos.

Com a expansão das possibilidades tecnológicas de informação e comunicação, a indústria cultural produz e vende mercadorias, utilizando, ideologicamente, os meios de comunicação de massa e as mídias sociais para vender imagens fetichizadas de corpos da moda, reproduzindo o *status quo* do consumismo exacerbado e do consumidor em potencial.

Enquanto prática habitual e difundida, mas não unificada, a moda está presente no cotidiano das sociedades, integrando costumes sociais e causando

interesse nas pessoas que a procuram por curiosidade e/ou para seguir as tendências ditadas pelo universo *fashion*.

Assim, a moda contemplada pela indústria cultural reverbera modelos femininos com medidas meticulosamente perfeitas e magras, excluindo quem não se encaixa nessas modelagens tradicionais, suscitando uma necessidade nas mulheres de serem esguias como as modelos e também o preconceito junto ao público feminino, denominado como gordofobia: é gorda porque come demais; tem um rosto lindo, mas é gorda; não deveria usar esse tipo de roupa, pois é gorda; se emagrecesse ficaria linda etc. Essa inferiorização do corpo gordo também incita uma “disputa de um modelo dominante e hegemônico em termos de padrão de beleza e de estética e o surgimento de novas alternativas ou formas de resistência daqueles que não estão nos moldes definidos” (SANTOS; NICOLAU, 2012, p. 2).

Nesse sentido, tanto a moda quanto o mercado de consumo abrem-se, ainda que tardia e timidamente, para os corpos que estão além das medidas tradicionais e padronizadas, um novo segmento intitulado *Plus Size* que significa tamanho grande e hoje atende a modelagens com alguns números a mais. Descortinar os corpos *plus size* abrange aproximações reflexivas também em dança, salientando o trabalho com a identidade individual, com as singularidades, com a autoestima, favorecendo trilhar um novo caminho à quebra de paradigmas instituídos e, em especial, à valorização da mulher e aos embates acerca da resistência de um grupo que se opõe aos padrões normatizantes e dominantes.

O biotipo da mulher brasileira é inversamente proporcional ao padrão eurocêntrico e, praticamente, inalcançável por vias que não sejam cirúrgicas. A mulher brasileira tem curvas, pernas grossas e quadris avantajados. Ao tentar fugir disso, nos deparamos com um “corpo metamorfoseado, fabricado, vestido, estilizado, malhado, operado [...], produzido em função de um ideal de beleza tornado vigente pela moda e por significações políticas (como padrões étnicos) que ela agrega”, e a indústria cultural contribui na difusão desses estereótipos, dos padrões estéticos e do culto ao corpo (BRANDINI, 2007, p. 14).

A autonomia para se libertar e proporcionar mudanças nos costumes artísticos e estéticos em dança permite a criação e o respeito aos novos estilos e ritmos, bem como aos diferentes corpos que compõem a sociedade. Os corpos dançantes *Plus*

Size escancaram, através de uma linguagem corporal unânime, as relações socioculturais, artísticas, afetivas, políticas e estéticas em dança (e no próprio cotidiano), (re)criando, revelando e comunicando expressões e identidades, em oposição à hegemonia estética do belo e do sublime, tão bem representado na figura da bailarina do século XIX. O processo para mudar a estereotipização em dança mexe em valores arraigados historicamente, constituídos em paradigmas afirmados como únicos, verdadeiros e alcançáveis, passando pela discussão e entendimento de que é possível dançar mesmo não se encaixando nos padrões ditados.

Não há aqui um interesse velado em romantizar e/ou incentivar as mulheres à tendência de alcançarem corpos *plus size*, antes sim realizar reflexões profícuas sobre a ditadura do corpo perfeito, bem como a valorização e o respeito às mulheres de tamanhos e estereótipos diferentes. Descortinar o corpo dançante *Plus Size* reverbera na democratização de um determinado grupo social que, rechaçado e estigmatizado, traz, em sua essência, marcas da resistência de uma disciplinarização e enquadramento das imposições sociais, juntamente com seus códigos e convenções estéticas e mercadológicas da magreza.

A estandardização que ocorre nos corpos dançantes ainda reproduz, massivamente, a negação e o silenciamento das singularidades e das diversidades. A padronização, tanto em dança quanto do corpo, que a indústria cultural incentiva, instaura, na contemporaneidade, uma discriminação do ser diferente, haja vista um modelo predefinido ser muito mais fácil, retirando, pois, o peso da criatividade, da autenticidade e da autonomia de ser único, como o demonstrado no poema *Eu Etiqueta*, de Carlos Drummond de Andrade. O corpo dançante *plus size* permite propalar a diferença e a possibilidade de existência de corpos diversos numa anatomia humana legítima, que tende a uma assimetria crescente.

Destarte, reconhecer e valorizar os corpos dançantes *plus size* é, sobretudo, revolucionar e emancipar um grupo social que expressa uma dança para além de técnicas e vestimentas normativamente aceitas. Em dança, é possível ao corpo *plus size* ressignificar valores, identidades, prazeres, gostos e atitudes frente à sua estrutura corporal, bem como a forma de viver e de ver o mundo, tentando determinar um ideal que expõe os processos restritos a que o corpo está sujeito e os parâmetros incertos da normalidade humana, almejando romper com uma visão fantasiosa e limitante da autoimagem para o seu bem-estar diante da sociedade.

Referências

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. Indústria cultural. O iluminismo como mistificação das massas. *In*: LIMA, Luiz Costa (org). **Teorias da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BRANDINI, Valéria. Bela de morrer, chic de doer, do corpo fabricado pela moda: o corpo como comunicação, cultura e consumo na moderna urbe. **Contemporânea**, v. 5, n. 1 e 2. dez. 2007.

SANTOS, Ana Pessoa; NICOLAU, Ayalla Simone. Moda para além da medida – o plus size no mercado fashion: de uma visão frankfurtiana a perspectiva dos Estudos Culturais. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE/**Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 17, Ouro Preto – MG, 28 a 30 jun. 2012. **Anais eletrônicos [...]** Ouro Preto: Intercom, 2012. Disponível em: <https://intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2012/resumos/R33-0699-2.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2020.

“Abra a Porta desse Armário que não Tem Censura”[1]: uma breve reflexão sobre sexualidades dos corpos e educação física

Aline Machado

No dia 17 de maio de 1990 a homossexualidade deixou de compor o grupo de doenças mentais listadas pela Organização Mundial da Saúde. O 17 de maio, atualmente, marca o Dia Internacional da Luta Contra a LGBTfobia. Trinta e um anos depois do importantíssimo e tardio reconhecimento da OMS, a comunidade LGBTQIAP+ enfrenta dificuldades nas mais diversas áreas da existência. Em relatório[2] produzido no fim de 2020, um especialista independente da ONU aponta que a pandemia de COVID-19 tem um impacto desproporcional na vida dessas pessoas.

Hoje, 28 de junho, dia do Orgulho LGBTQIAP+, mês do Orgulho LGBTQIAP+ precisamos refletir e nos colocar nesse contexto.

Nesse sentido, pensar e repensar os diversos fatores que configuram as dificuldades de existência da pessoa LGBTQIAP+ numa sociedade que é marcada pelo machismo estrutural, como o Brasil, é uma necessidade constante. É então nessa esteira de pensamento que estabelecemos aqui uma breve reflexão, no curto espaço de tempo que este pequeno texto permite, sobre a Educação Física no que tange às questões das sexualidades.

Numa primeira impressão podemos dizer que a Educação Física, disciplina que desde 1996 torna-se componente curricular e lida diretamente com o corpo em movimento, numa aparente liberdade, poderia ser o berço das discussões sobre o corpo, sexualidade, gênero. Contudo, o processo histórico pelo qual passou a Educação Física aponta para uma direção contrária que deixou reminiscências na identidade, no papel social da área. Uma elucidação disso é a análises das metodologias de ensino da Educação Física nas escolas que, ainda recentemente, mantém raízes em práticas anteriormente ligadas à produção de trabalhadores e sua preparação física e moral, como afirmam Lima e Dinis (2007), tendo como padrão físico e moral o homem másculo, viril, forte e heterossexual.

Ainda hoje, não apenas nos espaços de ações da Educação Física, por assim dizer, nos mais diversos espaços é possível perceber o imaginário de que as

manifestações das sexualidades “não-heterossexuais” se caracterizam como desvio de comportamento. São diferenças que vêm sendo negadas, silenciadas e agredidas. Para enfrentar essa realidade é necessário o reconhecimento de que existem inúmeras sexualidades e cada qual merece reconhecimento e validade, ainda que destoem dos padrões heteronormativos. Pensar a atuação das/dos docentes de Educação Física, nesse processo, significa trabalhar a articulação e disseminação do conhecimento dessa área de forma mais abrangente e crítica, tornando as diferenças parte visível do processo de atuação.

Nós, enquanto professoras/professores de Educação Física, precisamos compreender o nosso papel no processo de construção social das identidades sexuais. O silenciamento, a negação das diferentes identidades sexuais, corroboram para a manutenção da supremacia heterossexual e violência para com as diferenças. A compreensão de que os saberes transmitidos, ou ocultados são dispositivos de poder que podem transformar ou reproduzir, faz-se urgente no nosso trato pedagógico.

Nessa esteira, pensando os conhecimentos da Educação Física, podemos refletir a partir de Foucault (1988) quando infere que o discurso, os saberes produzidos e disseminados podem ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições, mas também, afrouxam seus laços e dão margem às tolerâncias mais ou menos obscuras.

Pensando nessa perspectiva, nossa atuação pode ser o espaço de grande potencial de transformação, ou seguir no mesmo trilho de grande parte da sociedade, perdendo seu poder crítico. O que apontamos para refletirmos é a necessidade de debatermos a diversidade corporal em suas multiplicidades, as sexualidades e os corpos sexuados como ricos em sua diversidade. E, acima de tudo, como corpos que devem ter as suas sobrevivências garantidas com a mesma qualidade de vida, segurança e respeito que todos os corpos.

A Educação Física que durante muito tempo teve caráter sexista, dividindo suas turmas em masculinas e femininas, e que, ainda hoje, possui fortes marcas do

machismo estrutural nas suas práticas corporais, nos esportes, nas práticas de lazer, precisa constantemente de atuação vigilante. É necessário entendermos como essa área de conhecimento, que historicamente serviu de instrumento para manutenção de valores aristocráticos, excludentes, se coloca no cenário da identidade sexual.

Se pensarmos a Educação Física enquanto área de estudo e atuação, com conhecimento historicamente vinculado à educação dos corpos e que, por vezes, esteve/está na esteira de padrões normalizadores que não dão espaço para as diversidades, veremos como é necessária uma constante autorreflexão da área, da atuação docente, para que possamos não apenas ter espaços de ensino que permitam a liberdade e integração dessas diversidades, mas que possibilitem também o desenvolvimento do olhar crítico, humano, empático para com todos os corpos e, principalmente, os corpos que fogem ao padrão heteronormativo e que, por isso, vivenciam as mais variadas formas de violências e silenciamentos.

Dito isto, o que sinalizamos aqui é mais uma necessidade de autorreflexão do que caminhos fechados. Se o 17 de maio chama à atenção para a luta contra a LGBTfobia que possamos, então, pensar e repensar o nosso papel nesse processo. Somos professoras e professores de Educação Física, lidamos com corpos diversos que enfrentam lutas cotidianas para sobrevivência. Assim, a nossa, a minha, a sua atuação contribui para o enfiamento dessa triste realidade que se coloca, ou alimenta a violência para com os corpos que divergem do padrão dominante? A porta da sua sala tem censura?

Notas

[1] MERCURY, Daniela. Trecho da letra **Proibido Carnaval**. In: Perfume. Salvador: Páginas do Mar, 2020.

[2] O relatório pode ser encontrado integralmente em: <https://brasil.un.org/pt-br/100282-pandemia-tem-impacto-desproporcional-sobre-pessoas-lgbt-aponta-relatorio-de-especialista>

Referências

LIMA, Francis Madlener de; DINIS, Nilson Fernandes. Corpo e gênero nas práticas escolares de educação física. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 7, n. 1, p. 243-252, jan.-jun., 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 19. ed. Rio de Janeiro, 1988.

Pressão Estética e Gordofobia: entre o cotidiano e as olimpíadas de Tóquio

Dayane Ramos Dórea

Os pensamentos, os sentimentos e as ações que temos em relação ao corpo gordo são frutos da operacionalização do dispositivo da magreza, por meio da circulação de uma rede de inteligibilidade que acaba por nos organizar e nos condicionar a uma aversão, reprovação e zombarias com o corpo gordo e que circula em diferentes espaços, tempos e contextos sociais. Posicionar o corpo gordo como disforme, doente e feio acaba por afetar também a singularidade, a subjetividade, a autoimagem e a identidade do sujeito que é direcionado à postura de preguiçoso, desleixado, sem controle.

Se em séculos passados o corpo gordo simbolizava a personificação de prosperidade, de beleza e de saúde, na atualidade esse corpo é amplamente bombardeado, inserindo-se no terreno na anormalidade, estabelecida por nova norma que articula beleza e saúde à magreza. Essa rede de inteligibilidade frente ao corpo gordo não o denuncia apenas como um problema social no tocante à pressão estética, mas também nos diz sobre o sujeito que existe através desse corpo, lançando olhares de valores (morais, estéticos e de desempenho humano) sobre ele (ANGELI, 2004).

A pressão estética é um problema social real do século XXI, pois dita regras e impõe o dever aos sujeitos sociais de serem visualmente aceitos, a partir do estabelecimento de um padrão de beleza tão irreal e quase inatingível que, como consequência, gera-se a frustração e o ódio pelo próprio corpo. É dessa pressão estética que vem a cobrança exagerada com a aparência, culminando em distúrbios alimentares, doenças diversas e emergindo preconceitos aos diferentes corpos presentes na sociedade. Nos deparamos, assim, com a gordofobia, considerado um preconceito à pessoa gorda, por se tratar de uma aversão/repulsa ao corpo que não se encontra padronizado com os ditames de beleza midiaticamente difundidos e reproduzidos.

Podemos, inicialmente, classificar a gordofobia em três grandes pilares: a gordofobia na área da saúde, na acessibilidade e na estética. No primeiro aspecto é comum a negligência ao problema do indivíduo, explicando-o e associando-o, nas diferentes formas de atendimento, ao seu peso. O segundo reflete as condições dos

espaços e equipamentos como passar em catracas e cintos e assentos dos transportes públicos pequenos. Já o terceiro pilar diz respeito à falta de roupas que sirvam e atendam aos desejos de consumo da pessoa gorda, mesmo com a ascensão do universo *plus size*, pois este, ainda em construção, segue limitado a um determinado tamanho, com pouca variedade e é de difícil acesso. A estigmatização do corpo gordo, como consequência da pressão estética e da gordofobia, transita pelo imaginário social travestida de valores morais, religiosos e culturais diferentes em tempos e espaços (RANGEL, 2017).

Fischler (1995) aponta para a nova característica lipofóbica da sociedade, a qual está relacionada com o medo de engordar e perseguição da magreza como fundamento da saúde, mas que esconde a real pretensão de aceitabilidade social e da própria imagem que se vê refletida no espelho. Sob essa concepção lipofóbica, os corpos gordos são, de maneira incisiva, relacionados a adjetivos pejorativos, negativos e animalescos, seguidos de uma atitude gordofóbica que é mascarada com uma falsa preocupação com a saúde do indivíduo, reforçando seus estigmas. Logo, pensar ou mesmo engordar é a pior coisa que pode acontecer a alguém, ainda mais se esse alguém for uma mulher, reforçando a reprodução desse preconceito e estigma.

Em rejeição à visão lipofóbica, discutir sobre a gordofobia não é romantizar ou mesmo incentivar a pessoa a engordar; antes sim, é reconhecê-la como preconceito presente em diferentes setores da vida em sociedade. Portanto, não é sobre saúde e sim sobre os modelos estandardizados como ideais perfeitos de uma beleza eurocêntrica que em nada privilegia a subjetividade, a individualidade, a identidade e a essência do corpo gordo. Em se tratando da mulher, pressão estética e gordofobia, parecem se sobressair, pois para serem belamente aceitas, é imprescindível estarem muito bem depiladas, serem brancas, sem manchas na pele e, claro, magras. Nem mesmo no Jogos Olímpicos de Tóquio as mulheres que lá estavam expostas escaparam do amargor da pressão estética e da gordofobia.

Mesmo atuando muito bem, como uma carreira consolidada há anos, muitas atletas brasileiras tiveram suas performances questionadas, ridicularizadas e colocadas à prova por conta de seus corpos. Ao longo das Olimpíadas, as redes sociais estavam bastante atentas: todo mundo comentando, compartilhando, torcendo e comemorando a cada vitória e medalha conquistada. Entretanto, também existiam

olhos atentos que julgavam os corpos das atletas e, não raro, surgiam comentários que duvidavam de suas capacidades e habilidades físicas por não exibirem corpos longilíneos e magérrimos – o que o senso comum espera de um atleta.

A goleira da seleção feminina de futebol, Bárbara, de 33 anos de idade, no ano de 2016 foi considerada a melhor goleira do mundo. No entanto, durante as Olimpíadas de Tóquio ela foi ofendida por um jornalista holandês que a chamou de “porca com suéter”, após a partida de Brasil e Holanda. Bárbara também foi ofendida por uma atleta paralímpica que criticou sua atuação por ela ser “cheinha”, o que ocasionaria o afundamento da seleção. Cabe aqui ressaltar que Bárbara está bem longe ser ou de refletir um corpo feminino gordo.

Não diferente, a jogadora de voleibol Rebecca Silva também recebeu comentários ofensivos numa página de uma rede televisa, após o primeiro jogo com sua dupla Ana Patrícia. Os comentários em relação ao seu corpo, numa totalidade feitos por homens, questionavam sua performance, dizendo que a atleta não conseguia bons patrocínios por conta da sua forma física e que ela iria comemorar a vitória comendo lasanha e coxinha. Rebecca, assim como Bárbara, não é uma mulher gorda, mas o fato de seu corpo não estar próximo ao padrão esperado socialmente para uma atleta, fez com que ela tivesse sua impecável performance e habilidade questionadas.

Nem mesmo a medalhista mundial Daiane dos Santos escapou dos ácidos comentários da internet, descortinando a pressão estética e a gordofobia que acontecem de maneira velada, sendo encaradas, na maioria das vezes, como uma inocente comédia da ridicularização e do julgamento do corpo outro. Daiane fez parte da primeira seleção brasileira de ginástica a disputar os Jogos Olímpicos em Atenas, tem dois movimentos ginásticos batizados com seu nome por ter sido a primeira, no mundo, a realizá-los, além de possuir nove medalhas de ouro em campeonatos mundiais. Entretanto, mesmo sendo reconhecida por todas as suas conquistas, a ex-ginasta foi vítima de uma página da internet, a qual apresenta como maioria de seus seguidores o público masculino, resumindo-a a “esse tamanho”.

Essas não são as primeiras e nem mesmo serão as últimas situações em que nos depararemos com mulheres incríveis, com uma trajetória histórica brilhante – em qualquer campo da sociedade – terem suas carreiras e conquistas postas à prova por

causa de sua imagem. A inquietude que nos bate é que, enquanto a sociedade for baseada na concepção eminentemente masculina, as mulheres sempre terão sua força e capacidade questionadas e minimizadas, utilizando o corpo como justificativa. Arraes (2014) aponta que esses comportamentos intrusivos na vida do corpo gordo, em especial ao feminino, se dão num contexto sociocultural que reforça estereótipos e impõe situações degradantes, favorecendo o direito de discriminação presente nos valores cotidianos da contemporaneidade.

A sociedade, embora moderna, ainda traz em seu bojo o machismo e a construção patriarcal enquanto pilar de dominação masculina. Talvez, por isso, a gordofobia tenha reflexos mais incisivos nas mulheres, embora esse preconceito atinja, igualmente, ambos os sexos, uma vez que os homens não sofrem com a vigilância sobre seus corpos da mesma forma que elas. Diante disso, a organização de uma coletividade, reivindicando o trato desse preconceito como pauta não secundarizada dos discursos feministas parte, principalmente, de jovens mulheres envolvidas nesse tipo de opressão, que fazem de suas redes sociais um espaço de contextualização e valorização da essência e da feminilidade para além de um corpo gordo.

Dessa forma, é imprescindível que (re)conheçamos que a pressão estética e a gordofobia tratam-se de uma pauta salutar no processo de contextualização do (des)colonialismo e da (des)escolarização dos saberes do senso comum que transitam o campo da saúde e da estética no tocante à autoimagem e aos reflexos sociais dos corpos gordos. Por isso, a relevância da internet, enquanto mais um tempo e espaço de socialização das informações e da luta contra a gordofobia, não funciona como uma apologia à obesidade, mas como reafirmação identitária de um grupo de jovens mulheres gordas que possuem experiências constrangedoras e dificuldades semelhantes, bem como se autoidentificam, partilham problemas, fortalecem e ampliam as discussões sobre o tema, denunciando situações como as relatadas neste texto, com posturas contestatórias e educativas no campo da respeitabilidade e valorização do corpo do outro.

Referências

ANGELI, Daniela. Uma breve história das representações do corpo feminino na sociedade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 243-245, maio/ago. 2004.

ARRAES, Jarid. Gordofobia como questão política e feminista. **Revista Fórum**, 2014.

FISCHLER, Claude. Obeso benigno, obeso maligno. *In*: SANT'ANNA, Denise Bernuzzi (org.). **Políticas do corpo**: elementos para uma história das práticas corporais. São Paulo: Estação Liberdade, 1995. p. 69-79.

RANGEL, Natália Fonseca de Abreu. A emergência do ativismo gordo no Brasil. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO & WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 11 e 13, 2017, Florianópolis, UFSC. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2017. p. 1-13.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, ATUALIDADES E OUTROS TEMAS

Uma Reflexão sobre Educação e Ginástica

Aline Machado

Pensar a Educação, de um modo geral, aponta sempre para as relações humanas de modo amplo e, às vezes, específico. Nossa constituição, enquanto sociedade, nos remete à importância de refletirmos sobre as diversas questões que, direta ou indiretamente, educam e constroem a própria vida. Assim, sinalizo que a construção deste texto se deu numa tentativa de refletir sobre a relação de imanência entre a Ginástica, conteúdo primordial da Educação Física, e a Educação.

Falar de ginástica e de educação separadamente já é um grande desafio. Tanto em termos teóricos quanto na prática, esses dois conceitos fazem parte da nossa vida cotidiana, guardando em si significados e representações diversas.

Falando inicialmente sobre educação, digo que ela é e deve ser entendida, antes de tudo, como um fenômeno social-histórico-cultural. A sua compreensão e constituição está diretamente relacionada com o ideal de indivíduo que uma sociedade busca construir. E é dentro de cada contexto social que ela deve ser pensada e analisada.

É comum, nas discussões acadêmicas e científicas, utilizarmos os termos formal, informal e não-formal para designar os diversos tipos de educação que conhecemos. Podemos compreender então, como aponta Maria da Glória Gohn (2006), que a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – na família, bairro, clube, com amigos, carregada de valores e cultura própria, de pertencimento e sentimentos herdados, de identidade. E a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas.

Dito isto, podemos considerar que todo ato humano carrega em si um potencial educativo, que vai emergir com maior ou menor intensidade; sistematizado

ou não, a depender do contexto de ação; da situação em que se encontra a pessoa, ou as pessoas envolvidas nos processos. Assim, todos nós, em diversos momentos, assumimos um duplo papel de educadores e educandos. Nós educamos e somos educados constantemente, quer percebamos isto claramente ou não. Nós educamos e somos educados, mesmo quando nossa formação e atuação profissional não estão diretamente ligadas à educação formal. Então, é dessa premissa que partimos: a ação humana é imbuída de potencial educativo.

Falando agora da Ginástica, temos outro amplo universo de debate, uma polissemia de sentidos e significados para esta prática corporal que, assim como a educação, faz parte da história humana.

Se pensarmos na ginástica, de um modo geral, não saberíamos precisar exatamente as suas origens, já que a amplitude do conceito remete às práticas milenares. Como prática do exercício físico, na literatura existente, encontramos referências de que a ginástica vem da Pré-história, mas é mesmo com o advento da modernidade que ela é sistematizada e institucionalizada.

O termo Ginástica foi usado em diversos momentos da história para tratar diferentes atividades humanas. Em pesquisas e estudos diversos podemos ver a capoeira sendo chamada de ginástica nacional; atividades de canto chamadas de ginástica dos pulmões; até mesmo o ato de fazer poesias e fotografar, em algum momento, foi chamado de ginástica da alma. Isso aponta para a amplitude do significado atribuído à prática.

Ainda hoje, a compreensão da ginástica é ampla e plural. Quando pensamos em Ginástica, muitas expressões podem surgir. Por isso, considero sempre ser mais adequado, quando vamos tratar de forma mais geral, falarmos de ginásticas, no plural, já que temos diversas e diferentes manifestações dessa prática corporal. E somente quando formos tratar de alguma especialidade, usamos o termo no singular.

Contudo, é impossível pensarmos nas expressões da ginástica dissociada dos primórdios de sua sistematização e institucionalização com o chamado movimento ginástico europeu. Esse movimento, que acabou por exercer uma reconfiguração na forma de encarar os exercícios físicos, entre fins do século XVIII e início do século XIX, gerou os chamados métodos ou escolas de ginástica, formando

passos decisivos para o que conhecemos hoje como ginástica. E, também, a própria área da educação física.

A disseminação das ginásticas aparece associada à emergência de uma racionalidade e de técnicas específicas sobre o corpo, demandadas por transformações na realidade urbana. As transformações ligadas aos processos de modernização exigiram modos específicos de se construir e perceber a realidade. Foram consequências e, ao mesmo tempo, causas de novas visões de mundo, com concepções específicas de ideias indivíduos, de corpos. Foi no caminho da construção de novas concepções de indivíduos, de educação de novos corpos que as ginásticas se disseminaram e popularizaram.

A sistematização dos exercícios físicos, em que se constituíram os métodos ginásticos, estava diretamente ligada a um novo modo de pensar o corpo. Fortemente ligados ao desenvolvimento científico e mudanças nas estruturas sociais. Andrea Morena e Carmen Lúcia Soares (2015) apontam como diferentes sujeitos, por diferentes táticas e estratégias, ajudaram a enraizar, mais ou menos profundamente, uma nova maneira de conceber e educar o corpo, cuidar dele e cultivá-lo a partir de metódicos exercícios ginásticos.

O que nos interessa aqui é entender que a consolidação, sistematização e disseminação das ginásticas esteve diretamente ligada a uma nova forma de pensar o corpo, a fim de enquadrá-lo dentro das necessidades que as sociedades, que estavam modernizando-se, apresentavam. Em diferentes momentos da história, as práticas corporais, e mais especificamente as ginásticas, se ajustaram às demandas apresentadas por cada contexto social, tornando-se elemento integrante da educação do povo, de uma educação do corpo, quer seja no âmbito da educação formal ou não.

Esta contextualização histórica é fundamental para compreendermos que as ginásticas nunca tiveram “fim em si mesmo”. Quando pensamos, discutimos, praticamos, trabalhamos com as ginásticas precisamos ter em mente que estamos lidando com uma prática, ou com várias práticas que são socialmente contextualizadas. Elas se relacionam diretamente com valores, rituais, ideias, representação culturais diversas que circulam nos contextos sociais, em cada momento.

Nesse sentido, quando falamos de Ginásticas e Educação é central o debate sobre educação do corpo. Nós estamos falando da ginástica como elemento capaz de forjar, de incutir no corpo as intencionalidades, os objetivos que se têm no momento, no ato das práticas. Todavia, também estamos lidando com valores, as ideias, os propósitos, representações que se relacionam com questões sociais e culturais mais amplas. Isto porque, quando falamos de corpo, não estamos falando apenas dos aspectos anatômicos, biológicos, fisiológicos. Estamos falando do todo, do indivíduo, da completude do ser.

A existência humana é corpórea; por isso, quando pensarmos em corpo, devemos romper quaisquer barreiras que o trate de forma fragmentada. E como abordamos aqui sobre Educação e Ginásticas, é fundamental esta compreensão de que o corpo, educado através da ginástica, é um corpo biológico, mas também é um corpo cultural, um corpo social, um corpo de sensibilidades, um corpo histórico.

Nessa lógica, é profundamente necessário pensarmos todo o contexto social em que estas práticas estão inseridas. Quando trabalhamos com aulas de ginásticas coletivas, por exemplo, é fundamental entendermos que estas fazem parte de um amplo e complexo conjunto de fatores, como os modelos de corpos ideais; questões relativas à sociabilidade; comportamentos socialmente aceitos; emancipação do corpo, notadamente do corpo feminino; qualidade de vida e saúde. Enfim, uma gama de questões que perpassam a prática da ginástica e se relacionam diretamente com os processos de educação do corpo e de educação, num sentido mais geral.

Nos últimos anos temos visto crescer a importância e o lugar das práticas de exercícios físicos, das ginásticas, como elemento fundamental de promoção da saúde, assim como elemento de relevância no que diz respeito às questões diversas, notadamente as de estéticas corporais. O belo e o saudável estão intimamente ligados, nos dias atuais, e as suas construções têm perpassado fortemente pelas práticas de ginásticas. Práticas estas que não somente impactam nas estruturais biológicas, anatômicas do corpo, mas também o educam de um modo geral.

A compreensão do que é belo, do que é saudável, do que é prazeroso, do que 'faz bem' se dá através construções cotidianas, onde as ginásticas ganham forte potencial educativo.

Falando agora especificamente do momento presente, de necessário distanciamento social, temos visto nos diversos meios de comunicação como a prática de exercício físico, dentre elas as ginásticas, tem se tornado elemento fundamental para sobrevivência humana. Parece apelativo esta fala, mas, mesmo numa leitura rápida da realidade, podemos perceber como essas práticas são essenciais para a manutenção da saúde física e mental das pessoas. Isto sinaliza para a importância que essas práticas vêm ganhando nos processos de educação ou reeducação no momento atual.

Desta forma, gostaria de sinalizar a importância de pensarmos e repensarmos nossas ações cotidianas, profissionais, como professoras e professores que lidam com as ginásticas no seu cotidiano. Precisamos lembrar que, para além da expressividade física, as ginásticas fazem parte de um universo educativo, seja nas escolas, nas academias, nos clubes, em aulas coletivas ou individuais. Por isso, devemos refletir sobre que tipo de pessoas estamos formando, quais os valores e ideias que estamos transmitidos nas nossas aulas, de que forma estamos contribuindo para a manutenção ou transgressão de valores socialmente difundidos.

Por fim, volto então ao início, quando afirmo que: nós somos educadores e educandos, por isso mesmo é preciso estarmos atentos para o papel social que ocupamos, a fim de contribuir para a construção de uma sociedade mais humana, crítica e consciente, na qual todos os corpos possam ser respeitados em suas especificidades, em suas diversidades. Para que possamos evoluir enquanto corpo e enquanto coletividade, superando mentalidades tão mesquinhas e atrasadas que insistem em nos separar e qualificar, atribuindo negatividade a tudo que foge aos padrões estabelecidos.

Referências

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

SOARES, Carmen Lúcia; MORENO, Andrea. Dossiê – práticas e prescrições sobre o corpo: a dimensão educativa dos métodos ginásticos europeus. **Revista Brasileira de ciências do esporte**, Campinas, v. 37, n. 2, p. 108-110, mar. 2015.

Os Preceitos da Ginástica em Academia: os olhares na práxis da modernidade à atualidade

Amanda Azevedo Flores

Na busca por uma compreensão da valorização da ginástica em academia no século XX, é importante considerar dois movimentos socioculturais que essencialmente a influenciaram. De um lado, as mudanças na vida privada com a “emancipação da mulher” e do outro, as mudanças na vida pessoal/individual com a revolução cultural do tempo livre, que oportunizou, através das atividades de lazer, novas práticas do corpo ao indivíduo (COELHO FILHO, 2009).

A prática da atividade física e sua relação com a saúde vêm sendo estudadas consistentemente. Nos anos 1970, os resultados dos estudos realizados por Keneth Cooper apresentaram a prática de exercícios aeróbicos como uma ferramenta para a melhoria da saúde e assim esse movimento ganhou o mundo, influenciando a todos sobre a importância da necessidade a prática de atividade física (PRESTES; ASSUMPÇÃO, 2010).

Dos anos 1980 para cá, vimos crescer a publicação de revistas e jornais relacionados ao *fitness*[1], programas de exercícios que, juntamente com as academias, proporcionaram diferentes formas de atividades físicas (PRESTES; ASSUMPÇÃO, 2010). Entre os anos de 1980 e 1990 ganhou força a chamada ginástica aeróbia. Esta, dividida em baixo e alto impacto, de acordo com a composição dos movimentos, teve repercussão, inclusive midiática, muito por conta das competições que ainda existem.

Furtado (2009, p. 3) afirma que há um novo impulso às academias de ginástica oriundas da ginástica aeróbica e sua principal divulgadora, a atriz Jane Fonda[2]. A ginástica aeróbica, com a incorporação do ritmo musical, traz um novo estímulo aos praticantes e passa a ser uma “febre” a partir de meados dos anos 80 até início dos anos 90.

A partir da década de 1990, observamos seu fortalecimento no Brasil, com as influências de todas essas modalidades, especialmente no que tange à busca pela atividade física personalizada (PRESTES; ASSUMPÇÃO, 2010). Isto vem ao encontro

da necessidade atual de produção do consumo, que acompanha as exigências do mercado e se refletem na movimentação dentro do contexto das academias.

Também neste mesmo período vimos se iniciar formas diferentes de ginástica em academia, não em sua estruturação técnica, mas sim em sua apresentação e comercialização. Falamos aqui de diversas ginásticas que passaram a funcionar sob moldes estilizados e unificados, com nomes internacionalizados, que representavam as empresas que criaram patentes de seus modelos, passando inclusive a negociar franquias.

Furtado (2009) nos relata que, no final dos anos 90, a *Body Systems* chega ao Brasil com suas aulas pré-coreografadas ou aulas prontas, provocando um impacto significativo no mercado. Ocorre uma grande diversificação das modalidades e de outros produtos vendidos pelas academias. Os planos passam a permitir acesso a todas elas, inclusive à musculação, diferenciando-se dos pagamentos por modalidades. A diversificação ocorre seguindo uma tendência das empresas na fase de acumulação flexível (FURTADO, 2009, p. 5).

Já, a partir dos anos 2010, percebemos a efervescência de modalidades, que mesmo se dando dentro das academias, buscaram trabalhar também fora dela, lidando com grupos menores de alunos, tentando atuar com atividades e equipamentos mais rústicos, como o *cross-fit* e o treinamento funcional. Muito embora sejam atividades que, em essência, não são inovadoras, elas significam uma nova perspectiva, que é a de potencializar a relação do ser com o meio, usando para isto espaços livres para a consecução das aulas.

Esta, da mesma forma, passou por transformações técnicas e tecnológicas, incorporando gestos, sentidos e representações, que dialogaram com as demandas sociais de cada período, sejam elas impostas ou naturais. Vimos essa prática assumir variações que, muitas das vezes, foi mais de caráter mercadológico do que de qualificação de sua ação e mais, vimos ainda ocorrer um processo de privatização de práticas corporais, sob a forma de modalidades ginásticas.

Atualmente as ações dos profissionais da ginástica em academia se mantêm norteadas por esses movimentos socioculturais e socioeconômicos, nos quais se moldam a uma padronização de empresas ou a modelos ginásticos apresentados em

lançamentos de eventos mercadológicos baseados nas pesquisas das tendências *fitness* mundiais.

Com pandemia global do SARS-CoV 2, podemos ver um “novo” movimento mundial determinante, falando especificamente dessa ginástica, em sua forma digital, aulas ministradas *online* através de aparelhos celulares e/ou plataformas remotas, de qualquer lugar do mundo. Vale recordar que nos anos 80 tínhamos as fitas cassetes com as aulas gravadas e eram distribuídas e realizadas no mundo todo no formato audiovisual, além dos programas de televisão que incentivavam a prática em casa, ou seja, a práxis da ginástica em academia se aprimora aos movimentos e às tecnologias do momento.

Destarte, os princípios dessa ginástica ainda se movimentam a partir da imposição de mercado. Cabe então uma reflexão sobre a busca eterna pela qualificação do trabalho educativo dessa ginástica; profissionais bem preparados são cada vez mais necessários dominando o conhecimento técnico, sendo capacitados para elaborar e adequar suas aulas aos grupos heterogêneos de alunos, avaliando nossas ações – como fazemos e como agimos frente a essa realidade – relacionando de maneira harmoniosa os aspectos teóricos e práticos da Educação Física.

Notas

[1] No Brasil, por exemplo, fez e faz ainda grande sucesso a revista Boa Forma, da Editora Abril.

[2] No Brasil, Ala Szerman foi referência nesse tipo de atividade. Em programas como TV Mulher, da Rede Globo, ela também foi impulsionadora da ginástica, notadamente entre mulheres.

Referências

COELHO FILHO, Carlos Alberto de Andrade. A ginástica em academia no contexto sociocultural do século XX. *In*: CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da; MARTIN, Edna Hernandez; LIRA, Luís Carlos e col. **Lazer, esporte e educação física: pesquisas e intervenções na Rede Cedes/UFJF**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

FURTADO, Roberto Pereira. Do fitness ao wellnes: os três estágios de desenvolvimento das academias de ginástica. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 1-11, 2009.

PRESTES, Jonato; ASSUMPÇÃO, Cláudio de Oliveira. Ginástica em academias. *In*: GAIO, Roberta; GÓIS, Ana Angélica Freitas; BATISTA, José Carlos Freitas (org.). **A ginástica em questão: o corpo e movimento**. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2010.

Feira Livre: Tempo E Espaço De Produção De Saberes E Práticas Socioculturais Populares

Viviane Rocha Viana

O texto apresentado provoca uma breve reflexão acerca das feiras livres nos dias atuais, pois, percebidas como uma evolução dos mercados a céu aberto, existentes há séculos, as feiras no Brasil foram redefinidas diante das características urbanísticas provenientes do projeto de modernização das cidades (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008). Logo, no início do século XX, com a remodelação do comércio a varejo, as feiras livres vão se espalhando por vários estados brasileiros e, conseqüentemente, se municipalizando diante das necessidades e características de cada população.

Haja vista a expansão da sociedade urbano industrial ao longo dos anos, vale salientar que esta não descaracteriza as culturas locais, mas contribui para uma ressignificação ou redefinição de suas práticas culturais. Dessa forma, o agricultor passa a integrar a sociedade urbana e industrial e seu jeito de se organizar, seus aspectos culturais vão se adequando e dialogando com as novas formas sociais.

Voltadas à distribuição de produtos básicos, sobretudo de gêneros alimentícios, as feiras livres estão presentes em praticamente todo território brasileiro, principalmente na região Nordeste do país. Para tanto, com base nos aspectos de territorialidade, as atividades espaciais, socioculturais e econômicas tornaram-se relevantes na materialização de tradições e costumes da população que frequenta e vive nas/das feiras.

Desse modo, são diversos os interesses e as relações estabelecidas no espaço-tempo das feiras livres. Para este momento, a ideia é refletirmos de maneira mais sensível, mesmo que breve, sobre as feiras livres, não apenas como espaço-tempo de relações de trabalho e atividade econômica, mas como lugares aonde circulam e se produzem diversos saberes, bem como o lugar onde se faz presente e circulam práticas socioculturais populares de grande relevância.

É nos espaços das feiras livres que jovens, adultos, idosos/as, trabalhadores e trabalhadoras passam a (re)construir no dia a dia, a partir das suas histórias de vida e da relação com o trabalho, saberes que são considerados relevantes e que devem ser valorizados.

Assim, nas feiras, em várias cidades nordestinas, encontram-se histórias e experiências de vida que resistem ao avanço das consequências da condição moderna e tentam manter sua tradição. Em ruas, praças e avenidas, os feirantes com suas barracas preparadas à base de estrutura metálica ou de madeira, com ou sem cobertura, ou mesmo no improvisado das mercadorias em lonas espalhadas no chão, atraem um público muito diversificado.

Considerada um “centro natural da vida social [pois] tudo se acelera com a feira” (BRAUDEL, 1998, p. 16), é importante ressaltar que ela é espaço para trocas comerciais, mas também sociais (e porque não dizer simbólicas?) de encontros e desencontros, muitas vezes com forte presença das mazelas da condição humana, mas também de elementos culturais importantes, pois são muitos os poetas, cantadores e seus diversos artistas locais que frequentam, vivem da/na feira e circulam seus saberes e suas práticas culturais.

Esses saberes estão presentes em diferentes contextos, na forma de agir, de falar de quem compra, de quem vende ou mesmo de quem apenas aprecia o lugar e o cotidiano daquele espaço. Através das sociabilidades presentes em diversas práticas culturais, são nos gestos, movimentos e performances corporais que demarcam relações identitárias e de pertencimento do povo nordestino.

Há de se compreender que a feira livre “é o lócus escolhido para os mais variados atos da vida social mantendo assim um sentido de permanência” (PAZERA JÚNIOR, 2003, p. 18) e, nessas relações de identidade e pertencimento, são muitas as manifestações populares presentes, da comercialização de produtos da agricultura nordestina aos remédios caseiros, dos cantadores populares à literatura de cordel, temos também anúncios de utilidade pública, como também do uso do espaço para fins eleitoreiros.

Para Vieira (2004) a feira livre também é um espaço de resistência, pois nela estão envolvidos o pequeno agricultor que vende sua própria produção, os artesãos com seus trabalhos e produtos locais e regionais, os violeiros, os repentistas, sem falar da presença de pratos que fazem parte da culinária regional e que ajuda a atrair inúmeras pessoas apreciadoras e curiosas.

Percorrendo por várias feiras livres em capitais nordestinas, como Aracaju, Salvador e João Pessoa é possível identificar que, para além da atividade econômica,

as feiras estabelecem relações simbólicas e afetivas, as quais dificilmente se percebem nos modernos supermercados. Nessas feiras livres há calor humano. Entre uma barraca e outra há diálogos, sorrisos, conversas alheias e interessantes que chamam a atenção de quem por ali passa, diante da compra e venda de mercadorias, fregueses e feirantes estabelecem vínculos de respeito e amizade. E assim se estabelecem sentimentos e experiências importantes.

São muitas as histórias de vida que circulam pelas feiras livres. Portanto, são diversos saberes e práticas socioculturais presentes. Nessa movimentação, as feiras livres revelam um papel importante na dinâmica cultural de cada localidade, assim como também da construção da identidade coletiva cultural local e regional.

REFERÊNCIAS

BRAUDEL, Fernand. **O jogo das trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. v. 2.

MASCARENHAS, Gilmar; DOLZANI, Miriam S. C. Feira Livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Revista Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 72 – 87, ago. 2008.

PAZERA JUNIOR, Eduardo. **A Feira de Itabaiana-PB: permanência e mudança**. 2003. 201 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

VIEIRA, Rute. **Dinâmicas da feira livre do município de Taperoá/PB**. Paraíba, DEGEOC/UFPB, 2004. Disponível em: http://www.cibergeo.org/agbnacional/VICBG-2004/Eixo1/e1_024.htm>. Acesso em: 31 jan. 2021.

Reflexões sobre o Dia 01 de Setembro

Ewerton de Almeida

Em uma história recente, o dia 01 de setembro tem sido considerado e comemorado como o dia do profissional de Educação Física. Por muitos anos neguei a sua comemoração por conta de uma construção ética, histórica e política frente às reais intencionalidades que estão ligadas a este dia e, por isso, venho comemorando apenas no dia 15 de outubro (dia dos professores). Entendo que a prática pedagógica frente à cultura popular é o que nos difere enquanto categoria profissional e, não à toa, a sociedade nos reconhece, em sua maioria, enquanto professor – como também me reconheço.

Porém, por mais que eu negasse esse dia, sofria atravessamentos subjetivos de amigos que postavam notícias orgulhosas ou que me parabenizavam, o que me provocava intensas reflexões acerca da prática profissional e, hoje, decidi externalizar algumas inquietações que podem, ou não, fazer sentido para vocês.

A Educação Física surge com uma ideia de militarização dos corpos. Acompanhando as mudanças históricas da época, ideais de modernidade da Europa, os corpos precisavam ser/estar controlados, com higiene e com força de trabalho suficiente para produzir e, se necessário fosse, estar preparado para uma guerra. Por muito tempo a fundamentação foi nesse caminho: uma educação física de controle de corpos, que prezava fundamentalmente pela perfeição da técnica, numa formação de atletas e pouco se pautava politicamente frente às reais necessidades da população.

Com muitas lutas, esse quadro vem se modificando aos poucos. A cada dia percebo colegas profissionais que produzem ciência e que pautam politicamente o seu fazer diário, tentando construir uma práxis que alcance as reais necessidades do povo. Porém, ainda tenho uma percepção (embrionária e, portanto, suscetível a erros) de que nos espaços de produção de saúde nós, professores, pouco dialogamos com os conhecimentos produzidos por outras categorias profissionais, tendo um olhar segmentado sobre a nossa atuação, centrado nas principais doenças e que temos em mãos a “grande solução” para as mazelas da humanidade no século XXI – a atividade física sistematizada.

Na minha compreensão, esse olhar romântico e salvacionista é uma grande armadilha para a Educação Física. A prática da atividade física regular não é uma mudança de comportamento que acontece da noite para o dia. Tem uma infinidade de fatores que extrapolam a simples vontade dos sujeitos em decidir praticar ou não praticar. Portanto, é fundamental ter a sensibilidade para uma produção de cuidado acolhedora e não culpabilizadora e meritocrática.

Além disso, temos desafios reais todos os dias, que vão do reconhecimento enquanto profissional essencial na área da saúde, e conseqüente valorização financeira, até a produção científica – treinamento desportivo, esportes, jogos, lutas, lazer, danças, políticas públicas, atividades coletivas, dentre outras – que dialoguem com as categorias centrais da nossa sociedade – classe, raça e gênero – trazendo sentido e significado à nossa prática emancipadora no campo da saúde. Dessa forma, podemos reduzir os impactos das doenças crônicas e da desigualdade social através do acesso a uma diversidade de práticas, considerando os aspectos culturais, territoriais e individuais.

Tenho mil indagações que pairam na cabeça e foram sendo construídas ao longo dos últimos anos através de leituras, escutas, trocas: Será que a nossa ideia de atividade física e saúde, com nossos discursos de promoção da saúde, respondem às necessidades de mais de 70% dos brasileiros que utilizam o SUS? Será que a nossa produção de cuidado tem em sua centralidade a autonomia do outro? Será que os nossos discursos não são culpabilizadores quando o outro, por diferentes demandas, não consegue ter uma regularidade na prática da atividade física? Será que a nossa atuação não está gerando sofrimento ao outro, quando defendemos a ideia de um padrão corporal? Será?

Enfim, são vários os questionamentos. Entretanto, estou aqui para agradecer e aprender com o legado daqueles que me antecederam e com os que me acompanham na luta para construir uma educação física, aos trancos e barrancos, com muita luta e afeto. Portanto, para aqueles que se sentem representados no dia de hoje e aqueles que não, convido todos a seguir refletindo a nossa atuação, com menos louros e mais pé no chão.

Para que Serve Teu Conhecimento Quando a Fome se Faz Presente?

Ewerton de Almeida

A fome não é um fenômeno natural, mas um fenômeno social, produto de estruturas econômicas defeituosas. Quem anunciou essa frase, no início do século passado, foi o nordestino Josué de Castro, denunciando o descaso com a fome pelas estruturas governamentais. O projeto de sociedade colonialista de rejeição às populações mais pobres era justificado como um processo natural, às vezes até como ordem divina.

Tempos passaram e, desde o retorno ao Estado democrático, a urgência por projetos de governo que trouxessem possibilidades de mudança para o quadro da fome no Brasil foi cada vez maior. Somente nos governos do Partido dos Trabalhadores (2002-2016), houve vontade política com a criação de diferentes programas sociais, acarretando o avanço nesse tocante, a ponto de, em 2014, no governo Dilma, conseguirmos sair do Mapa da Fome da ONU.

No entanto, num breve histórico da caótica caminhada brasileira dos últimos anos, percebemos diversos cortes das políticas sociais, desfavorecendo as classes mais pobres. Vale destacar, nesse período, a extinção do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (2019) e, no ano seguinte, temos a pandemia da Sars Covid-19, causando uma série de situações que promovem maiores impactos econômicos, a qual o grupo de AXÉ “As meninas” já apontavam, no início dos anos 2000, com o refrão “é que o de cima sobe e o de baixo desce”. Nunca fez tanto sentido, basta olharmos que a lista de bilionários da Forbes ganhou 20 novos brasileiros, ou seja, a concentração de riquezas no Brasil está cada vez maior em uma parcela menor de pessoas, escancarando a pobreza das massas que se revela através da fome.

Segundo o Inquérito Nacional sobre a Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN, 2021), estima-se que 116,8 milhões de brasileiros não tinham acesso pleno e permanente a alimentos, ou seja, aproximadamente 50% da população brasileira tem medo de que a comida acabe antes de se ter dinheiro suficiente para garantir as próximas alimentações, vivendo num grau de restrições alimentares. Desses, estima-se que 19 milhões de brasileiros

estejam vivendo a sua fase mais grave, ou seja, passando fome. A situação se agravou, conforme dados do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil (2022) revelando que são 125,2 milhões de pessoas em Insegurança Alimentar (IA) e mais de 33 milhões em situação de fome, expressa pela IA grave. (REDE PENSSAN, 2022). Aumentou a abundância da fome.

Estamos de frente a um farol que evidencia as desigualdades sociais de um projeto de sociedade, o qual vem dando certo por quem o executa. Tal qual, os mais atingidos têm raça, classe e gênero bem demarcados e sempre foram os mais impactados da história desse país – mulheres e homens negros, indígenas, comunidades tradicionais, LGBTQIA+ e os trabalhadores informais.

Do outro lado, como se nada estivesse acontecendo, existe uma narrativa meritocrática dos corpos saudáveis, onde a prática da atividade física regular se integra a uma série de componentes vendidos como chaves para uma vida saudável. A Educação Física (EdF), por sua vez, vem surfando nessa onda salvacionista das doenças e que, visivelmente, não responde às reais demandas da realidade brasileira.

Trago algumas inquietações sobre a EdF e a pauta emergente da fome, com pretensões de pensarmos sobre essa encruzilhada. Importante destacar que fome tende a não chegar nos principais espaços de atuação, afinal, a dificuldade de recursos financeiros para ter acesso às práticas corporais e à atividade física (PCAF) é uma realidade. Porém, quando chega, o que podemos fazer? São questionamentos oriundos da minha experiência na graduação, onde os componentes curriculares não traziam esse problema social, ou, quando traziam, eram centrados ao campo educacional. Nas disciplinas do âmbito da saúde, tais discussões não aconteciam.

O trato dos conhecimentos do campo da saúde nas graduações em EdF, majoritariamente, baseia-se em conhecimentos de uma clínica biomédica, higienista, distanciados de diálogos com a Reforma Sanitária Brasileira. Isso vem se modificando, porém ainda não é o suficiente para que se revele numa presença salutar nas graduações e na prática profissional.

Com isso, minhas aproximações com os conhecimentos da saúde, que pense as reais demandas da realidade brasileira se deram no contexto do SUS, através da formação na residência multiprofissional em saúde da família, na qual fui responsável

por suscitar uma série de porquês sobre a minha atuação enquanto profissional de EdF no campo da saúde e sua relação com a fome, tais como:

Podemos contribuir para o bem-estar da população que tem acesso limitado à alimentação através da atividade física e práticas corporais? Como pensar as PCAF como condições possíveis para os mais de 50% da população brasileira que têm fome? A partir dos conhecimentos específicos tratados na graduação em EdF, consigo produzir cuidado para a população que tem insegurança alimentar? Por que a construção de pesquisas e conhecimentos acerca da regular PCAF partem das universidades que todos estão bem alimentados e excluem qualquer possibilidade para aqueles que têm insegurança alimentar? O que podemos buscar de conhecimentos relacionados à EdF para a democratização do acesso às populações socioeconomicamente vulneráveis?

Por fim, desse “toró” de perguntas, é necessário reafirmar que a Educação Física não está desvinculada dos problemas sociais do mundo em que estamos vivendo. Precisamos refletir sobre as nossas práticas do cotidiano, nos mais diferentes serviços, sobre qual sentido político, ético e técnico ela devolve à sociedade ou permaneceremos falando apenas para 20 ou 30% da população brasileira. Em síntese, a última questão: Para que serve teu conhecimento quando a fome se faz presente?

Referências

RECINE, E. *et al.* Reflections on the extinction of the National Council for Food and Nutrition Security and the confrontation of Covid-19 in Brazil. **Rev Nutr.** n. 33, e200176, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-9865202033e200176>. Acesso em: 12 jun. 2021.

REDE PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]. I VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2021. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/25-11-2021-debater-o-aprofundamento-da-fome-durante-a-pandemia-de-covid-19-del-grossi>. Acesso em: 10 abr. 2022.

REDE PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]. II VIGISAN: relatório final/ Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

Brincadeiras, Jogos e Esporte: reminiscência de um professor

Natanael Vaz Sampaio Junior [1]

As reflexões contidas neste texto são frutos de uma entrevista estabelecida com um professor de Educação Física [2], no intuito de trazer à tona lembranças de fatos e acontecimentos vivenciados durante a fase de infância, sobretudo das vivências de brincadeiras, jogos e o esporte e, assim, trazer “uma espécie de semente da rememoração a este conjunto de testemunhos exteriores a nós para que ele vire uma consistente massa de lembranças” (HALBWACHS, 2003, p. 33), mas também, captar os sentidos e significados dados a essas práticas pelo ator social em questão.

A partir dessa compreensão, operamos para invocar vestígios das lembranças de episódios das vivências na fase da infância do ator social ora entrevistado quando, em uma narrativa livre, Del Sarto (2014) refere que sua infância foi enriquecida por brincadeiras variadas desenvolvidas com seus irmãos e amigos, onde as ruas próximas a sua residência compuseram o cenário propício para tais vivências. O fragmento da entrevista revela os sentidos de sua narrativa:

[...] na minha época de infância costumava jogar futebol na Avenida Rio Branco, ali tinha uma garagem que a gente fazia de trave, então a gente jogava bola ali, brincava muito de polícia e ladrão, da Avenida Rio Branco até o posto Maringá, pegando até o viveiro, toda aquela parte de cima de bicicleta, eh, basicamente as brincadeiras eram essas, de bicicleta, bola, às vezes íamos para o clube, às vezes não, com uma certa frequência íamos para o clube, jogar bola, nadar.

A diversidade de brincadeiras desenvolvidas durante a fase da infância do nosso ator social retratava, em parte, aspectos da vida cotidiana, onde as informações apreendidas pelas crianças eram materializadas na forma de brincadeira, sendo tais aspectos reproduzidos de maneira lúdica. Outro aspecto que nos chamou a atenção foi a distinção entre brincadeira e jogo feita por Del Sarto, perceptível na forma de se referir à brincadeira enquanto a atividade que traduzia uma realidade social, e os jogos às práticas corporais que faziam uso de bola, com caráter competitivo, mesmo que distantes dos princípios do esporte de rendimento.

A esse respeito, Benjamim (2009), em seus estudos sobre a criança, o brinquedo e a educação, traz reflexões interessantes sobre o lúdico, ao considerá-lo constituinte do jogo, do brinquedo e da brincadeira, apesar de apresentar

diferenciações entre si. Enfatiza que o brinquedo se constitui em instrumento do brincar, sendo introduzido pelos adultos no processo de apropriação cultural das crianças, e que o jogo possui característica peculiar, pelo seu caráter de imitação e de aprendizagem.

Para Huizinga (2019), o lúdico pode ser identificado em várias práticas da vida social e, assim, o considera como o jogo, uma atividade livre, não séria, mas internalizada pelo jogador, desprovido de interesses materiais e que segue uma certa lógica de organização em relação à ordem, ao tempo e espaço, e recheado de muito divertimento.

A importância do ato de brincar se configurou em fator essencial para Del Sarto, pois foi através das vivências lúdicas que ele experimentou situações diversas, que se expressaram no desenvolvimento físico e cognitivo, em uma intensa relação que propiciou conquistas individuais e coletivas enfatizadas intensamente até o terceiro ciclo do ensino fundamental, quando este inicia uma nova etapa nas aulas de Educação Física, norteadas pela prática do esporte.

As discussões em torno da Educação Física escolar eram limitadas aos aspectos físico-esportivos e à ginástica, com ênfase maior à prática esportiva, sobretudo nas escolas de ensinos fundamental e médio da cidade de Jequié, lócus de residência de Del Sarto, reduzindo essa abordagem às modalidades de quadra onde eram convencionalmente praticadas, quais sejam: basquetebol, futsal, handebol e voleibol. Essa vivência do esporte na escola foi enfatizada no fragmento abaixo:

[...] na escola, nós tínhamos aula de Educação Física, e a aula de Educação Física na escola era basicamente futebol, naquela época, por volta do final de 70, início dos anos 80, e, então gostava de futebol, eh... bater os babas; jogava muito no Jequié Tênis Clube, e só que quando cheguei no Polivalente, já na 5ª série, que hoje é sexto ano, como falei teve uma seleção, pra que a gente pudesse tá participando das modalidades esportivas, fiz o teste, passei, vim ser atleta de voleibol, foi a questão que, quando estava jogando bola, sempre tinha aquelas pancadas, eu detestava, cansei, que terminava brigando; então, para evitar determinadas situações, eu botei na cabeça, não vou jogar futebol e passei a jogar voleibol, e terminei me apaixonando pelo esporte (DEL SARTO, 2014).

Sobre a influência do esporte nas aulas de Educação Física, esta deve-se ao fato do status adquirido pelo esporte, enquanto um dos maiores fenômenos sociais surgidos a partir do advento da modernidade em nível mundial, favorecendo que a

área de Educação Física se apropriasse desse conhecimento no âmbito escolar, muitas vezes, contrapondo as aulas de ginásticas exaustivamente praticadas.

Para Taborda de Oliveira (2001), a opção oficial do esporte no âmbito escolar se deu através de um transplante cultural, quando o esporte se consolida enquanto fenômeno de massa de grande potencial na contemporaneidade, sendo internalizado pela Educação Física escolar sob os auspícios do governo brasileiro, em um processo de colonização cultural, onde se reproduziam e, ainda se reproduz, códigos desportivos disseminados pelos países desenvolvidos.

Enfim, acreditamos que o caminho estabelecido para constituição deste texto, revela um breve cenário social e educacional entre as décadas de 1970 e 1980 à luz da lente de nosso ator social, reavivando em nossa memória também que, apesar de conturbado politicamente, fora enriquecido pelos jogos e brincadeiras infantis desenvolvidos durante a fase da infância e pré-adolescência e, posteriormente, com a aproximação ao esporte pela Educação Física escolar, que, de certa forma, o motivou a optar pela formação acadêmica e profissional em Educação Física.

Notas

[1] Texto produzido com base em informações evidenciadas em minha dissertação de mestrado, da qual temática versou sobre “Memórias da Formação e Práticas Educativas de Professores de Educação Física no Município de Jequié”. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/producao-turma-mestrado/turma-de-2016/>

[2] Sobre o professor Luciano Meira Del Sarto, ele é licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, e nos concedeu entrevista no ano de 2014, em nossa residência no município de Jequié-Bahia.

Referências

BENJAMIM, W. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. Tradução João Paulo Monteiro. 4. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. **A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968-1984) e a experiência cotidiana de professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba: entre a adesão e a resistência**. 2001. 397 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

De Lagarta a Borboleta

Edinei Gonçalves Garzedin

Como permitir que a infância seja vivida no tempo presente, sem que a única preocupação seja programar o futuro da criança? Segundo Levin (2007, p. 12) “Os transtornos e sintomas das crianças manifestam-se com frequência e intensidade nunca antes observadas, chegando por vezes a ser comparáveis aos casos dos adultos.”

Os sintomas ampliam-se, na medida em que as brincadeiras herdadas diminuem. Brincar é tão significativo para a infância que está previsto em lei, mas, para muitas crianças, passa ao largo. Pesquisas já apontam aumento nos casos de miopia^[1] entre crianças, devido à diminuição de exposição em brincadeiras ao ar livre, levando a OMS a divulgar orientações quanto ao uso de aparelhos celulares.

A ausência presente do corpo infantil, verificada até pouco tempo na escola, ocupou espaço dentro das casas, a partir da pandemia vivida mundialmente, através do vírus Covid-19. Experiências e leituras do mundo infantil sobre esse momento apresentam diversas histórias. Podemos citar a crônica de um pequeno de apenas 2 anos que aparece em vídeo veiculado pela família, limpando freneticamente um espelho, ao que o pai pergunta: “O que você está fazendo aí, filho?” E o pequeno retruca: “Estou tirando as sujeiras”. O pai indaga: “Por que?” Ele nem titubeia: “Para matar o coronavírus!”. Assim, vemos nessa narrativa o uso do corpo, na atividade de “limpar” o ambiente, para dar conta do abstrato. Esta “brincadeira” de limpeza aponta o potencial de entendimento do que acontece ao redor da criança. Aponta também como o corpo é o veículo através do qual as crianças mostram o que acontece com elas, tentando elaborar o que acontece no entorno.

Brincar é diferente para cada sociedade, mas o corpo está presente em todas elas. De acordo com Garzedin (2018, p. 227): “Será que, como um passarinho na gaiola, estão os corpos pulsantes das crianças na contemporaneidade?” O isolamento ou distanciamento social certamente lançou holofotes sobre esse corpo infantil, pois ouvimos incessantemente os pais questionarem o que farão com as crianças em casa, durante o tempo da pandemia.

Esse corpo vem sendo desconsiderado, mas ele se faz presente em situações de hipo ou de hiperexcitação. O corpo é sempre discursivo. A partir do momento em que a infância foi instituída – de acordo com Ariès (1981) isso aconteceu por volta do século XVII – uma cultura da infância foi sendo construída e hoje vemos essa fase da vida ser tratada como uma preparação para o futuro. No texto *A inutilidade da infância*, Rubem Alves (1995) nos leva a refletir sobre o lugar da criança em nossa sociedade. Ele questiona o fato de querermos sempre saber o que elas serão quando crescerem, tratadas como meios de produção, pontuando então a infância como uma fase inútil.

A infância, por abrigar objetos delicados de análise, de constituição de um ciclo fundante na vida do sujeito, demanda de um tempo maturado, distanciado desse aceleração temporal vivenciado na contemporaneidade. Numa analogia com a história da borboleta, no texto *Zorba* [2], tracemos um comparativo entre esta e a vida de muitas crianças. O observador olha a lagarta no casulo e, apressado, quer ver a borboleta em seu voo. Com o hálito quente, adianta o processo natural, rompendo o invólucro antes do tempo, prejudicando a sua necessária maturação. Assim, parece caminhar muitas infâncias. Em seu processo de viver a fase inicial da vida, surgem aqueles que apressam a passagem da infância – os adultos. São muitas as maneiras de promover essa precipitação.

Vemos crianças que não têm tempo para brincar por motivos variados. E não foi preciso surgir um momento de pandemia para que isso viesse à tona. Já se discute essa questão há algum tempo. Porém, esse período fez acender uma luz em outras esferas da vida infantil, assim como mobilizou-nos a trazer à baila, mais uma vez, essa discussão, pois se em tempos de não limitação das interações, isso já vinha sendo perdido, que dizer agora, isolados de seus pares? Ficar impedido de sair para brincar, de ir à escola, suscitou mudanças na dinâmica familiar: provavelmente houve ampliação do tempo frente às telas planas ou uma exigência dos pais de muita criatividade, lembrando-nos que o tempo de viver é agora, seja para adultos ou para crianças. Qual é e de onde vem o hálito quente que apressa a metamorfose das crianças? As crianças, sujeitos geralmente demandados em preparação para o tempo futuro, discursam com seus corpos que precisam viver suas infâncias neste tempo presente.

É brincar porque, como diz o artista plástico Liniers[3], “brincar é a melhor versão de liberdade”. Brincar significa enlaçar-se em sua cultura, é reconectar-se com

sua ancestralidade, é viver plenamente a infância, em todas as suas dimensões. Contudo, é viver a infância agora, não viver a infância como preparação para o tempo futuro. É ver acontecer a metamorfose da passagem da infância à idade adulta sem o hálito quente que apressa o acontecimento. É ver o lindo voo acontecer! É brincar porque o futuro é agora!

Notas

[1] <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/2019/05/01/casos-de-miopia-em-criancas-aumentam-com-uso-de-celulares.ghtml>.

[2] <http://hydrapreciosa.blogspot.com/2012/02/uma-belissima-historia-para-nossa.html>.

[3] <https://lunetas.com.br/brincar-e-melhor-versao-da-liberdade-diz-o-artista-liniers/#:~:text=Para%20Liniers%2C%20permanece%20crian%C3%A7a%20quem,a%20melhor%20vers%C3%A3o%20da%20liberdade>. Acesso em 27-07-2021.

Referências

ALVES, Rubem. **Estórias de quem gosta de ensinar**. São Paulo: Ars Poética, 1995.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: ABDR, 1981.

GARZEDIN, Edinei. Um olhar para além do motor: quando a psicomotricidade coloca o corpo em cena. *In*: ORNELLAS, Larissa (org.). **Desafios da subjetividade frente às vicissitudes contemporâneas: práticas psicanalíticas**. São Paulo: Instituto Langage, 2018.

LEVIN, Esteban. **Rumo a uma infância virtual? A imagem corporal sem corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Me Dá Licença Que Agora Eu Vou Passar: nossa ginástica para todos (GPT) na Bahia

Amanda Azevedo Flores

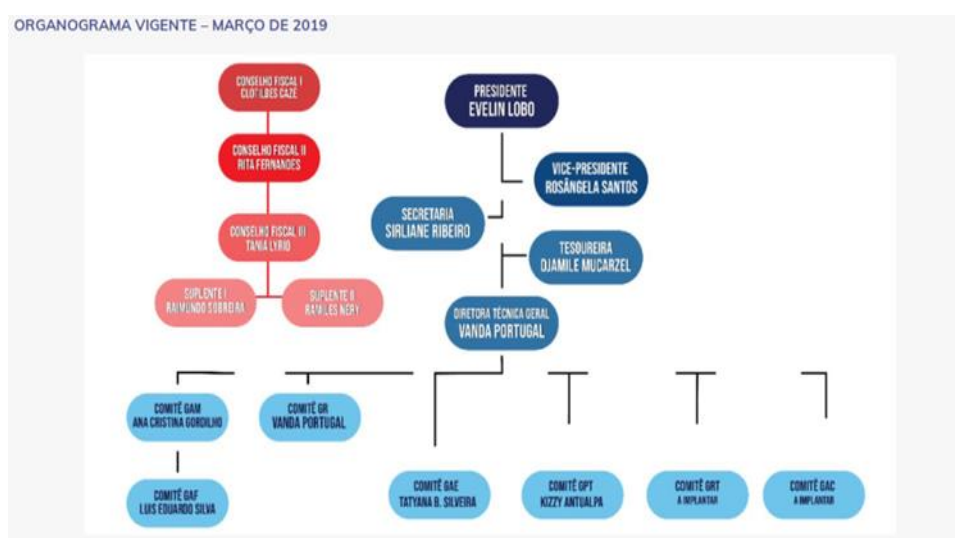
Os primeiros passos da Ginástica Para Todos (antiga Ginástica Geral) surgem por meio de manifestações culturais, como eventos e festivais, que reúnem aderentes e depois sua organização institucional por uma federação mundial. A Federação Internacional de Ginástica (FIG), o órgão internacional que regulamenta, organiza e promove as ginásticas no mundo, começa a dar atenção à esfera não competitiva da ginástica, após a realização das primeiras Gymnaestradas (Festival Internacional de Ginástica sem finalidade competitiva). Assim, a partir da década de 1950, suas características influenciam e ecoam pelo mundo (TOLEDO; TSUKAMOTO; CARBINATTO, 2016).

Ao final da década de 1970 e início de 1980, a FIG denomina a nomenclatura Ginástica Geral para as atividades ginásticas não competitivas. Em 1984, foi oficializado o Comitê Técnico de Ginástica Geral (CTGG) da Federação Internacional de Ginástica e, em 2007, altera-se oficialmente a nomenclatura para Ginástica para Todos (AYOUB, 2013).

No Brasil, a prática nasceu no início da década de 1980 com a criação do Comitê Técnico de GPT na Confederação Brasileira de Ginástica (CBG). A sua disseminação está ligada à realização de cursos e à organização dos primeiros festivais nacionais de Ginástica, denominados de “FEGIN” (TOLEDO; TSUKAMOTO; CARBINATTO, 2016).

Contudo, outros contextos também contribuem para o desenvolvimento da GPT no Brasil, bem como a organização de festivais locais, estaduais, nacionais e internacionais (TOLEDO; TSUKAMOTO; CARBINATTO, 2016). Esse propício cenário está associado às ações das universidades (destaque nas regiões Sul e Sudeste do País) e de seus docentes com cursos, oficinas, congressos entre outras propostas, espalhando a GPT para além das divisas sulistas (TOLEDO, 2005). Em 1988, a Confederação Brasileira de Ginástica (CBG), composta atualmente por 24 federações filiadas (CBG, 2021), cria o comitê específico (PATRICIO; BORTOLETO; TOLEDO, 2020) que passa a coordenar as ações da prática até os dias atuais.

No Estado da Bahia é possível constatar um aumento nos trabalhos sobre GPT, nos últimos anos, a partir do engajamento dos grupos de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA) (TOLEDO; SILVA, 2020). A Federação Bahiana de Ginástica (FBG) surgiu oficialmente em 26 de janeiro de 1991, tendo passado por três diferentes gestões. Em 2019, esteve sob a presidência da professora Evelin de Oliveira Lobo Sousa que, inicialmente, promovia a Ginástica Artística, Aeróbica e Rítmica. No segundo mandato de gestão da professora Evelin de Oliveira, a FBG apresenta em seu organograma vigente a entrada do comitê de GPT (FBG, 2021).



Fonte: site da Federação Baiana de Ginástica 2021.

Para implementar a GPT na Bahia, a FBG convida a experiente Profa. Kizzy Fernandes Antualpa, logo após sua chegada a UFBA. Em 2020, com a pandemia do Coronavírus-19, as ações do comitê de GPT se reestruturaram realizando apenas duas ações: no formato *on-line*, a palestra organizada pela FBG, instigando a comunidade a pensar a Ginástica sem competição (Fórum Avança Bahia, 2020), e o Festival UFBA de Ginástica (FUF BAG). Em 2021, nasce oficialmente o comitê de GPT da Federação, que, desde sua criação em 01 de abril de 2021, vem construindo ações e participações em reuniões federativas.

A GPT possui sua identidade na diversidade (TOLEDO; SCHIAVON, 2008), pois tem sua base na Ginástica, na composição coreográfica, na criatividade, na liberdade da vestimenta e quantidade de participantes, no uso de materiais alternativos, entre demais possibilidades. A prática busca a inserção de elementos da cultura e promove a não competitividade e o favorecimento da inclusão, formação

humana e do prazer pela prática. Fazendo jus a sua nomenclatura, a GPT pode ser descrita como um trecho da composição embalada pela banda Harmonia do Samba, que diz: “[...] eu levo a vida sempre nessa harmonia, a intenção é te dar sempre alegria [...]”, isso tudo é muito a cara da GPT.

Referências

AYOUB, Eliana. **Ginástica geral e educação física escolar**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

FBG. Federação Bahiana de Ginástica. **Organograma**. Disponível em: <https://federacaobahianaginastica.com.br/a-fbg/>. Acesso em: 19 ago. 2021.

PATRICIO, Tamiris Lima; BORTOLETO, Marco Antonio Coelho; TOLEDO, Eliana de. Institucionalização da ginástica para todos no Brasil: três décadas de desafios e conquistas (1988-2018). **Revista Pensar a Prática**, Goiânia, v. 23, e61240, p. 1-28, 2020.

TOLEDO, Eliana de. O papel da universidade no desenvolvimento da ginástica geral no Brasil. *In*: FÓRUM INTERNACIONAL DE GINÁSTICA GERAL, 3., 2005, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: SESC: UNICAMP/FEF, 2005. p 195- 198.

TOLEDO, Eliana de; SCHIAVON, Laurita Marconi. Ginástica geral: diversidade e identidade. *In*: PAOLIELLO, Elizabeth (org.). **Ginástica geral: experiências e reflexões**. São Paulo: Phorte, 2008.

TOLEDO, Eliana de; SILVA, Paula Cristina da Costa. A ginástica para todos e suas territorialidades. **Corpoconsciência**, Cuiabá, v. 24, n. 01, p. 71-82, jan./abr., 2020.

TOLEDO, Eliana de; TSUKAMOTO, Mariana Harumi Cruz; CARBINATTO, Michele Viviene. Fundamentos da ginástica para todos. *In*: NUNOMURA, Mirian. (org.). **Fundamentos da ginástica**. 2. ed. Jundiaí: Fontoura, 2016. p. 12-40.

O Conceito de Resistência Cultural nos Ideais da Modernidade

Carlos Ferreira Filho

O objetivo deste diálogo consiste em compreender, com o auxílio do professor Adalberto Santos (2011), de que forma o conceito de resistência se relaciona com o processo de expansão e fomentação dos elementos da cultura popular no processo de modernização de Salvador. Entende-se que o desafio da democratização da vida coletiva pressupõe respeito às diferenças que se encontram entrelaçadas no contexto das sociedades. Isto posto, propõe-se inicialmente mencionar algumas características das sociedades modernas.

De acordo com Adalberto Santos (2011), a sociedade moderna nasce da desagregação da ordem feudal (sociedade composta pelo clero da igreja católica, pelos senhores feudais e pelos servos) e, após uma fase pré-capitalista no século XV, consolidou-se no século XIX. As transformações proporcionadas pelas trocas mercantis, pelo desenvolvimento dos transportes, dos meios de comunicação e o processo de industrialização, forneceram estrutura necessária para esse novo modelo de racionalidade. Demarcou-se então um território geopolítico (Estado Nação), pautado num conjunto de saberes organizados (ciência), utilizando-se fontes de produção de bens em larga escala (indústria). Vale salientar que, de acordo com Adalberto Santos, os projetos modernos, tanto pelo segmento socialista quanto pelo segmento capitalista, consolidaram-se a partir do século XX, promovendo mudanças no âmbito social, científico e tecnológico.

Ao final da década de 1970 surgiu no cenário das elites políticas e econômicas a necessidade de um modelo global que se constituísse por meio da competição de todos os produtos mundiais em escala planetária. Essas prescrições serviram de justificativa para as políticas inspiradas unicamente pela lei do lucro representadas nos Estados Unidos pelo programa do presidente Reagan e na Grã-Bretanha pelos 11 anos de Magareth Thatcher (SANTOS, 2011). Nessa perspectiva de análise, Perry Anderson (1995) esclarece que a estabilidade monetária deveria ser a meta para qualquer governo e, para isso acontecer, seria necessária uma disciplina orçamentária com contenção de gastos com o bem-estar e a criação de um exército de reserva de trabalhadores para quebrar os sindicatos.

Retomando a discussão com Adalberto Santos (2011), importa dizer que na sua concepção, a partir dos anos de 1980, ocorreu uma nova revolução tecnológica; o advento da informática reconfigurou o parque industrial criando outros setores produtivos (indústria de computadores, satélites e robótica) forçando a reestruturação dos setores tradicionais a incorporar a nova tecnologia. Todavia, o sucesso da política de repressão salarial, depois de 1980, permitiu que os ricos ficassem ainda mais ricos. A preferência de investimentos por parte dos ricos direcionava-se para as ações, o que aumentava a quantidade de investimentos em dinheiro.

Ao se reportar aos investimentos David Harvey (2011, p. 26) declara: “Os ricos apostaram alto em todo tipo de ativos, incluindo ações, propriedades, recursos, petróleo e outras mercadorias futuras, bem como o mercado de arte”. O investimento no capital cultural, com o patrocínio de museus e todo tipo de atividades culturais, potencializava a “indústria cultural”, uma estratégia preferida para o desenvolvimento econômico urbano.

Esse exemplo de desenvolvimento econômico configurou-se na organização do turismo em Salvador, enfatizado no período entre os anos de 1960 e 1970. Um fenômeno que eclodiu a partir de um conjunto de medidas cuja intenção era atender e fomentar nacional e internacionalmente a demanda turística da cidade. Logo, considera-se que a fomentação do turismo na cidade de Salvador, no período mencionado acima, configurou-se como um dos fenômenos que modificou a estrutura básica da cultura popular para atender aos interesses do mercado do setor.

No entanto, Adalberto Santos explica que ocorreram transformações nas sociedades que afetaram os sistemas econômicos de representação política e de governo. Essas transformações se refletiram nas novas experiências entre as relações das pessoas e dos grupos sociais, modificando a estrutura das sociedades. Isto, a exemplo da lógica moderna de conformar valores sociais, bem como os princípios constitutivos da personalidade coletiva e individual. Santos (2011, p. 36) argumenta que: “Essas transformações estão também mudando as identidades pessoais, abalando a ideia que os sujeitos têm de si mesmos, como entidades integradas”.

Segundo o autor, a privatização induzida pela cultura industrializada tem gerado uma sociedade eminentemente receptora e descuidada nas suas relações

socioculturais. No Brasil, no período analisado por Adalberto Santos (governo Lula), a política oficial se esforçou para permitir a democratização do acesso aos produtos culturais, porém mostra pouca força no que diz respeito à democratização dos processos de produção dessas relações.

Existe uma concepção que restringe a cultura ao âmbito dos produtos das belas artes, tratando-a como um bem de seres específicos, a exemplo dos agentes culturais e dos artistas. Para tanto, compreender os mecanismos plurais que gerenciam a produção da cultura é entender que ela se produz numa relação de poder. E desvendar essa relação à luz das manifestações populares é problematizar as formas de resistências que se negam a serem atravessadas pela cultura hegemônica. Sendo assim, cabe perguntar: de que forma as culturas populares irrigam o tecido social? Conforme Santos (2011):

Há uma luta contínua, por parte da cultura dominante, no sentido de desorganizar e reorganizar constantemente a cultura popular, para cercá-la e confinar suas definições dentro de uma gama mais abrangente de formas dominantes; no entanto, não se pode esquecer que há pontos de resistência e também momentos de superação. O fato de formas de cultura popular serem comercializadas não se deve, meramente, a elementos de manipulação. Junto com o falso apelo sobrevivem elementos de reconhecimento e identificação, algo que se assemelha a uma recriação de experiências e atitudes reconhecíveis, às quais as pessoas respondem (p. 40).

O autor chama atenção que, diante das formas impostas pela cultura dominante que influenciam a vida social, existem enclaves culturais que sobrevivem e que permeiam a vida em sociedade. Em Salvador, a indústria do turismo transforma manifestações de matriz africana como: a capoeira e o samba, símbolos de resistência de povos escravizados, em cultura de espetáculo. Esse processo é visibilizado em apresentações de grupos folclóricos em ricos restaurantes da cidade. No entanto, não se deve esquecer que existem pontos de resistência e momentos de superação, pois, em outros lugares da cidade, essas manifestações acontecem apenas com o objetivo de vivenciar a cultura que foi passada por gerações anteriores.

Considerações Finais

Resume-se que, em Salvador, após a Proclamação da República, se estabeleceu uma construção de atributos sociais onde a imagem dos

trabalhadores(as) se relacionava à pobreza e vice-versa. Melhor dizendo, a presença hierarquizada de grupos na construção da sociedade baiana pela cor da pele, trabalho e riqueza, refletia as particularidades do capitalismo monopolista implantado no Brasil. Um desafio histórico a ser enfrentado, já que a luta das pessoas escravizadas se combina às lutas de trabalhadores(as) livres por melhores condições de vida e de trabalho. Logo, a pedagogia histórico-crítica apresentada no texto pela utilização de elementos da cultura popular, enfatiza as apropriações e objetivações culturais que demandam o desenvolvimento das contradições, pelo viés da universalização das relações sociais comandadas pela lógica do processo de reprodução do capital.

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-34.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo, SP: Boitempo, 2011. p. 9-40.

SANTOS, Adalberto. **Tradições populares e resistências culturais**. Salvador: EDUFBA, 2011.

Na Transferência pela Letra, Uma Relação Escrita em Bilhetes

Edinei Gonçalves Garzedin

*A escrita
É leva e traz
Ela nos trai
E atrai
Tropeçamos nas palavras
Esbarramos na gramática
Escorregamos nas pausas
Mergulhamos sem causa
Atos falhos
Singularidade
Indivisibilidade
A escrita
É caminho
Descaminho
É flor
É espinho
Enlace
Desenlace
Outorga
Proíbe
Registra
Faz marca
Inibe
Desvela
Encerra*

A caixa de papelão, cheia de bilhetinhos guardados ao longo de 26 anos, traz muitas mensagens de carinho dos alunos por sua professora. A mensagem recorrente dispara: “Você é melhor pró do mundo!”. Ao ler a mensagem, o coração salta de alegria pela verbalização do sentimento ali demonstrado, mas simplificar as mensagens, encerrando-se nela mesma a manifestação pretendida seria perder a oportunidade de ir mais a fundo no que mobiliza a criança ao registro desse afeto, marcando com a letra num papel aquilo que podia ser somente verbalizado.

Olhar, reler, refletir sobre essas mensagens sempre levava ao pensamento de que as palavras ali escritas queriam dizer algo para além da escrita. É como se as mensagens enviadas trouxessem uma mensagem bem mais profunda, algo que estava “por trás” das palavras, algo que falava do laço que se forma entre um professor e seus alunos durante a relação que se estabelece no cotidiano da escola.

Na busca por aportes que pudessem fundamentar a investigação daqueles subentendidos dos bilhetes, eis que alguns conceitos da Psicanálise mostram uma aproximação possível para uma “clareagem”.

Partimos do conceito de que a criança nasce com o aparato orgânico, mas sua sobrevivência torna-se possível através de um Outro. Este Outro “traz para a criança o código, a lei a partir da qual este mundo está organizado socialmente.” (ANDREOZZI, 2014, p. 36). O Outro faz a marca nessa criança, dando-lhe um nome, inserindo-a no código simbólico.

Ainda nesse sentido, segundo Andreozzi (2014, p. 36), “O humano se constitui como sujeito a partir do Outro nos laços sociais, introduzindo-se desse modo no mundo simbólico que lhe é estranho e sem sentido.”

Lajonquière (2010, p. 153), ao tratar do caso do garoto Victor, estudado pelo médico Itard, sinaliza como os humanos, diferentemente dos animais e dos selvagens, estão inseridos na linguagem, mas o estão a partir de um Outro, que lhes outorga esse lugar de sujeito. De sujeito da linguagem, como somos. Ainda Lajonquière (2010, p. 162) citando Saussure, ressalta que “a língua é um produto social”. Por isso, ela se desenvolve a partir desse Outro que investe na inserção do sujeito no universo da língua, despertando o desejo por usar esse código.

Ampliamos o aporte psicanalítico através de Kupfer (2002, p. 78), ao abordar o desejo de saber como uma teoria freudiana de aprendizagem. A autora ressalta que Freud não tem um escrito específico sobre a aprendizagem, mas interessava-se por saber o que leva alguém a “desejar saber”, chegando à conclusão de que saber está associado a dominar. Como aprender pressupõe um outro, o que ensina, a ênfase freudiana acentua não os conteúdos, mas a relação afetiva entre professores e alunos, resultante do deslocamento da *relação afetiva primitivamente dirigida ao pai*. (KUPFER, 2002, p. 87), que recebe o nome de *transferência*. Kupfer (2002, p. 91), faz uma paráfrase da relação transferencial entre analista e analisante com a relação professor-aluno: “a transferência se produz quando o desejo de saber do aluno se aferra a um elemento particular, que é a pessoa do professor.”

Segundo Goldani *et al.* (2010), o relacionamento entre professor e aluno pode ser decisivo para o sucesso acadêmico do aluno, influenciando em futuras decisões, tornando o ambiente escolar mais ou menos desagradável, interferindo diretamente

nas ações e decisões acadêmicas desse aluno. Isso estaria diretamente ligado à forma como o professor maneja a relação transferencial.

A partir do exposto acima, podemos teorizar que aqueles bilhetinhos, carregados de afeto, funcionam como um atestado dessa relação transferencial. O Outro, na figura do professor, recebe seu certificado através dos pedacinhos de papel, onde os desenhos, as palavras testificam o sentido de seu fazer. Seria a outorga, marcada pela letra no papel, de que o aluno coloca seu professor nesse lugar de mestre. E o professor, sujeito que carrega suas próprias marcas, recebe os bilhetes, guarda-os nessa caixa como preciosidade, num ato simbólico de renúncia ao desejo sugerido pelo poder que lhe foi conferido. Abre mão do lugar de poder para possibilitar que o aluno se aproprie do conhecimento adquirido e desvele seu caminhar singularizado. Fica então para esse mestre, ao abrir mão do seu próprio desejo em lugar do desejo do aluno, a caixa. Fica a marca inscrita na letra, fica aquela relação escrita em bilhetes!

Referências

ANDREOZZI, Maria Luiza. A letra: da escrita no corpo para a escrita no papel. *In*: MURATORI, Filippo *et al.* (org.). **Os enlacs do corpo e da escrita na criança e no adolescente**. São Paulo: Instituto Langage, 2014. Cap. 1, p. 35-46.

GOLDANI, A. *et al.* **Desenvolvimento, emoção e relacionamento na escola**. Rio de Janeiro: Epapers, 2010.

KUPFER, Maria Cristina. **Freud e a educação, o mestre do impossível**. São Paulo: Scipione, 2002.

LAJONQUIÈRE, Leandro de. **Figuras do infantil**: a psicanálise na vida cotidiana com as crianças. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Periferias de Salvador: é possível construir novos caminhos?

Ewerton de Oliveira

Se ilude quem acredita que o uso de substâncias psicoativas pelo ser humano seja uma prática recente, oriundo da modernidade. Há relatos históricos de que as primeiras drogas aparecem nas plantas, por meio de descobertas da relação homem x natureza através do consumo de alimentos que, com o passar dos anos, ganharam novos sentidos, extrapolando o uso recreativo para vivências festivas, ritualísticas, religiosas e na saúde.

Século passado, os diferentes tipos de substâncias psicoativas se encontravam disponíveis nas farmácias para qualquer pessoa consumir. Ainda que o uso abusivo já produzisse sofrimento, o olhar ético, moralista, político e jurídico eram outros e, com isso, determinados preconceitos não eram tão presentes. Os primeiros sinais de mudança, se deram com médicos e farmacêuticos buscando formas de controle sobre as substâncias psicoativas frente aos curandeiros, buscando ter uma reserva de mercado frente à produção e administração do princípio ativo junto com os químicos. Por um lado, houve avanços na criação de medicamentos, por outro, o consumo passa a ser visualizado como um problema ético e moral, responsabilizando o uso a uma mudança de comportamento e pouco salutar, afinal, esse corpo precisa ser dócil e domesticado para se adequar aos padrões da modernidade.

É importante destacar que, no começo do século, iniciam-se as primeiras discussões internacionais acerca da proibição do uso de drogas, a exemplo do ópio nos EUA, em 1928, que, mais tarde, culminaria num grande acordo no qual a ONU e 183 países aderiram a essa prática, dando início ao movimento da “*guerra às drogas*”, que propagandeou incessantemente a proibição do uso de substâncias psicoativas sob a narrativa de proteção à saúde pública. No entanto, quando aprofundamos o debate, percebemos que tal ação nunca teve critérios científicos relacionados à saúde; por exemplo, a guerra ao Ópio na China tinha fins econômicos e a guerra à *Cannabis Sativa* aos americanos negros tinha um viés racista.

A verdade é que não há evidências científicas que comprovem que o uso de drogas isoladamente seja uma causa direta para a produção da violência, como nos é vendido. Tal tática tem como objetivo ampliar o preconceito frente a essa população

e responsabilizar as famílias e comunidades periféricas, que já sofrem com a intensa ausência de direitos sociais por parte do Estado, com o peso de proteção aos seus e, desresponsabilizando assim o governo. Em outras palavras, é uma articulação de uma violência sistemática e institucionalizada, com maior presença em regiões mais vulneráveis socialmente, na justificativa da repressão do comércio de drogas, sob o discurso de proteção à saúde.

Em Salvador, local em que me encontro, isso é visto com maior clareza nas comunidades periféricas marcadas intensamente pela presença de corpos negros, corpos estes que mais sentem a ausência dos direitos sociais no cotidiano, inclusive do seu acesso ao lazer.

Ora, onde o Estado não atua como deveria, os sujeitos criam meios de desenvolver experiências possíveis que, historicamente, se iniciam por um modo de negação da elite, uma tentativa de controle através da criminalização e, em seguida, uma aceitação com o “controle da branquitude”, dentro de um formato que é consumido para gerar lucros. Há infinitos exemplos como o futebol, o jazz, o samba, e mais recente, o funk, todos fenômenos sociais que têm a presença negra marcante na sua construção.

Hoje temos em discussão as Festas Paredões, um espaço de festividade em áreas periféricas de Salvador, onde se dá uma prevalência de corpos negros fruindo o seu tempo de lazer. No entanto, circula um ideal de negação a essas festas, por conta dos riscos sanitários que podem impactar na transmissibilidade da Covid-19 devido às aglomerações de pessoas. Contudo, quando mergulhamos um pouco mais no debate, percebemos, em bom *baianês*, que “o buraco é mais embaixo”.

A violência simbólica, produzida por boa parte da mídia sensacionalista, cria e ratifica a todo momento narrativas sob valores éticos e morais que escancaram a lógica proibicionista. Com um olhar reducionista, apontam que a Festa Paredão é apenas um espaço de reprodução de violências, onde é feito o uso abusivo e comercialização das drogas, e que boa parte daqueles que experienciam esse momento são usuários ou traficantes de substâncias psicoativas. Ou seja, a lógica proibicionista, que é assumida pelo Estado e maioria da sociedade, comunica a essa população que suas vidas representam um “menor valor” diante desse momento de fruição e que, portanto, a realização das Festas Paredões, deveriam ser proibidas

pelos governantes, cabendo o Estado atuar de maneira coercitiva, controlando tais expressões de lazer sobre o discurso do “combate às drogas”.

A ideia, aqui, não é fazer defesa das festas paredões; pelo contrário, acredito que há outros meios para regular, discutir e ofertar práticas de lazer diversas de modo mais democrático, mas o intuito é no sentido de não sermos reducionistas e justificarmos a sua proibição por conta do uso e comércio de drogas. Afinal, há diferentes experiências festivas que acontecem na cidade, no qual a maioria do público presente são brancos da classe média/elite e em nenhum momento há registros, discussões, discurso midiáticos frente à proibição de tais experiências e, tampouco, o uso da coerção pelo Estado.

O Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira, ratifica a ideia, quando aponta que o público que mais consome drogas é branco e com ensino superior (2017). Ou seja, há uma legalização presente na subjetividade das pessoas em que o consumo de drogas é concentrado em pessoas negras e nas periferias e que, por conta disso, expõem essa população, pobre, negra e predominantemente do gênero masculino. Decorrente disso, há uma maior incidência de morte por conta das violências produzidas pelo Estado, seguindo à risca o projeto de sociedade racista, e classista, que temos até hoje no Brasil.

Por fim, reitero que a proibição do uso de drogas vem causando maior dano social através da violência estrutural do que o seu consumo, de maneira individual, na vida dos sujeitos. E se queremos um projeto de sociedade democrático, não é com a proibição ao lazer que iremos avançar. Outros caminhos são possíveis! Inicialmente assumindo a lógica antirracista em nosso fazer individual e estrutural, onde sejam garantidos direitos básicos e que o Estado passe a colocar em prática que o uso abusivo de drogas é problema de saúde e não de segurança pública, através de diferentes ações, especialmente no fortalecimento do financiamento do SUS e seus dispositivos de saúde que atuam no cuidado em liberdade sob a perspectiva da redução de danos.

Referências

BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro *et al.* (org.). **III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2017. 528 p.

As Cores da Ginástica Rítmica na Bahia

Maria Elisa Lemos

A organização da Ginástica Rítmica – GR tem seu desenvolvimento, segundo Gaio (2007, p. 37), a partir de variadas terminologias até que, finalmente,

[...] na década de 70 a GR, [...] é reconhecida como esporte, com características próprias e valor pedagógico quando trabalhada como conteúdo da Educação Física escolar, em uma perspectiva lúdica e ou como um jogo de pequenos aparelhos manuais, sendo oficializada como modalidade olímpica pela Federação Internacional de Ginástica, em 2000.

Crianças e/ou adolescentes, encantadas pelos aparelhos, procuram essa prática, às vezes indicadas por professores, por iniciativa própria ou estimuladas por “amigas” que já estão envolvidas na atividade, e daí termos a oportunidade de encontrar talentos que podem se identificar e ter vida longa na modalidade.

Foi assim que Ava Avacy, filha de Isabel “Dona de casa” e Romualdo “estivador”, estudante da rede pública do primário ao segundo grau, conheceu entre 71 e 72, no Colégio Estadual Góes Calmon, a GR, através da professora de educação física Maria Lúcia Maltez. Entre (1979/1982) fez Licenciatura em Educação Física (1979/1982) na Universidade Católica do Salvador (Ucsal), com bolsa de monitoria na disciplina Ginástica Rítmica somente no último semestre, e Licenciatura em Dança na UFBA (1987/1990), além da participação, em 1975, da minissérie “Tenda dos Milagres”^[1].

Ava também fez parte da equipe individual e de conjunto do grupo criado pela professora Maria Lúcia denominado “Conjunto de Ginástica da Bahia – CONGIBA” e, como aprendiz, pode experimentar a docência com sucesso no Colégio Estadual Dantas Junior, onde trabalhou de 1985 a 2013. No entanto, quantas meninas na mesma condição conseguiram o mesmo? Ava é negra.

Ah! Temos ginastas negras na GR, mas como eu nunca vi!?!? Daí perguntamos à Ava que diz:

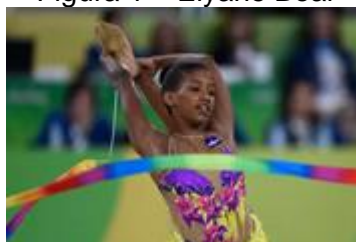
Na época em que fui atleta de GR, embora não tivesse “preto” nas equipes, na comissão julgadora, nem na comissão técnica, não percebi nenhuma situação de preconceito ou discriminação; porém,

não quer dizer que não existia. É que naquela época o preconceito era velado.

Compreendemos que a busca e o prazer pela (da) prática nas turmas iniciais não estejam comprometidos com o trabalho refinado dos movimentos, e sim na descoberta do próprio corpo em parceria com o manuseio dos equipamentos. Porém, o que acontece quando avançamos ao fazer parte de uma equipe representativa, e algumas exigências começam a aparecer? E a cor da pele de uma ginasta seria uma delas, por isso não vemos ginastas negras numa seleção, ou a própria modalidade seleciona?

Nos Jogos Olímpicos Rio 2016, realizados na cidade do Rio de Janeiro, uma ginasta negra competiu nas qualificatórias individuais de GR na Arena Olímpica do Rio.

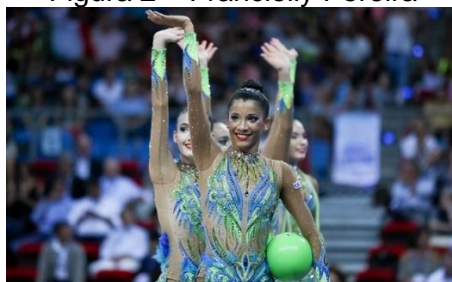
Figura 1 – Elyane Boal



Fonte: O Tempo (20 ago. 2016)

Essa ginasta foi Elyane Boal^[2], cabo-verdiana de 18 anos. Elyane participava a convite do Comitê Olímpico do seu país, e “era o ponto destoante em relação às suas rivais, em grande maioria europeias, mas estar representando Cabo Verde para Elyane, era um grande feito. Apesar de ficar no último lugar na classificação geral a atleta considerou que: “estar na Olimpíada um grande feito”, e uma participação muito importante, pois, assim, escreveu seu nome na história e afirma: “Vim para representar o meu país. É uma sorte estar aqui, isto não acontece a todas as pessoas”.

Figura 2 – Francielly Pereira



Fonte: Correio Braziliense (20 nov. 2017)

No mesmo evento a “capixaba Francielly Pereira[3] de 22 anos, foi a única representante negra do Brasil atuando no conjunto de Ginástica Rítmica nas Olimpíadas Rio-2016”, e neste ela declara: “Nas Olimpíadas, eu fui a única atleta negra. É uma coisa que está melhorando cada vez mais, mas que antes já foi uma situação crítica”, esperançosa que sua participação venha a incentivar outros talentos negros a se sentirem identificados e atraídos a praticar a modalidade.

Interessante é que Francielly e Elyane Boal não observaram ou perceberam que havia outra negra na mesma competição e que, talvez, essa invisibilidade represente uma zona de conforto a que estão costumadas a conviver. Será?

Enquanto isso vemos que no atletismo há uma incidência maior de mulheres negras como a paulista Melânia Luz – Londres 1948, e a mais recente Wanda dos Santos, Pan-Americanos 1951/1963, Aída dos Santos em Tóquio/1964 no salto em altura; Irenice Rodrigues, recordista sul-americana nas pistas em 1967. No vôlei temos a Fofão em Pequim 2008, no basquete a Janeth Arcain faz história com ouro no Pan de Havana 1991, um título mundial na Austrália, em 1994, prata em Atlanta 1996 e bronze nas Olimpíadas de Sydney 2000.

Ketleyn Quadros, é a primeira brasileira a conquistar uma medalha olímpica num esporte individual, o judô, com o bronze em Pequim, 2008; Adriana Araújo primeira medalhista olímpica de Londres no boxe feminino, em 2012; Rafaela Silva, campeonato mundial de judô para o Brasil em 2013, e o ouro nos Jogos Olímpicos do Rio, em 2016[4].

Figura 3 – Rebeca Andrade



Fonte: Agência Brasil (01 ago. 2021)

Até que, em Tóquio 2021, para nosso orgulho, a Rebeca Andrade da Ginástica Artística Feminina – GAF conquista o ouro no salto[5], e marca a presença brasileira, nos Jogos Olímpicos de Tóquio. Com esse resultado, a atleta se tornara a primeira mulher do país a conquistar dois pódios numa mesma edição de Olimpíadas. A

primeira medalha conquistada por ela nessa edição foi a de prata no individual geral. Por outro lado, no Mundial de Ginástica Artística na cidade de Kitakyushu (Japão), Rebeca Andrade avançou a três finais de aparelhos. “É a primeira vez na história que uma brasileira assegura presença em três finais em um Mundial. A competição ocorre três meses após a paulista conquistar o ouro no salto e a prata no individual geral nos Jogos de Tóquio.” (CORREIO, 19 out. 2021)

Mas afinal quais são as cores presentes na Ginástica? Falamos da presença, das conquistas, das medalhas, mas, a Daiane dos Santos – primeira campeã brasileira mundial de GAF – comenta em uma revista[Z] de grande circulação que “nos clubes e na seleção, há sim o racismo, não só pela cor, mas também pela origem humilde, e além da questão racial, há não ser do centro do país, daí muitas pessoas não entendem o que estão passando, não sabem diagnosticar, acrescentou a campeã mundial”, e conclui com uma reflexão: “o que acontece é que, eu acho que não existe uma pessoa preta que não tenha sofrido racismo na vida”.

Fazendo um paralelo com o que se refere à literatura, na escola brasileira vemos a predominância de uma só cor, a branca, e mesmo com amparo legal, inclusive com lei, continuamos, apesar da nossa diversidade, brancos, e padronizamos as minorias, numa perspectiva bastante europeia, deixando a cultura popular para uma margem folclórica muitas vezes reduzida ao ponto de só sobrar o “exotismo”.

A mestiçagem brasileira na ginástica é símbolo de orgulho, que cativa, gera progresso, é política de inclusão, sem ser o racismo percebido como “maldade”. É como se o racismo pudesse, de fato, ser justificável em alguma circunstância, e não é.

Iracema, a “virgem dos lábios de mel” é uma representação dos povos indígenas romantizada e subordinada ao homem branco, como se sua vida não importasse; o que vale é o amor e, no caso da ginasta, o que vale é a técnica, a competência do fazer fazendo, pois é isso que queremos, valorizar toda e qualquer ginasta brasileira.

Em algum tempo, uma galera da política, ciência, literatura e muitos setores da sociedade acreditavam que a miscigenação (embranquecimento, claro!) seria a única forma de trazer “progresso” ao país, pensando, “ora, é uma mulata quase

branca”, mas, para a ginasta, para o esporte, ela não precisa, não merece esses rótulos, pois essas posições são percebidas como maldade, já que ela apresenta e corresponde aos requisitos e ideais da modalidade que representa. Ava Avacy agradece.

Notas

[1] Criada pelos autores Aguinaldo Silva, Regina Braga na TV em 1985.

[2] <https://www.otempo.com.br/hotsites/olimp%C3%ADadas-2016/unica-negra-da-ginastica-ritmica-lamenta-abismo-racial-na-modalidade-1.1358817>. Acesso em: 24 jun. 2021.

[3] <https://blogs.correiobraziliense.com.br/elasnoataque/dia-consciencia-negra-atletas-negras/>. Acesso em: 24jun21.

[4] <https://ge.globo.com/olimpiadas/noticia/no-dia-da-mulher-negra-conheca-10-atletas-pioneiras-no-esporte-e-na-luta-contr-o-racismo.ghtml>. Acesso em: 29 jun. 2021.

[5] <https://agenciabrasil.ebc.com.br/esportes/noticia/2021-08/rebeca-andrade-conquista-ouro-para-o-brasil-na-ginastica-artistica#>. Acesso em 13 ago. 2021.

[6] <https://correio.rac.com.br/mundial-de-ginastica-rebeca-andrade-avanca-a-3-finais-de-aparelhos-1.189348>. Acesso em: 12 abr. 2022.

[7] <https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2021/07/daiane-dos-santos-chora-com-medalha-de-rebeca-andrade-uma-menina-negra.html>. Acesso em: 12 abr. 2022.

Referências

GAIO, Roberta. **Ginástica rítmica desportiva “popular”**: uma proposta educacional. 2. ed. São Paulo: Robe, 2007.

Sugestão de leituras:

HOBBSAWN, Eric. J.; RANGER, Terence. (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KAJIBANGA, Víctor. O racismo visto na óptica de quatro autores «lusófonos»: Notas breves a propósito do livro O que é o racismo? **Mulemba**, v. 4, n. 8, p. 633-640, 2014.

RAMOS, Lázaro. **Na minha pele** – Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2017.

SOARES, Carmen L. **Educação Física: raízes europeias e Brasil**. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros: em foco a corporeidade

Jiliane de Santana Souza

Os Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros consistem em fundamentos de origem africana que estão incutidos no nosso modo de ser brasileiro. Apresentam-se em 10, a saber: Ancestralidade, Circularidade, Cooperatividade, Corporeidade, Energia Vital (axé), Ludicidade, Memória, Musicalidade, Oralidade e Religiosidade. Trindade (2005) exprime que tais valores têm a intenção de destacar a África, na sua diversidade, e que os africanos e africanas trazidos ou vindos para o Brasil e seus e suas descendentes brasileiras instituíram aqui valores civilizatórios.

Desse modo, vale ressaltar a relevância de tais princípios, os quais se encontram intrínsecos na formação de nossa identidade brasileira, isto é, de nossa brasilidade que, para Damatta, corresponde a “um estilo, uma maneira particular de construir e perceber a realidade” (DaMATTA, 1986, p. 6), assim como auxiliam na compreensão das contribuições dos povos africanos para a construção desta sociedade.

Ao tratar da compreensão mais profunda de tal conceito, Trindade (2005) ressalta que tais valores são um conjunto de normas e princípios que constituem nosso modo de sermos brasileiros e parte da ideia de conferir destaque ao continente africano na sua diversidade. Isso, por sua vez, coaduna-se com o reconhecimento de que os africanos e africanas escravizados e trazidos para o Brasil, um país de dimensões continentais, bem como seus descendentes na diáspora, inseriram aqui valores civilizatórios. Isso implica ainda dizer que, embora em condições desiguais de participação na vida social, tal contribuição se deu de forma incisiva.

Assim, tais valores “são inscritos na nossa memória, no nosso modo de ser, na nossa música, na nossa literatura, na nossa ciência, arquitetura, gastronomia, religião, na nossa pele, no nosso coração.” (TRINDADE, 2005, p. 30) A respeito desses princípios afirma:

A África e seus descendentes imprimiram e imprimem no Brasil valores civilizatórios, ou seja, princípios e normas que corporificam um conjunto de aspectos e características existenciais, espirituais, intelectuais e materiais, objetivas e subjetivas, que se constituíram e se constituem num processo histórico, social e cultural. E apesar do

racismo, das injustiças e desigualdades sociais, essa população afrodescendente sempre afirmou a vida e, conseqüentemente, constitui o/s modo/os de sermos brasileiros e brasileiras. (TRINDADE, 2005, p. 30)

Por certo, a educadora, ativista da luta contra o racismo e com atuação voltada à educação das relações raciais, a intelectual negra Azoilda Loretto da Trindade chamava atenção para o fato de que a África é um continente imenso, constituído por 52 países. Sendo assim, possui uma diversidade política, econômica, social, cultural bastante considerável. Declarou que se afirmamos que no Brasil temos muitos “brasis”, o mesmo podemos dizer do continente africano: temos várias “áfricas” na África. Diante dessa reflexão, pode-se inferir que pensar sobre esse continente, a partir de um olhar homogeneizante é apresentar uma visão reducionista de sua riqueza, peculiaridades e possibilidades.

Apresenta-se a seguir a ideia geral extraída de cada valor civilizatório afro-brasileiro. Vale salientar que tais valores não adquirem significação de maneira estanque. Seus sentidos são construídos a partir da correlação e de interdependência entre cada um destes.

O valor Energia vital (axé) concebe que tudo que é vivo e existe no mundo é sagrado, está em interação e possui energia vital: planta, água, gente, bicho etc. Religiosidade, em diálogo com o primeiro, parte da premissa de que tudo é sagrado, divino, todos os elementos da natureza, todos os seres, sem distinção. Em relação à Ancestralidade, as sociedades negro-africanas guardam estreita relação com seus antepassados, tendo em vista a consideração da ideia de imortalidade do ser humano. Dessa forma, cultuam seus ancestrais, valorizando extremamente o legado deixado por eles.

Para o povo negro, a Memória assume grande importância. A relação com sua história, com seu passado e de seus ascendentes ajuda a construir a percepção sobre si mesmo e sobre sua identidade. A Oralidade pressupõe a valorização da expressão oral. Nossa fala é carregada de sentido, de marcas de nossa existência. A prática de contação de histórias, por exemplo, possibilita o compartilhamento de saberes, memórias e desejos. Mas se a fala é reconhecida como potencial, a escuta também é.

A Musicalidade é indicada como um dos aspectos mais emblemáticos da comunidade afro-brasileira. O gosto pela sonoridade, pelo ritmo, pelo batuque, pela dança está fortemente impresso na ideia de brasilidade. Paralelo a isso, a Ludicidade surge como uma espécie de culto à alegria, à apreciação ao riso, à diversão, à celebração da vida. Trindade (2005) esclarece que um povo sem desejo de viver é um povo morto em vida.

O princípio Circularidade concebe a roda como experiência de grande significação, dado que aponta para o movimento, a renovação, o processo, a coletividade. A roda de capoeira, de samba, histórias contadas ao redor da fogueira consistem em práticas de Circularidade por excelência. Em consonância, o valor Cooperatividade traduz a capacidade do compartilhar, do cooperar, de se ocupar com o outro e afirma tal característica como essencial a nossa sobrevivência.

O pilar da Corporeidade, cuja concepção primordial reside na visão do corpo como uma espécie de templo sagrado, que precisa ser cuidado e valorizado, “não como algo narcísico, mas como possibilidade de trocas, encontros” (TRINDADE, 2005, p. 34), acentua a importância do corpo. Com ele vivemos, existimos, somos no mundo. “Um povo que foi arrancado da África e trazido para o Brasil só com seu corpo, aprendeu a valorizá-lo como um patrimônio muito importante.” (TRINDADE, 2005, p. 34).

Assim, afastando-se da noção de narcisismo, para esse princípio o corpo é percebido como instrumento potente, por meio do qual é possível realizar trocas, experiências. “O corpo é vida, é potência, possibilidade. Com ele se afirma a vida, se vive a existência, individual e coletiva.” (TRINDADE, 2006, p. 98).

Em acordo com essa reflexão, Gomes (2017, p. 94) reitera que “‘somos um corpo no mundo’, somos sujeitos históricos e corpóreos no mundo. A identidade se constrói de forma coletiva embora se anuncie individual.” A partir da reflexão de ambas as autoras, é possível depreender a ideia do corpo não só como via de trocas de conhecimentos e experiências, mas também como meio de construção de identidade em interação com outros corpos.

Gomes (2017) assevera ainda uma dimensão histórico-cultural expressa pelo corpo, evidenciando que este traz uma história individual e coletiva, uma memória a ser preservada, inscrita e compartilhada. As histórias são contadas através do corpo.

Falando mais especificamente sobre o corpo negro, narra-nos “uma história de resistência, constituída de denúncia, proposição, intervenção e revalorização.” (GOMES, 2017, p. 95). Ainda sobre a corporeidade negra, explana:

Aos poucos no Brasil ter um corpo negro começa a ser percebido socialmente como forma positiva de expressão da cultura e da afirmação da identidade. Tal expressão passa de um movimento interno construído no bojo da comunidade negra, não sem conflitos e contradições, para um movimento externo de valorização da estética e de corporeidade negra nos planos social e cultural também não sem conflitos. (GOMES, 2017, p. 95)

Assim, é possível compreender que a corporeidade negra, para além de uma questão de patrimônio, construção da subjetividade na coletividade, cultura e história se apresenta também como um fator político, visto que, por meio da expressão de sua estética, o povo negro afirma a sua existência e resistência.

Considerações Finais

Os Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros estão implicados no nosso jeito de ser. Esses 10 princípios ajudam a destacar a África em sua diversidade, bem como são evidenciados na constituição da identidade brasileira, haja vista o conjunto de normas e fundamentos imprimidos pelos africanos escravizados e por seus descendentes no Brasil.

O valor Corporeidade nos ensina a conceber o corpo como um valioso patrimônio, não de maneira narcísica, mas como meio que possibilita trocas de saberes, experiências e possibilidades. O corpo conta história, afirma nossa existência, é atravessado pelas dimensões culturais, históricas, sociais e políticas.

Descortinar e incorporar os Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros nas concepções e práticas educativas deve contribuir para a construção de uma educação decolonial e afrorreferenciada, na medida em que estes podem oferecer subsídios não só teóricos como também prático-metodológicos, a fim de ressignificar ações pedagógicas estritamente monoculturais e eurocêntricas.

Referências

DaMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. **Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação**. Programa 2 – Valores afro-brasileiros na Educação Teia/UFMG – Ministério da Educação, 2005.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. **Fragmentos de um discurso sobre afetividade**. Saberes e fazeres, modos de ver/coordenação do projeto Ana Paula Brandão. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. (A cor da cultura, v.1.).